



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RENATO COELHO RIBEIRO

**DISCURSO E SUBALTERNIDADES: A PROPAGANDA ELEITORAL DO CAMPO
PROGRESSISTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018**

FORTALEZA
2019

RENATO COELHO RIBEIRO

DISCURSO E SUBALTERNIDADES: A PROPAGANDA ELEITORAL DO CAMPO
PROGRESSISTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Práticas Socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Almeida Barbalho.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R372d Ribeiro, Renato Coelho.
Discurso e subalternidades : a propaganda eleitoral do campo progressista nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 / Renato Coelho Ribeiro. – 2019.
130 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre de Almeida Barbalho.
1. Campanhas políticas. 2. Teoria do discurso. 3. Pós-colonial. 4. Decolonial. 5. Pós-marxismo. I. Título.

CDD 302.23

RENATO COELHO RIBEIRO

DISCURSO E SUBALTERNIDADES: A PROPAGANDA ELEITORAL DO CAMPO
PROGRESSISTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em comunicação. Área de concentração: Mídia e Práticas Socioculturais.

Aprovada em: 22/05/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Monalisa Soares Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Às professoras e professores, ao meu orientador, Alexandre Barbalho, à banca, com o professor Edgard e a professora Monalisa, à Afonsina Moreira, minha companheira e à Bolero Comunicação.

“Nordeste é uma ficção.
Nordeste nunca houve”.
(Antônio Carlos Belchior, 1979).

RESUMO

A Teoria do Discurso Político, com interlocução de autores pós-coloniais e decoloniais, nos guiará pela análise das campanhas eleitorais do campo progressista nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. Eleições que foram marcadas pela proliferação de antagonismos nos discursos que disputavam o campo discursivo. Mas o que pesquisamos tem seu foco nas campanhas dos candidatos que tiveram uma identidade no “campo progressista”, na “esquerda”, se contrapondo ao discurso das direitas. O que buscamos investigar é justamente se o discurso “progressista”, de certa forma, acabou reforçando, em maior ou menor grau, uma subalternização de identidades, ao reproduzir, em seus discursos, narrativas que procuram conformar um “fechamento” do social, numa relação de poder dominante sobre raças, gêneros e saberes.

Palavras-chave: Campanha política. Teoria do discurso. Pós-colonial. Decolonial. Pós-marxismo.

ABSTRACT

The Discourse Theory, by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, with interlocution by postcolonial and decolonial authors, will guide us through the analysis of the electoral campaigns of the progressive field in the Brazilian presidential elections of 2018. Elections that were marked by the proliferation of antagonisms in the speeches that disputed the discursive field. But what we research is focused on the campaigns of candidates who had an identity in the "progressive field", on the "left wing". What we seek to investigate is precisely whether the "progressist" discourse, in a certain way, ended up reinforcing, to a greater or lesser degree, a subalternization of identities, by reproducing, in their speeches, narratives that seek to conform a essentialism, in a dominant power relationship over races, genders and knowledge.

Keywords: Political marketing. Discourse theory. Postcolonial. Decolonial. Post-marxism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Já vimos isso antes	11
1.2	Comunicação Eleitoral	13
1.3	Teoria do Discurso	15
1.4	Que subalternos?	17
1.5	Caminhos metodológicos	19
2	TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO: UM PERCURSO DE DESCONSTRUÇÃO	22
2.1	Teoria Política do Discurso e Ideologia	24
2.1.1	<i>Ideologia em Marx</i>	26
2.1.2	<i>Laclau: da ideologia ao discurso</i>	28
2.1.2.1	<i>Ideologia e a impossibilidade da sociedade</i>	31
2.2	O discurso em Laclau e Mouffe	35
2.2.1	<i>Campo discursivo e Práticas Articulatórias</i>	36
2.2.2	<i>Pontos Nodais, Significantes Flutuantes e Significantes Vazios</i> ...	38
2.2.3	<i>Antagonismo e Deslocamento</i>	40
2.2.4	<i>Lógica da Equivalência e Lógica da Diferença</i>	43
2.3	Hegemonia, de Gramsci a Laclau e Mouffe	45
2.4	As Identidades e o Universal	49
3	COLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER, O QUE 1492 NOS DIZ SOBRE 2018	53
3.1	Questões fundamentais: teorias pós-coloniais, decoloniais e Epistemologias do Sul	56
3.1.2	<i>América latina, colonialidade e democracia</i>	62
3.2	Afinal, quem são os subalternos	70
4	A CAMPANHA ELEITORAL DE 2018, COMO NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS: A CONDIÇÃO SUBALTERNA NO DISCURSO DA ESQUERDA	73
4.1	Fronteiras dos discursos no "campo progressista": identidade e equivalência	80
4.2	Lula / Haddad: uma campanha, duas cabeças	83
4.2.1	<i>O Brasil Feliz de Novo – Plano de Governo</i>	86

4.2.2	<i>Lula: chama que o homem dá jeito</i>	89
4.2.3	<i>Lula é Haddad. Haddad é Lula</i>	96
4.2.4	Segundo turno: um livro na mão e uma carteira de trabalho na outra	100
4.3	Ciro Gomes: desenvolvimentismo como estratégia para o Brasil	102
4.4	Marina Silva: como falou a subalterna	110
4.5	Guilherme Boulos: onde estiveram os movimentos sociais?	114
5	CONCLUSÃO	119
	REFERÊNCIAS	123
	ANEXO A - OFÍCIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, COM PARECER FAVORÁVEL À CANDIDATURA DE LULA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	131
	ANEXO B - REDE DE ANÁLISE NEURAL DO TEXTO DOS PROGRAMAS E INSERÇÕES DO HGPE DA COLIGAÇÃO O BRASIL FELIZ DE NOVO, A PARTIR DA PALAVRA “LULA”	132

1 INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 foram diferentes “de tudo que está aí”, se formos usar palavras do candidato eleito, Jair Bolsonaro, ou ocorreu como “nunca antes na história desse país”, se fôssemos utilizar palavras do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, impedido pela justiça eleitoral de concorrer ao cargo naquele ano. As regras eleitorais tiveram mudanças substanciais, que afetaram a comunicação das campanhas e, ao nosso ver, muito mais que isso, uma crise política, econômica e institucional teve papel decisivo nas práticas observadas nas eleições de 2018 e, claro, em seu próprio resultado. O desfecho eleitoral, que sempre é apenas um ponto de referência temporal do processo político, mas não se acaba em si, teve, nesse ano, uma influência maior dessas crises que mencionamos. É evidente que em toda eleição há uma influência do acúmulo de experiências que fazem parte da disputa do discurso político e que as visões de mundo das candidaturas fazem parte dessa disputa de discursos. Mas o que vimos em 2018 foi uma certa exacerbação dessa influência, com a disputa da hegemonia do campo discursivo indo para além do que se via mais comumente em pleitos anteriores. O campo discursivo, nas eleições de 2018, se viu envolvido em questões que envolviam uma disputa pela própria verdade e pela narrativa histórica. Se os projetos pós-coloniais defendem uma reescrita da história, ou uma leitura em contrapelo, a partir da visão, experiências e saberes das identidades subalternizadas, o grupo vencedor no processo eleitoral presidencial brasileiro buscou disputar a hegemonia do campo discursivo de uma forma ampla, até mesmo “reescrevendo” a história, mas a partir do ponto de vista das elites, invisibilizando e subalternizando ainda mais amplos setores da sociedade.

Não tratamos aqui do discurso que foi construído por esses vencedores, mas sim das candidaturas da “esquerda”, do “campo progressista”. Se, ao nosso ver, ficou claro esse processo de subalternização de identidades no discurso da “extrema direita”, na “esquerda” o lugar dos subalternos não esteve bem definido. Aliás, nunca esteve, quando se trata da construção do discurso nos momentos eleitorais. Em 2018 o que vimos foi uma extrema direita ampliando a disputa no campo discursivo, indo inclusive bem além da comunicação eleitoral e construindo um movimento social em rede, promovendo uma relação de equivalência com outros discursos, efetivando relações antagônicas que a fortaleceu. Enquanto isso, a “esquerda”, em sua comunicação e na construção do discurso, parece ter seguido práticas semelhantes

às de eleições anteriores, onde as diferenças eram atenuadas e as relações de equivalência nem sempre produziram diferenças que deixassem mais evidente o lugar que as identidades subalternizadas ocupam, e que seriam, elas, elementos constitutivos e articuladores de seu discurso.

Buscamos, então, compreender melhor o lugar que as identidades subalternizadas tiveram no discurso da “esquerda” nas eleições presidenciais de 2018. Vimos que, apesar do processo eleitoral ter sido bem diferente dos anteriores, esse lugar não mudou tanto, permanecendo restrito e, muitas vezes, até invisibilizado, onde os processos que formam essas identidades subalternas não tivessem tanta relevância para a situação do país naquele momento.

1.1 Já vimos isso antes

Pessoalmente temos uma trajetória profissional com participação na elaboração da comunicação de treze campanhas eleitorais de candidaturas majoritárias (prefeituras e governos). Em nove dessas, desenvolvemos, entre outras atribuições, roteiros para os programas de televisão do Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral (HGPE), escrevemos falas para os candidatos, contribuimos na construção de propostas e do plano de governo, e acompanhamos pesquisas de *focus group* quase diárias, que avaliavam o material produzido para o HGPE, tanto da candidatura em que trabalhávamos, quanto dos adversários. Nessa vivência prática um dos aspectos que nos chamou atenção foi uma certa homogeneidade das mensagens que são colocadas nos programas do Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral, onde, na propaganda dos partidos, mesmo com viés ideológico bem distintos, se observa mais semelhanças que diferenças.

Essa pesquisa não trata da padronização das mensagens no HGPE. Mas, a ela, isso não é de todo estranho. A produção dos discursos nas campanhas eleitorais também tem, como sobredeterminação, as visões de mundo que disputam a hegemonia do campo discursivo que, por sua vez, têm sobredeterminação onde está incluída a colonialidade e todas as suas implicações, com destaque para as identidades subalternizadas. Buscamos analisar, principalmente, como as subalternidades foram articuladas no contexto dos programas eleitorais do HGPE e ainda em vídeos disponibilizados nas redes sociais dos candidatos. Não defendemos, porém, uma abordagem que trate os programas do horário eleitoral como algo único, se tornando quase como um gênero de produção audiovisual, independente do

candidato e partido político responsável por ele. Quando dizemos que observamos uma padronização das mensagens, isso não significa que entendemos os programas como iguais, passíveis de uma mesma análise, sem levar em consideração quem está se colocando nesses programas do HGPE, seu partido e visão de mundo, e o próprio contexto daquela eleição.

Iremos ter como *corpus* de nossa pesquisa os programas do HGPE e alguns vídeos publicados nas páginas oficiais do Facebook e Youtube, dos candidatos do “campo progressista”, identificados com a esquerda. Esses vídeos escolhidos são aqueles que têm uma maior relação com identidades subalternizadas e que, também, possuem um formato mais próximo da linguagem “televisiva” do HGPE. Já essa identidade de “esquerda” é vista por nós como algo relacional e contingente, formada a partir de práticas articulatórias. Dessa forma, evitaremos um longo debate sobre “quem é verdadeiramente de esquerda”, optando pela identificação com esse campo que é dada a partir de antagonismos, de um exterior constitutivo. Trataremos disso no capítulo quatro da dissertação, juntamente com uma caracterização mais ampla das eleições de 2018. Mas, aqui, na apresentação de nossa pesquisa, adiantamos que nosso *corpus* trata das candidaturas de Lula / Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores), Guilherme Boulos (Partido Socialismo e Liberdade), Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista) e Marina Silva (Rede Sustentabilidade). Esta última, tem uma história pessoal que perpassa por identidades subalternizadas. Quanto ao período da campanha, nos restringiremos ao espaço dado oficialmente pelo calendário eleitoral, que se iniciou no dia 16 de agosto de 2018, indo até a véspera do segundo turno, ocorrido no dia 28 de outubro.

Estas candidaturas se apresentaram, em maior ou menor grau, como questionadoras de um discurso da “direita”, disputando a hegemonia no campo discursivo. Mas, qual foi o lugar dos movimentos sociais e dos setores subalternizados nos discursos eleitorais do “campo progressista”? Até que ponto esses discursos se diferenciaram das “direitas”, no que diz respeito ao questionamento de um discurso de dominação que disputa a hegemonia? As identidades subalternizadas estiveram presentes, ou mesmo representadas nesses discursos em qual nível? Até que ponto foram silenciadas? São essas as questões que buscamos responder nesse trabalho.

Para isso temos como referenciais teóricos a Teoria do Discurso Político da Escola de Essex, desenvolvida por Ernesto Laclau, com a colaboração de Chantal Mouffe, e ainda relacionamos como elemento presente na matriz subalternizante dos

discursos da campanha eleitoral de 2018 a colonialidade, conceito que é posto na teoria crítica do *Projeto Modernidade/Colonialidade*, também chamados estudos decoloniais. Eles formam uma teoria crítica desde a América Latina, que questiona a narrativa histórica ocidental, formada a partir de uma perspectiva eurocentrada.

1.2 Comunicação Eleitoral

As campanhas eleitorais têm uma forte presença da comunicação e, no Brasil, elas assumem características únicas. O modelo brasileiro de propaganda eleitoral não encontra semelhantes no mundo, sendo apenas aqui que candidatos de todos os partidos podem contar com mídia gratuita no rádio e na televisão para expor suas ideias e propostas (PANKE; TESSEROLI, 2014). Porém, foi no ano de 1985 que a comunicação das campanhas eleitorais, da forma como conhecemos hoje, ganhou maior importância. Em 1976, a ditadura militar havia imposto a chamada Lei Falcão, uma referência ao nome de seu criador, o ministro da justiça Armando Falcão. Ela determinava que a propaganda política veiculada no rádio e na TV seria restrita ao resumo da trajetória de vida dos candidatos e, na TV, à sua foto, sem permitir nem mesmo músicas com letra. A Lei Falcão foi revogada em 1984 e na eleição do ano seguinte, que inclui pela primeira vez depois de 1964 os prefeitos de capitais, os meios de comunicação de massa veicularam no Horário Eleitoral Gratuito, propaganda eleitoral onde os candidatos poderiam expressar suas ideias de uma forma mais livre. Em Fortaleza, para se ter um exemplo, a prefeita eleita foi Maria Luíza do, na época pequeno, Partido dos Trabalhadores. A campanha de Maria foi marcada por um uso inovador da comunicação e a participação de profissionais vindos de jornais e agências de publicidade, que também tinham um histórico de militância nos movimentos sociais e de filiação ao seu partido.

A partir de 1985 a comunicação das campanhas eleitorais no Brasil passa a ter uma grande presença na mídia de massa, e o papel desempenhado por ela não poderá ser desconsiderado em nenhum estudo que envolva as eleições. Momentos políticos emblemáticos, como a eleição de Tasso Jereissati, no Ceará, em 1986, e a chegada de Lula na Presidência da República, em 2002, tiveram em suas campanhas uma forte presença da comunicação, com destaque para o Horário Eleitoral Gratuito.

Mais recentemente, em 2012, a vitoriosa campanha de Fernando Haddad para prefeitura de São Paulo também se enquadra nesses momentos que marcam a história de campanhas políticas, já atuando de forma mais ampla, integrando os meios de comunicação de massa mais tradicionais, do Horário Eleitoral Gratuito, com a internet e suas redes sociais. Esses três exemplos chegaram a criar paradigmas de marketing político em suas épocas, mas são inúmeras as campanhas a quem se atribuiu à comunicação, em grande parte, seus resultados positivos. Esses são ainda exemplos de como o chamado marketing político no Brasil, em uma trajetória que vem de 1985, se tornou uma área envolta em curiosidade, mitos e até fantasia. A figura do “marqueteiro” como o Demiurgo de um universo particular, capaz de dar forma a uma candidatura e alçá-la à glória, contribuiu para a criação de um imaginário de poder quase absoluto, dado ao marketing político.

Em 2018, a campanha eleitoral se torna diferente. A legislação eleitoral sofreu uma minirreforma¹, mas que foi profunda o suficiente para alterar várias de suas características “tradicionais”. Se antes o início do “tempo da política” era marcado pelo HGPE, em 2018 não houve essa demarcação de uma forma clara. O período de propaganda na TV e no rádio foi reduzido para apenas 35 dias (na eleição anterior havia sido de 45 dias), e o tamanho do espaço na programação de TVs e rádios também ficou menor. Para o cargo de presidente, por exemplo, foram reservados apenas dois blocos de 12,5 minutos, para todos os concorrentes. A divisão do tempo entre os candidatos foi alterada, privilegiando ainda mais os grandes partidos. Se antes 30% do tempo era dividido igualmente entre as candidaturas, em 2018 esse percentual foi reduzido para apenas 10%. Os outros 90% foram distribuídos de acordo com o número de deputados federais eleitos pelos partidos nas eleições de 2014. Por outro lado, as novas regras permitiram, pela primeira vez, o impulsionamento pago de conteúdos nas mídias sociais, como o Facebook. Uma outra mudança significativa que aconteceu em 2018 foi uma flexibilização da propaganda no período de pré-campanha, onde os então pré-candidatos puderam fazer, principalmente no ambiente da internet, uma campanha relativamente livre, desde que não se colocassem já como candidatos, e nem pedissem voto. Mas, ao nosso ver, a singularidade da campanha de 2018, com uma possível redução da importância do HGPE como seu marco inicial,

¹ Lei nº 13.488, de seis de outubro de 2017. Disponível em <<https://bit.ly/2igmosse>>

não se deve apenas aos aspectos jurídicos e regulatórios. Isso também aconteceu por deslocamentos ocorridos no campo discursivo, resultado de uma crise política, intensificada a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff. Esse cenário acabou por antecipar o debate sucessório, onde tivemos candidaturas em franca campanha na internet desde meados de 2015, como a do atual presidente, Jair Bolsonaro.

1.3 Teoria do Discurso

No final do século passado o argentino Ernesto Laclau e a belga Chantal Mouffe desenvolvem sua Teoria do Discurso, a partir de um diálogo entre marxismo e pós-estruturalismo. Ambos os autores se reuniram em torno da tradição marxista, até a década de 1970, quando começaram a problematizar alguns de seus fundamentos. Laclau e Mouffe elaboraram uma desconstrução do marxismo, no sentido *derridiano*, a partir de dentro, afirmando um pós-marxismo que dialoga com Heidegger, Derrida, Lacan e vários autores da corrente pós-estruturalista. Já a partir de 1982, Ernesto Laclau havia fundado na Universidade de Essex, onde lecionava, a Escola Pós-Estruturalista de Análise do Discurso. Com a publicação em 1985 de “Hegemonia e Estratégia Socialista”, Laclau e Mouffe melhor sistematizam essa Teoria do Discurso, e desconstruíram a teoria marxista reelaborando conceitos como o de hegemonia, que passa a ser central em seu pensamento. O essencialismo e determinismo marxista ortodoxo é questionado a partir de “dentro”, numa reinvenção de algumas de suas categorias e inserção de outras na tradição marxiana. A Teoria do Discurso surge como fundamental nesse contexto, se apresentando como ferramenta de compreensão e formação do social.

Para Laclau e Mouffe três questões teóricas dominam os debates em “Hegemonia e Estratégia do Socialismo”.

A crítica ao essencialismo filosófico, o novo papel assumido pela linguagem na estruturação das relações sociais e a desconstrução da categoria de “sujeito” no que diz respeito a constituição das identidades coletivas² (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 03, tradução nossa).

Acerca do papel da linguagem na estruturação das relações sociais, o autor e a autora propõem que a centralidade da linguagem está presente na obra de autores

² La crítica al esencialismo filosófico, el nuevo papel asignado al lenguaje en la estructuración de las relaciones sociales y la desconstrucción de la categoría de «sujeto» en lo que respecta a la constitución de las identidades colectivas.

como Wittgenstein, Heidegger, Derrida e Lacan. Contudo, isso não significa uma determinação linguística do social, mas o reconhecimento de que as lógicas relacionais que foram analisadas primeiramente no campo linguístico tem uma abrangência mais ampla, chegando a se confundir com o campo social (LACLAU e MOUFFE, 1987). O conceito de discurso apresentado por eles vem dessa perspectiva teórica.

O discurso não seria constituído, ou mesmo visto de uma forma idealista, separado da realidade como entendida na fenomenologia. Esse discurso, para Laclau e Mouffe, não é simplesmente um texto que produz sentido, mas sim pressupõe uma totalidade significativa, abrangendo operações linguísticas e extralinguísticas.

A realidade, na Teoria do Discurso, tem um caráter constitutivo através da significação. Ou seja, há a necessidade da mediação do sentido e uma constituição simbólica para se acessar a realidade (BURITY, 2008) de uma forma que nada pode ser visto como algo que se possa compreender de uma forma separada de um significado anterior, que por sua vez é determinado em um sistema de articulações. Isso não deve ser visto como uma postura idealista, para Laclau e Mouffe não existe a possibilidade de separação entre sentido e prática social, onde não há realidade social sem o sentido e onde o sentido é produzido socialmente, sendo co-constitutivo da realidade. Dessa forma, como posiciona Burity,

Não há uma apreensão possível da realidade que não demande constitutivamente uma passagem pelo discurso, pelo sentido, pela inserção de fatos físicos, humanos ou naturais, em sistemas de significação que situem e hierarquizem esses fatos no mundo, e que se articulem ou disputem com outros a estabilização do ser dos objetos que descrevem e situam no mundo. Que os tornem acontecimentos fortuitos, necessários, ameaçadores ou desejáveis, decisivos ou banais. Todos esses processos demandam necessariamente a passagem pelo discurso (BURITY, 2008, p. 42).

O discurso, para Laclau e Mouffe, se situa mais como categoria teórica, e não simplesmente descritiva e empírica, entendendo, porém que esses aspectos são constitutivos do discurso. A Teoria do Discurso procura compreender as produções de sentido pelo qual determinado fenômeno se situa no mundo social e como ele se articula em um conjunto de discursos.

Para Laclau e Mouffe o sentido social de um fenômeno chamado o seu *ser* é construído pela sua inserção em unidades amplas de significação, que se constitui em um sistema de relações que engloba visões de mundo e identidades

historicamente concebidas. A isso é chamado de *formação discursiva*, que seria um “conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, ou seja, de sistemas de regras de produção de sentido” (BURITY, 2008). Essas formações discursivas não são, porém, algo fechado e monolítico, de uma maneira determinada em si, mas são dadas por *práticas articulatórias* que consistem na fixação parcial ou deslocamento de um sistema de diferenças, que podem alterar as formações discursivas em qualquer momento. Procuramos um melhor entendimento da Teoria do Discurso da Escola de Essex, e a sua Análise Política do Discurso, no segundo capítulo da dissertação.

1.4 Que subalternos?

O termo “subalterno” vem do latim “subalternus”. Em sua origem traz uma negação da mutualidade. “Alternus”, no latim, tem como um de seus sentidos a reciprocidade e uma relação mútua. O prefixo “sub” inverte esse sentido ao colocar os vínculos abaixo de uma mutualidade, produzindo uma diferença onde alguém, ou algo, está abaixo. Uma das principais tarefas teóricas de nossa pesquisa deverá ser definir o que chamamos de “subalternos”. Essa origem, que remete a um desnível nas relações, continua sendo em essência o significado da subalternidade. Porém, por suposto, essa não é uma questão simples, vista dentro da complexidade e incompletude da sociedade em que vivemos, e não há um consenso.

Para melhor explicitar sobre quem seriam os interlocutores subalternos de nossa pesquisa, pretendemos trilhar um caminho teórico e, sempre que possível, relacionar com nosso objeto, e levar em conta a história como configuradora de subalternidades e hegemonias (GUHA, 2002). Nesse caminho, Gramsci é posto como um disseminador do termo “subalternos”, na tradição das Ciências Sociais, empregando a expressão inicialmente para designar a submissão das pessoas no contexto da hierarquia militar (SIMIONATTO, 2009). Posteriormente, nos “Cadernos do Cárcere”, escritos entre as décadas de 1920 e 1930, Gramsci complexifica bastante o conceito de subalterno, estabelecendo uma série de mediações, ligando a produção das subalternidades com o Estado, a sociedade civil e hegemonia.

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins se conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações

políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que formam a autonomia integral (GRAMSCI, 2002, p. 140).

A categoria de “subalterno”, que é comumente posta, de uma forma, simplificada, como aqueles que vivem em situação de exploração, sem condições de uma vida digna, deve ser tratada de uma forma mais complexa, como podemos inferir, já a partir de Gramsci. Para isso, a questão da hegemonia se torna fundamental.

A definição da categoria de “subalternos” em nossa pesquisa passa ainda pelo grupo dos Estudos Subalternos Sul-asiáticos, que se valem das proposições gramscianas e as relacionam com o colonialismo, discutindo as subalternidades a partir de sua história e realidade. Os subalternos são múltiplos, e sua definição vai além do conceito de Classe da tradição marxista. Nesses estudos a partir da Índia, a ideia de proletariado passa a ter menor sentido em um tecido social que envolve castas, etnias, e o colonialismo. A subalternidade não é algo dado de forma determinada, tampouco tem uma definição e delimitação universal, mas sim é multilocalizada. Não queremos dizer com isso que há uma completa particularidade na definição das subalternidades, mas sim uma multiplicidade de referências. Para Guha, há uma hegemonia construída historicamente a partir dos países centrais do capitalismo, que também constitui antagonismos como cultura popular e domínio ilustrado, e elite e subalterno. O lugar dos subalternos são convergências de padrões históricos, culturais e de poder, onde o Estado moderno europeu teve papel ordenador e normatizador (GUHA, 2002). Dos Estudos Subalternos Sul-asiáticos, aos Estudos Subalternos Latinoamericanos, entre eles o grupo Colonialidade / Modernidade, temos divergências, mas também aproximações, como as atribuições do colonialismo como definidor de subalternidades. Para Mignolo, a subalternidade é produto da colonialidade do poder, e conecta “diferentes histórias locais com estruturas de dominação de ordem mundial [...] a subalternidade não é só uma questão que afeta a relação entre alguns setores da sociedade, mas está presente num sistema estruturado pela colonialidade do poder” (MIGNOLO, 2003).

A multiplicidade determinante da subalternidade nos leva a indagar não apenas quem seriam os subalternos hoje, mas também quais as práticas que os

poderiam definir e qual o seu significado no espaço político. Para Laclau não há apreensão da realidade que não passe por espaços discursivos (Burity, 2008), a subalternidade pode ser vista para além da relação binária de subordinação e dominação em si, mas que é produzida nesses espaços discursivos da sociedade, que são sempre incompletos, sem um fechamento. Isso reforça nossa ideia de trabalhar tendo os subalternos definidos a partir de uma sobredeterminação, levando em conta a história, mas os enxergando não como definidos *em si* somente a partir disso, mas resultado de articulações discursivas.

1.5 Caminhos metodológicos

Entendendo a Teoria do Discurso Político como não essencialista e anti-fundacional, cremos que nenhum objeto de estudo esteja plenamente pronto para ser identificado, mas que devem ser construídos. Nosso objeto foi sendo construído ao longo da pesquisa, sem uma determinação necessária *a priori*. Isso não quer dizer que não existam elementos anteriores a um determinado discurso, mas sim que esse seu *a priori* tem caráter contingente (LACLAU e MOUFFE, 20015). Seguindo esse entendimento, se não há uma determinação essencial, mas sim uma fixação parcial e contingente do social, o próprio objeto da pesquisa, com seus significados, pode ser passível de desconstrução. Exemplificando de forma prática, se determinada candidatura fez parte do “campo progressista” nessa eleição, não quer dizer que ela tenha sempre essa identificação, podendo ter outra identidade em outro momento e contexto. O seu significado social se origina das tentativas discursivas de fixar uma significação (MARTILLA, 2015), e é essa tentativa discursiva de fixação que deve ser compreendida e desconstruída. Dessa forma, as influências epistêmicas de um senso comum, os processos históricos, os discursos que são parte de uma sobredeterminação, e que hegemonizam o campo discursivo em estudo, estabelecendo um relação de dominação, são contestados, no sentido de que, não necessariamente, as posições de sujeito são dadas e estabelecidas, mas sim que são construídas discursivamente. Em nosso caso, há de se desconstruir as articulações discursivas que conformam as identidades subalternizadas, desvelando as suas origens. Isso foi feito, com maior ênfase, no capítulo três.

Para analisar o discurso do “campo progressista” nas peças audiovisuais da campanha presidencial brasileira de 2018³, e sua articulação com identidades subalternizadas, construímos um *corpus* a partir do que seriam essas identidades subalternizadas em um contexto específico. Esse *corpus* definido foi compilado, buscando a identificação de práticas articulatórias e elementos do discurso, como pontos nodais, significantes flutuantes e significantes vazios. Para facilitar essa etapa, utilizaremos, principalmente no material da campanha de Lula / Fernando Haddad, o software “Raven’s Eye”, ferramenta de análise de linguagem natural que permite identificar ligações entre palavras, construir uma rede de associação e ainda reconhecer as palavras com maior sobrerepresentação em um *corpus* discursivo, isto é, aquelas que apresentam maior relevância em um corpo de análise específico, em relação a um *corpus* comparativo de texto do programa⁴. Essas palavras tendem a ter uma maior importância na estrutura do texto analisado. É claro que a utilização de uma ferramenta automatizada, mesmo que inclua um algoritmo de inteligência artificial, não excluirá uma análise “manual” do discurso, mas servirá para uma primeira análise, podendo facilitar a identificação de pontos nodais, diferenças e equivalências. Essa rede, por si só, não nos faz chegar a nenhuma conclusão.

Para uma melhor contextualização e caracterização das diversas candidaturas, incluímos como parte da pesquisa uma leitura e exame dos Programas de Governo registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, algo obrigatório, determinado pela legislação. Esses programas foram úteis para melhor definir, e mesmo compreender, o discurso dos candidatos, observando inclusive contradições entre o que estava nos Programas de Governo e o que efetivamente foi posto no discurso da comunicação, tanto no HGPE quanto em peças audiovisuais disponibilizadas na internet.

Tendo esse *corpus*, fizemos uma análise “empírica” do discurso, buscando melhor identificar as práticas articulatórias, significados vazios, flutuantes, pontos nodais etc. Essas práticas articulatórias não se restringem, de forma alguma, à interioridade do discurso, mas necessitam se relacionar com seu exterior, que faz

³ São quinze programas do HGPE no primeiro turno (onde as candidaturas que analisaremos tinham, ao todo, três minutos e 35 segundos), e treze programas de Fernando Haddad no segundo turno. Além disso, incluiremos vídeos disponibilizados pelas candidaturas na internet, relacionados à identidades subalternizadas, que seguem o formato comumente utilizados no HGPE, descartando lives e transmissão de eventos.

⁴ O sistema do Raven’s Eye afirma ter um *corpus* comparativo na língua portuguesa com textos que contém, no total, 503.400.000 palavras, e 2.980.000 palavras únicas.

parte de sua constituição. A historicidade contingente, fundamental em nossa pesquisa, traz ainda elementos para as práticas articulatórias. Um outro ponto foi definição dos limites dos discursos do “campo progressista”, que não é algo único. Para isso, as relações de equivalência e diferenças, encontradas no campo discursivos.

Pretendemos obter uma visão sobre o discurso do “campo progressista” na campanha presidencial brasileira de 2018, mas tendo consciência de seus limites, dados pelo próprio recorte do objeto e compreendendo que o campo discursivo é bem mais amplo. Mas buscamos contribuir e complementar outros estudos sobre um período tão rico e que trouxe tantas coisas novas, tanto no campo da comunicação quanto de outras ciências humanas.

2 TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO: UM PERCURSO DE DESCONSTRUÇÃO

O programa do Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral do Partido dos Trabalhadores do dia 25 de outubro de 2018, mostrou uma imagem de Fernando Haddad em Garanhuns, Pernambuco, terra do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. No início do programa Haddad chega montado em um cavalo, logo após ser apresentado por um poeta popular como “o professor que chegou para liderar nossa gente”. A cena tem contornos épicos, com a câmera posicionada em um ângulo de

Figura 1 - Programa da Coligação O Povo Feliz de Novo, exibido no dia 25 de outubro de 2018



Disponível em <<https://youtu.be/J1q1wwbVhqM>>

Figura 2 - Programa da Coligação O Povo Feliz de Novo, exibido no dia 25 de outubro de 2018



Disponível em <<https://youtu.be/J1q1wwbVhqM>>

Contra-Plongée, de baixo para cima, atribuindo imponência e superioridade (CAMARA, 2005, p. 191) e o movimento de câmera lenta. Haddad chega como um “novo líder” que irá conduzir seu povo. Um povo que, naquele programa que acenou ao Nordeste brasileiro, é representado na abertura com chapéu de couro e vivendo numa terra seca. O programa do HGPE de Fernando Haddad, um candidato identificado com a esquerda, reproduz em seu discurso uma identidade nordestina essencialista, contribuindo para fixar características que reforçam uma subalternização de um grupo? Há o apelo à uma “nordestinidade”, como se essa fosse uma identidade conformada de forma determinada e essencial. Uma identidade fundada com verdades históricas e até mesmo características biológicas, de uma maneira essencialista, como nos diz Kathryn Woodward, “o essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à ‘verdade’ fixa de um passado partilhado, seja à ‘verdades’ biológicas” (WOODWARD, 2012, p. 15). O conceito de identidade que empregamos, e sobre o qual trataremos com maior profundidade no decorrer desse capítulo, é antiessencialista, onde as identidades são contingentes, da forma exposta por Laclau, para quem não existem determinações essenciais para as categorias sociais (LACLAU, 2000), e como expressa Hall, ao reforçar o caráter não fundacional das identidades, que “mudam de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, a identificação não é automática” (HALL, 2006, p. 21).

A categoria de identidade é, certamente, fundamental para o desenvolvimento desse trabalho, que busca analisar o discurso das candidaturas identificadas com a esquerda nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, tendo como principal enquadramento a representação, ou mesmo o silenciamento, de identidades subalternizadas, ou subalternizados. Essas categorias serão discutidas nesse capítulo, até para melhor definir os processos discursivos que buscam hegemonizar o campo discursivo. Porém, há um debate anterior que fundamenta nossa pesquisa, que é a categoria de discurso, mais especificamente a Teoria do Discurso Político, construída em volta das formulações do argentino Ernesto Laclau e da belga Chantal Mouffe. Essa teoria do discurso “laclauniana” não deve ser vista como algo limitado a campos como a linguística, a sociologia ou a ciência política. Ela tem a necessidade da multidisciplinaridade, podendo ser posta, talvez, como uma “teoria da política”, ou até uma “teoria do social”. Para Burity, “a pretensão de Laclau

é de, a longo prazo, construir uma teoria (geral) da política ou, talvez, mais precisamente, uma concepção da política como ontologia do social” (BURITY, 2008, 2º parágrafo do capítulo 2). A escolha pela Teoria do Discurso Político de Laclau como base da análise desse trabalho é mais que um caminho entre as várias “teorias de análise do discurso”, mas sim, é uma opção a partir das possibilidades que a teoria de Laclau apresenta, pelo seu caráter multidisciplinar em um trabalho, como esse, no campo da comunicação. Além disso, a clara opção progressista de Laclau e sua proposta de “democracia radical”, que tem um viés anticapitalista, no sentido de que “todo projeto de democracia radical inclui necessariamente a dimensão socialista – ou seja, a abolição das relações capitalistas de produção” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 283), está próxima de nossa visão de mundo, que é colocada ao lado do campo político socialista. A visão antifundacional e antiessencialista da teoria de Laclau permite, em nosso entendimento, uma interlocução com outros autores, incluindo também diálogos críticos. Em nosso trabalho, os chamados Estudos Culturais, os estudos pós-coloniais e decoloniais estão presentes, e dialogam, de forma algumas vezes crítica, com a Teoria do Discurso Político. Por fim, a trajetória da formulação da teoria de Laclau, a partir de uma crítica marxista, traz uma relevância em relação ao nosso próprio objeto, que são as subalternidades no discurso da esquerda na eleição presidencial de 2018.

Passemos, pois, a efetuar um caminho pela Teoria do Discurso de Laclau, uma das principais bases teóricas desse trabalho. Será inevitável traçar a gênese das categorias laclaunianas, o que pode o tornar maçante, mas buscaremos inserir exemplos, relacionados ao momento eleitoral de 2018, como forma de assegurar uma melhor explanação das categorias, por vezes complexas, e uma melhor fruição da leitura.

2.1 Teoria Política do Discurso e Ideologia

Pode-se dizer que o discurso é a categoria central da teoria de Laclau. Mas ao simplesmente afirmar isso, podemos incorrer em uma redução de sua teoria, que tem outras categorias essenciais, como hegemonia e antagonismo, podendo até mesmo ser considerada, também, uma “teoria da hegemonia”, ou um marxismo pós-moderno (ou pós-marxismo) (BURITY, 2008). Laclau percorreu um longo caminho para estabelecer uma Teoria do Discurso. Mesmo sendo a obra “Hegemonia e Estratégia Socialista” (a qual chamaremos, a partir de agora, de HES), concebida em

parceria com Chantal Mouffe e publicada pela primeira vez em 1985, reconhecida como um marco para essa teoria, anteriormente importantes passos foram dados, bem como após a publicação de HES, onde alguns conceitos e categorias foram revistos. Seu ponto de partida é uma revisão crítica do marxismo, tendo as categorias da *ideologia* e *hegemonia* como importantes fios condutores.

O conceito de hegemonia, um dos centrais em sua teoria, é amplamente discutido em HES. Mas não foi nessa obra que Laclau aponta o quê, na sua opinião, seria a gênese da categoria marxista de hegemonia, mas sim em um texto publicado pela primeira vez no ano 2000, onde é citada uma passagem de Marx que, para ele, pode ser considerada o “grau zero da hegemonia” (LACLAU, 2003). Reproduzimos aqui, o trecho de Marx ao qual Laclau se refere:

Em que se baseia uma revolução parcial, meramente política? No fato de que uma parte da sociedade civil se emancipa e alcança o domínio universal; que uma determinada classe, a partir da sua situação particular, realiza a emancipação universal da sociedade. [...] Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que um estamento se afirme como um estamento de toda a sociedade, é necessário que, inversamente, todos os defeitos da sociedade sejam concentrados numa outra classe, que um determinado estamento seja o do escândalo universal, a incorporação das barreiras universais; é necessário que uma esfera social particular se afirme como o crime notório de toda a sociedade, de modo que a libertação dessa esfera apareça como uma autolibertação universal. Para que um estamento seja *par excellence* o estamento da libertação é necessário, inversamente, que um outro estamento seja o estamento inequívoco da opressão (MARX, 2010, p. 153).

Está expresso em Marx, nesse texto escrito em 1843, quando ele tinha apenas 25 anos, que a coincidência dos interesses particulares de uma classe, como sendo os interesses universais da sociedade, levariam à um processo de libertação, para além do capitalismo. Ora, o que vemos aí é um processo hegemônico, onde ocorre uma substituição dos objetivos universais pelos de uma determinada classe (no caso, o proletariado). Para que isso aconteça, há uma mediação política, onde ainda há uma outra classe (a burguesia) que encarna “todos os defeitos da sociedade” (MARX, 2010), representando um agente antagônico. Há, dessa forma, duas mediações: a incorporação dos interesses do proletariado como discurso emancipatório de toda a sociedade, e ainda a identificação de um setor determinado da sociedade como a causa de todos os males, sendo essa uma condição para a mediação anterior. “De modo que, nesse caso, a emancipação, a possibilidade mesma de um discurso universal dirigido à comunidade como um todo, não depende de um colapso de todas as particularidades, mas sim de uma paradoxal interação

entre elas”⁵ (LACLAU, 2003, p. 51, tradução nossa). Tomamos esse marco inicial da hegemonia marxista, expresso por Laclau, como forma de simbolizar a estrada teórica seguida pelo autor, na construção de seu pós-marxismo discursivo, onde o conceito de hegemonia tem papel dos mais importantes. Um conceito que retomaremos mais adiante, de forma mais aprofundada.

Em HES, a hegemonia é posta em um contexto discursivo, onde os sujeitos não têm, necessariamente, um papel determinado. Se na tradição marxista clássica cabe à classe proletária a tarefa histórica de superação do capitalismo, para Laclau e Mouffe não há, de forma alguma, essa certeza. Dessa forma, o discurso hegemônico estabelece relações, tendo um caráter aglutinador de diferenças, porém, mesmo que consiga um certo consenso na sociedade, essa situação será precária, no sentido de ser uma tentativa de constituir uma relação de ordem. (LACLAU e MOUFFE, 2015).

Após colocar esse ponto inicial da hegemonia na teoria marxista, segundo Laclau, iremos realizar uma breve revisão da teoria marxista da ideologia, percorrendo o caminho até uma desconstrução desse conceito por Laclau. Passamos inicialmente a palavra a David Howarth, autor do livro “Discourse”, publicado no ano 2000. Howarth foi colega de Laclau e Mouffe na Universidade de Essex, onde o argentino e a belga desenvolveram suas principais teorias. Essa revisitação ao arcabouço teórico marxista é importante como suporte para melhor compreender a categoria de hegemonia em Laclau, que retomaremos nesse capítulo, e a própria Teoria do Discurso Político.

2.1.1 Ideologia em Marx

A primeira frase do Manifesto Comunista é: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (ENGELS e MARX, 1999), com essa afirmação, temos um fundamento, grosso modo, do marxismo clássico, que é a importância quase absoluta da organização da produção, que por sua vez determina a divisão de classes, na definição das relações sociais, e da sociedade em si. “Marx enfatiza a contradição entre as relações e forças de produção, e a contradição entre as classes sociais opostas, que são definidas por

⁵ De modo que, en este caso, la emancipación, la posibilidad misma de un discurso universal dirigida a la comunidad como un todo, no depende de un colapso de todas as particularidades sino de una paradójica interacción entre ellas.

sua propriedade ou não-propriedade dos meios de produção”⁶ (HOWARTH, 2000, p. 86, tradução nossa). Esses processos contraditórios, para Marx, levam a uma crise no modo de produção capitalista e uma ruptura que leva a uma nova organização das forças produtivas, baseada na propriedade comum dos meios de produção. Cabe ao proletariado, em sua luta contra a burguesia, a tarefa histórica dessa transformação, e para levar isso à cabo, é preciso a elaboração de uma ideologia revolucionária, combinada com uma estrutura de organização. Por outro lado, a classe antagônica, a burguesia, busca manter seu domínio através de uma combinação de força e condicionamento ideológico. A concepção de ideologia em Marx é colocada não somente como contribuinte para a manutenção do estado de coisas, mas como tecedora de uma falsa consciência, que camufla as verdadeiras forças motivadoras da sociedade, que sempre se encontram nas condições materiais de vida (HOWARTH, 2000).

As reflexões extraordinariamente ricas de Marx sobre o conceito de ideologia deixaram um legado ambíguo. Por um lado, ele vincula ideias, consciência e discurso aos processos sociais e políticos em curso, rompendo, assim, com abordagens idealistas da linguagem e do significado social, que se concentram excessivamente em conceitos e ideias abstraídos das relações sociais. Por outro lado, ele tende a ver ideologias e discursos como algo secundário, em relação a fenômenos mais essenciais, como as leis do desenvolvimento econômico e a luta de classes, negligenciando sua própria autonomia e materialidade⁷ (HOWARTH, 2000, p. 88, tradução nossa).

A falsa consciência gerada pela ideologia aparece logo no prefácio de “A Ideologia Alemã”, primeira obra escrita em conjunto por Marx e Engels, onde é dito que “até agora, os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. [...] Esses produtos de seus cérebros cresceram a ponto de dominá-los completamente” (ENGELS e MARX, 2001, p. 03). Eles defendem um afastamento do domínio das ideias, que se estabelece como ideologia, e produz uma falsa consciência a partir da perspectiva da classe dominante.

⁶ Marx emphasizes the contradiction between the relations and forces of production, and the contradiction between opposed social classes, which are defined by their ownership or non-ownership of the means of production.

⁷ Marx’s extraordinarily rich reflections on the concept of ideology thus bequeath an ambiguous legacy. On the one hand, he links ideas, consciousness and discourse to ongoing social and political processes, thus breaking with idealist approaches to language and social meaning, which focus too narrowly on concepts and ideas abstracted from social relations. On the other hand, he tends to view ideologies and discourses as secondary to more essential phenomena, such as the laws of economic development and class conflict, thus neglecting their own autonomy and materiality.

O conceito de ideologia apresentado por Marx e Engels, em “A Ideologia Alemã” é uma ferramenta de combate às concepções “idealistas”, opondo à ele uma concepção materialista da história, onde seriam as condições materiais da sociedade o campo decisivo onde se definiriam suas transformações. A ideologia buscaria fazer crer que são os sistemas ideológicos, as crenças e tudo o mais que estaria abarcado no campo da superestrutura, que determinariam a sociedade e as atividades materiais humanas, quando na verdade são as relações de produção, a infraestrutura, que, em última instância, as determinam.

No decorrer do século XX, e até os dias atuais, a teoria marxista foi alvo de críticas, sendo muitas delas sobre seu conceito de ideologia, que seria por demais restrito e negativo, o determinismo econômico e um essencialismo, que coloca o proletariado, de forma praticamente inexorável, como “o” sujeito histórico capaz da tarefa de transformar a sociedade e superar o capitalismo, além de colocar essa superação como algo predisposta historicamente e necessária. Laclau e Mouffe teceram uma teoria crítica ao marxismo clássico, que o desconstrói no sentido de um pós-marxismo. Retornemos agora a palavra a eles, seguindo o caminho de sua categoria de discurso que, de certa forma, toma lugar da ideologia marxista, como elemento de construção das relações sociais.

2.1.2 Laclau: da ideologia ao discurso

Quando falamos que o discurso, em Laclau, toma o lugar da ideologia, isso acontece em um processo de desconstrução da teoria marxista feita pelo autor, principalmente a partir da publicação de HES, quando o posicionamento pós-marxista de sua obra se faz evidente.⁸ Antes, porém, Laclau teve como base teórica o marxismo de Althusser, a quem fez contribuições no sentido de ampliar seu conceito de ideologia. Althusser, em sua crítica ao conceito de ideologia em Marx e Engels, reforça o caráter material desta através do que ele chamou de “Aparelhos Ideológicos do Estado”, afirmando que “uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 1980, p. 84). Os indivíduos vivem na ideologia, em uma representação do mundo determinada pela religião, pela moral, pela educação etc. Essa ideologia seria uma relação imaginária com relações

⁸ De acordo Joanildo Burity (1997), o pós-marxismo faz um acerto de contas com o legado marxista, ao se contrapor ao seu essencialismo e determinismo, e não tem o marxismo como único ponto de referência.

reais que é, em si, provida de uma existência real. Se uma pessoa crê em Deus, adota comportamentos reais de acordo com essa crença, como ir à igreja e se confessar, dessa forma, as ideias existem nos fatos, na prática (ALTHUSSER, 1980). Esse sistema de dominação, a direção ideológica da sociedade pela classe dominante, para Althusser, não deve ser visto como simplesmente “dado”.

Com efeito, a ideologia dominante nunca é um fato consumado da luta de classes que tivesse escapado à luta de classes. Efetivamente, a ideologia dominante que existe no complexo sistema dos Aparelhos ideológicos de Estado, é em si mesma o resultado de uma dura e muito longa luta de classes, através da qual a burguesia (para citar esse exemplo) não chega a atingir seus objetivos a não ser com a dupla condição de lutar, simultaneamente, contra a antiga ideologia dominante que sobrevive nos antigos Aparelhos e contra a ideologia da nova classe explorada que procura suas formas de organização e de luta. E essa mesma ideologia, pela qual a burguesia consegue estabelecer sua hegemonia sobre a antiga aristocracia fundiária e sobre a classe operária, não se constitui somente por meio de uma luta externa, contra essas duas classes, mas também e ao mesmo tempo por meio de uma luta interna destinada a superar as contradições das frações de classe burguesas e realizar a unidade da burguesia como classe dominante (ALTHUSSER, 1999, p. 239).

A luta pela reprodução da ideologia dominante não seria, portando, algo findo, mas terá sempre um caráter inacabado, com uma retomada contínua.

Outro ponto da ideologia em Althusser, importante no processo de desenvolvimento da teoria do discurso de Laclau, é que ela não forma um único bloco dominante, mas sim que os indivíduos são constituídos por uma pluralidade, submetendo os sujeitos a várias ideologias relativamente independentes, não obstante, unidas na ideologia de Estado. “Cada sujeito (você e eu) vive, portanto, simultaneamente, em e sob várias ideologias, cujos efeitos de submetimento se ‘combinam’ em seus próprios atos, inscritos em práticas, regulamentados por rituais etc” (ALTHUSSER, 1999, p. 221). A ideologia, dessa forma, constitui indivíduos em Sujeitos, sendo que “só existe ideologia através do sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1980, p.91). Essa constituição acontece pela *interpelação*, onde os indivíduos passam a se reconhecer como o Sujeito articulado pelas ideologias combinadas.

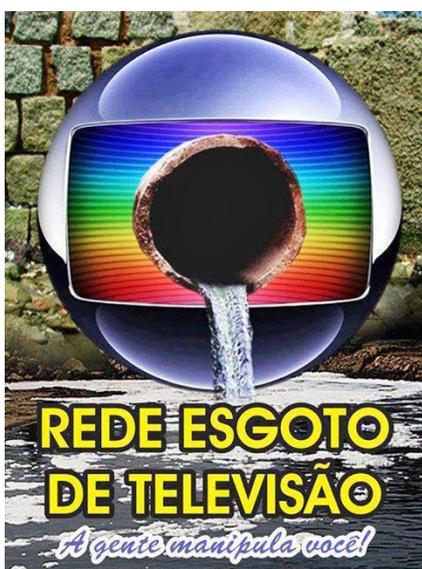
O marxismo althusseriano está bem presente em Laclau, que teve, principalmente em um primeiro momento, grandes influências das ideias desse autor. Em 1977, Laclau publicou “Política e Ideologia em la Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo”, onde faz contribuições para o conceito de ideologia de Althusser, incorporando o *princípio articulatório* nas interpelações. As várias

ideologias, de que fala Althusser, têm seu caráter de classe constituído pelo princípio articulatório, não tendo uma determinação em essência.

Tomemos um caso: o nacionalismo é uma ideologia feudal, burguesa ou proletária? Considerado *em si mesmo* não tem nenhuma conotação classista. Esta última somente procede de sua articulação específica a outros elementos ideológicos. Uma classe feudal, por exemplo, pode ligar o nacionalismo à manutenção de um sistema de corte hierárquico-autoritário de tipo tradicional (pensemos na Alemanha de Bismark); uma classe burguesa pode ligar o nacionalismo ao desenvolvimento de um Estado nacional centralizado, em luta contra o particularismo feudal e, por sua vez, apelar para a unidade nacional, como forma de neutralizar os conflitos de classe (pensemos no caso francês); finalmente, um movimento comunista pode denunciar a traição das classes capitalistas à causa nacional e articular, em um discurso ideológico unitário, nacionalismo e socialismo (pensemos, por exemplo, em Mao⁹ (LACLAU, 1986a, p. 186, tradução nossa).

Usando um exemplo atual, e já nos aproximando do discurso, a rejeição à Rede Globo, expressa em frases como “Globo Lixo”, “Fora Rede Globo” e “Rede Esgoto, que por muito tempo teve uma ligação quase que automática ao campo da

Figura 3 – “Rede Globo, emissora golpista”. Imagem publicada em tópico de discussão do site Gloove.



Disponível em <<https://bit.ly/2REI2pH>>

Figura 4 – Imagem compartilhada no grupo de Whatsapp “Bolsonaro Mito”.



Disponível em <<https://bit.ly/2FmxfdS>>

⁹ Tomemos un caso: el nacionalismo, ¿es una ideología feudal, burguesa o proletaria? Considerado en sí mismo no tiene ninguna connotación clasista. Esta ultima sólo procede de su articulación específica a otros elementos ideológicos. Una clase feudal, por ejemplo, puede ligar el nacionalismo al mantenimiento de un sistema de corte jerárquico-autoritario de tipo tradicional (pensemos en la Alemania bismarckiana); una clase burguesa puede ligar el nacionalismo al desarrollo de un Estado nacional centralizado en lucha contra el particularismo feudal y, a la vez, apelar a la unidad nacional como medio de neutralizar los conflictos de clase (piénsese en el caso francés); finalmente, un movimiento comunista puede denunciar la traición de las clases capitalistas a la causa nacional y articular en un discurso ideológico unitario nacionalismo y socialismo (piénsese, por ejemplo, en Mao).

esquerda, tem, hoje, um significado relativo a princípios articulatórios. O campo da esquerda ataca a Rede Globo justificando um envolvimento da emissora com o processo de impeachment da presidenta Dilma Russef e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre outras questões. A Rede Globo teria incentivado a opinião pública contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), através de reportagens sistemáticas, manipulando as informações. O campo bolsonariano¹⁰ acusa a Rede Globo de também manipular a opinião pública, mas com “mentiras” sobre Jair Bolsonaro e seus apoiadores, além de um suposto ataque à “moral da família”. Os dois campos atacam a Rede Globo, mas o significado das mensagens depende de princípios articulatórios. Vistas de uma forma isolada, não se tem um completo significado dessas imagens, que têm seu sentido arrematado através de princípios articulatórios.

A partir de escritos da década de oitenta, Laclau vai se distanciando do marxismo althusseriano até uma posição, chamada por ele mesmo de pós-marxista. Para isso, recorre a um processo de desconstrução de conceitos marxistas e a construção de uma teoria radicalmente não essencialista.

2.1.2.1 Ideologia e a impossibilidade da sociedade

O artigo “La impossibilidad de la sociedad”¹¹, publicado originalmente em 1983, em inglês, e republicado em espanhol no livro “Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo”, acena para a virada pós-marxista de Laclau, tratando exatamente de uma reflexão sobre a ideologia. É nesse texto que ele constrói um conceito de ideologia diverso dos empregados nas tradições marxistas. Escrito em um momento de crise nos países socialistas e no marxismo europeu, Laclau inicia colocando o conceito de ideologia como um dos problemas centrais da teoria marxista contemporânea. Nesse período, o debate marxista, muito estimulado pela crise, ampliava a importância da questão ideológica, que ganha força pela valorização das “superestruturas” na disputa hegemônica, com o avanço do neo-liberalismo, onde Margareth Thatcher era primeira-ministra da Inglaterra e Ronald Reagan o presidente norte-americano.

¹⁰ Usamos o termo “bolsonariano”, por ser utilizado pelos grupos de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro para se auto-identificar, rejeitando termos como “bolsonaristas”.

¹¹ Publicado originalmente como “The impossibility of society” no Canadian journal of political and social theory (v. 7, n 1 e 2, Hiver-Printemps, 1983).

Para Laclau, existiam dois enfoques clássicos sobre a questão da ideologia nas teorias marxistas. O primeiro, vindo diretamente de Marx, do qual tratamos anteriormente nesse capítulo, coloca a ideologia como uma “falsa consciência”, enquanto o outro a coloca no nível da “totalidade do social”, que é seguido por vários autores, incluindo Althusser. A crítica de Laclau a esse último enfoque se baseia no argumento de que, para que ele tenha validade, há de se conceber a sociedade como uma totalidade, que seria, em última instância, determinada pela ideologia, mesmo se admitindo que ela englobasse processos parciais. Ao final das contas, seria a ideologia dominante a “essência” formadora da sociedade, assumindo um caráter fundante. Quanto ao segundo enfoque, sua validade teria que se basear em uma concepção de que os sujeitos sociais assumem uma identidade de certa forma homogênea, tendo como fonte a ideologia. Para Laclau, “deste ponto de vista, ambos os enfoques se baseavam em uma concepção essencialista, tanto da sociedade quanto dos agentes sociais”¹² (LACLAU, 2000, p. 103).

Laclau, como veremos, retoma certos aspectos da concepção marxista original, mas invertendo-a. Mas refuta amplamente o enfoque de ideologia que permitiria uma concepção totalizante da sociedade. Mas, por quais motivos há, para Laclau, a impossibilidade dessa totalização da sociedade? As concepções que almejam dar conta de “princípios” da ordem social, onde se pode descrever e definir uma estrutura capaz de fixar sentidos de todo elemento ou processo social fora de si mesmo, ainda que aceitando o caráter relacional das identidades, mas acabando por conceder um centro a esse sistema relacional, e afirmando uma natureza *essencial* da sociedade (Laclau, 2000).

Façamos agora uma pausa, para uma breve incursão à filosofia do franco-argelino Jacques Derrida, que influenciou a desconstrução pós-marxista. Derrida faz uma crítica das relações binárias presentes no pensamento ocidental, que procuram estabelecer hierarquias como, dentro/fora; corpo/mente; fala/escrita; presença/ausência. A desconstrução¹³ derridiana questiona esse modelo propondo uma inversão, e decomposição de seus pressupostos. “A desconstrução se

¹² Desde este punto de vista, ambos enfoques se basaban en una concepción esencialista, tanto de la sociedad como de los agentes sociales.

¹³ Utilizado pela primeira vez por Jacques Derrida em 1967, na Gramatologia, o termo “desconstrução” foi tomado da arquitetura. Significa a deposição ou decomposição de uma estrutura. Em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente (“isso se desconstrói”), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico ou dominante (DERRIDA e ROUDINESCO, 2004, p. 9).

apresentará como um trabalho *no interior* dos discursos sustentadores do pensamento metafísico ocidental, já que seria, então, a melhor forma de abordá-los, desestabilizá-los e, por conseguinte, ampliar seus limites ou limiares” (PEDROSO JUNIOR, 2010, p. 11). A desconstrução de Derrida questiona os valores postos no discurso ocidental, trazendo ao lume sua intenção disfarçada, ou nem tanto, de tecer pressupostos *necessários* para a constituição de subjetividades e de uma *verdade*, deslocando os elementos constitutivos para a contingência e um plano descentralizado, sem referente e significantes necessários.

Laclau desconstrói a concepção de ideologia sob influência da filosofia derridiana, ao negar uma centralidade no social, que o poderia definir. Considerando que um dos grandes avanços do estruturalismo foi o reconhecimento do caráter relacional das identidades, Laclau aponta como seu limite a conversão dessas relações em um *sistema*, em uma *essência*.

Frente a esta visão essencialista, hoje em dia nós tendemos a aceitar a infinitude do social, quer dizer, o fato de que todo sistema estrutural é limitado, que está sempre rodeado por um “excesso de sentido” que ele é incapaz de dominar e que, em consequência, a “sociedade” como um objeto unitário ou inteligível, que funda seus processos parciais, é uma impossibilidade¹⁴ (LACLAU, 2000, p. 104, tradução nossa).

Esse “excesso de sentido” é consequência da ausência de centralidade que defina a sociedade, desta forma, há apenas uma fixação parcial de significados, que se multiplicam, produzindo um excesso de sentidos. Os múltiplos significados impedem um “fechamento” do social, impedindo uma *essência*. Preservando o caráter relacional de toda identidade, porém negando a fixação dessas identidades em um sistema. “Nesse caso, o social deve ser identificado com o *jogo infinito das diferenças*¹⁵, quer dizer, com o que, no sentido mais estrito do termo podemos chamar *discurso*”¹⁶ (LACLAU, 2000, p. 104, tradução nossa).

Se não há uma fixação plena do social, isso não quer dizer que vivemos em uma sociedade totalmente arbitrária. Existe uma fixação parcial, que procura

¹⁴ Frente a esta visión esencialista, hoy día tendemos a aceptar la infinitud de lo social, es decir, el hecho de que todo sistema estructural es limitado, que está siempre rodeado por un “exceso de sentido” que el es incapaz de dominar y que, en consecuencia, la “sociedad” como un objeto unitario o inteligible que funda sus procesos parciales, es una imposibilidad.

¹⁵ Laclau utiliza o termo “jogo infinito das diferenças”, tomando-o de Derrida, para quem “o jogo das diferenças supõe, de fato, sínteses e remessas que impedem que, em algum momento, em algum sentido, que um elemento simples esteja presente em si mesmo e remeta apenas a si mesmo” (DERRIDA, 2001, p. 32).

¹⁶ En ese caso lo social debe ser identificado con el juego infinito de las diferencias, es decir, con lo que en el sentido más estricto del término podemos llamar *discurso*.

“domesticar a infinitude, de abarcá-la dentro da finitude de uma ordem¹⁷ (LACLAU, 2000, p. 105). Nesse caso, não falamos, de forma alguma, de algo que seja uma essência do social, mesmo que tomemos a possibilidade da existência de uma “essência parcial”. O caso aqui, deve ser visto ao contrário, a estrutura não é essência **do**, mas atua **sobre** o social, na intenção de hegemonizá-lo.

A desconstrução de Laclau sobre o conceito de ideologia como uma “falsa consciência” levanta indagações semelhantes, porém, questionando a possibilidade de fixação da identidade do sujeito. Seria somente considerando essa fixação possível que poder-se-ia falar sobre uma “falsa consciência”, como o exposto no marxismo clássico, onde os interesses de classe são intrínsecos ao, por exemplo, proletariado. Mesmo que ainda não tenha a consciência de classe, quando é uma classe *em si*, isso acontece pela ideologia hegemônica burguesa que, quando superada, dará ao proletariado a verdadeira consciência de classe, *para si*, uma concepção quase teleológica. Para Laclau, não seria isso possível, o que impediria a concepção de ideologia marxista clássica.

A própria identidade foi crescentemente questionada quando o fluxo das diferenças nas sociedades capitalistas avançadas indicou que a identidade e homogeneidade dos agentes sociais era uma ilusão, que todo sujeito social é essencialmente descentrado, que sua identidade nada mais é do que uma articulação instável de posições em constante mudança. [...] Si todo agente social é um sujeito descentrado, se quando tentamos determinar sua identidade não encontramos outra coisa senão o movimento caleidoscópico das diferenças, em que sentido podemos dizer que os sujeitos se representam falsamente a si mesmo?¹⁸ (LACLAU, 2000, p.105, tradução nossa).

Através de seus questionamentos sobre a impossibilidade da sociedade, Laclau chega a uma concepção de ideologia onde, ao invés de eliminá-la, abre caminho para colocar o *discurso* como categoria conformadora do social. Para isso, utiliza uma inversão desconstrutiva da ideologia marxista clássica. Apesar da impossibilidade de fixação plena da sociedade, existem fixações parciais, da mesma forma que, não existe uma homogeneidade das identidades dos sujeitos com naturalizações essencialistas das identidades. Há então, uma falsa representação dos

¹⁷ Domesticar la infinitud, de abarcarla dentro de la finitud de un orden.

¹⁸ La propia identidad de los agentes sociales fue crecientemente cuestionada cuando el flujo de las diferencias en las sociedades capitalistas avanzadas indicó que la identidad y homogeneidad de los agentes sociales era una ilusión, que lodo sujeto social es esencialmente descentrado, que su identidad no es nada más allá de la articulación inestable de posicionalidades constantemente cambiantes. [...] si todo agente social es un sujeto descentrado, si cuando intentamos determinar su identidad no encontramos otra cosa que el movimiento caleidoscópico de las diferencias, ¿en qué sentido podemos decir que los sujetos se representan falsamente a sí mismos?

sujeitos sociais, onde se mantém a categoria da *ideologia*. Todavia, essa ideologia laclauiana é estabelecida invertendo seu sentido, através de uma prática desconstrutiva. Dessa forma, a falsa representação não seria uma essência positiva, mas o contrário, “consistiria no não reconhecimento do caráter precário de toda positividade, na impossibilidade de toda sutura final¹⁹ (LACLAU, 2000, p. 106, tradução nossa). Através do ideológico, a sociedade tenta se estabelecer sob as bases de um fechamento, não reconhecendo assim o jogo infinito das diferenças. Isso ocorre por meio de *formas discursivas* que procuram uma fixação de sentidos, mesmo parcial. Ou seja, o ideológico seria o constitutivo desse social suturado de forma precária, através do discurso. Esse social, entretanto, existe apenas como um esforço de instituir a sociedade, o que seria impossível.

Em HES o argumento da impossibilidade da sociedade aparece de uma forma mais estruturada, onde o caráter incompleto de toda totalidade leva os autores a “abandonar, como terreno de análise, a premissa da ‘sociedade’ como uma totalidade suturada e autodefinida. ‘Sociedade’ não é um objeto válido de discurso (Laclau e Mouffe, 20015, p. 185). É na busca dessa concepção de discurso, que descarta a sociedade, que seguimos adiante.

2.2 O discurso em Laclau e Mouffe

Ao desconstruir o conceito marxista de ideologia, abre-se uma nova concepção de discurso, onde todas as práticas são discursivas e nenhum sistema discursivo é protegido dos efeitos de outros. Percorremos, anteriormente nesse capítulo, alguns aspectos da trajetória de Laclau no sentido do pós-marxismo, e construção da Teoria do Discurso Político. Iremos agora nos deter à concepção de discurso laclauiana, partindo do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (HES), escrito numa parceria de Laclau e Mouffe. Nesse itinerário, ainda iremos relacionar outras obras de Laclau, além de interlocuções com diferentes autores.

Publicado originalmente em 1985, em inglês, com o título *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic*, HES é a obra onde a Teoria do Discurso Político é melhor sistematizada. Em seu início, faz uma revisão crítica da trajetória da teoria marxista, passando por vários autores, desde Marx, incluindo Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lenin, Bernstein, Sorel, Gramsci e Althusser.

¹⁹ Consistiria en el no reconocimiento del carácter precario de toda positividad, en la imposibilidad de toda sutura final.

Anteriormente, já apontamos alguns caminhos dessa trajetória, e retomaremos outros posteriormente, ao tratar de uma forma mais ampla a revisão do conceito de *hegemonia* e suas novas possibilidades de uso. Agora, iremos ter um foco nas categorias da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, tendo a consciência de que não podem ser tratados de uma forma isolada em relação a outros conceitos dispostos nessa obra. Para tanto, seguiremos o “roteiro” que os próprios autores dispuseram em HES, a partir de seu capítulo três.

É aqui que o discurso assume lugar fundamental, no sentido de que os autores colocam o que chamam de “campo discursivo” como o “campo do social”, onde as práticas sociais são práticas discursivas e até mesmo as identidades se constituem enquanto discursos. Não se trata, porém, de levar o social para o campo linguístico, mas sim que o discurso perpassa todo o social, onde o campo discursivo busca a hegemonia, se conformando em práticas articulatórias, que fazem relações entre elementos, alterando suas identidades e buscando estruturar uma realidade.

2.2.1 Campo discursivo e Práticas Articulatórias

A *prática articulatória* é a categoria inicial que utilizaremos para explicar a Teoria do Discurso Político. Ela é colocada por Laclau e Mouffe como a “construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinidade do campo da discursividade” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188). Observamos nessa definição a relação direta com a formulação da “Impossibilidade da sociedade”, de que tratamos anteriormente, no sentido de que as relações discursivas consistem em elementos relacionados que podem, em certos contextos, significar uma totalidade, porém, sempre parcial. Percebemos que a categoria de “relações discursivas” ou, por assim dizer, *discurso*, praticamente coincide com o conceito de *ideologia* formulado por Laclau anteriormente à publicação de HES, demonstrando a ampliação da predominância do discurso em sua teoria a partir de 1985.

Para que tenhamos uma *articulação*, é necessária a existência de elementos possíveis de serem identificados separadamente que se articulam, dessa forma, a articulação é vista como *prática*, e não algo que já está dado. Ela “deve implicar alguma forma de presença separada de elementos que aquela prática articula ou recompõe (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 164). É através dessas práticas

articulatórias que acontece a fixação de sentido parcial, na busca de constituir e organizar as relações sociais, conformando uma totalidade. À totalidade que é dada por essas práticas articulatórias, chamaremos *discurso* (LACLAU e MOUFFE, 2015).

Para melhor compreensão, tomemos o exemplo, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Sua prisão, ocorrida no dia sete de abril de 2018, suscitou reações diversas na população e expôs uma disputa de discursos sobre o significado de “Lula”. Para uma parte da população, Lula estava sendo vítima de uma injustiça, ao ser preso por uma condenação onde não havia provas definitivas, tornando-se um preso político. Aliado a isso, eram lembradas as realizações de seu governo, que teria tirado milhões de brasileiros da miséria, ampliado o acesso à educação superior etc. Para outra parcela da população, fez-se justiça com a prisão de Lula, que teria recebido vantagens indevidas de empresas, em trocar de favorecimento em contratos com o Governo Federal. Lula seria o líder de um grande esquema de corrupção, responsável, em grande parte, pela situação de crise pela qual passa o Brasil.

Figura 5 – Ilustração “Lula Livre”, do site Humor Político.



Disponível em <<https://bit.ly/2Cl2uCs>>

Figura 6 – Frame de vídeo publicado no YouTube, com paródia musical “Lula lá na cadeia”.



Disponível em <<http://youtu.be/qLwx08Jj-qA>>

O significado de “Lula” depende dos discursos que constituem sua identidade. No discurso do Partido dos Trabalhadores, Lula é um líder popular que amargura uma prisão de caráter político, que teve como um dos objetivos impedir sua candidatura à Presidência da República. Para o discurso do “bolsonarismo”, Lula

liderou uma quadrilha que perpetrou o maior roubo aos cofres públicos da história desse país. Temos aqui o exemplo de duas estruturas discursivas que são, cada uma delas, uma construção social e política, determinada por práticas articulatórias envolvendo elementos, e que também institui posições de sujeito onde agentes sociais se identificam. Isso não quer dizer que existam apenas essas duas estruturas discursivas em relação ao “Lula”. Mas as duas que exemplificamos aqui, nos parecem ser as principais que disputam um campo de significados, tentando fixar identidades, realizar o “fechamento” de uma totalidade e se constituir de forma hegemônica. Todavia, por mais exitoso que seja o discurso de um projeto político, na sua intenção de dominar um campo discursivo, ele jamais conseguirá articular completamente todos os elementos. Existe um exterior que é constituído por outros discursos, que se limitam mutuamente, ao mesmo tempo que se sobredeterminam, de uma forma que não há nem uma pura interioridade, nem uma outra exterioridade (BURITY, 1997).

2.2.2 Pontos Nodais, Significantes Flutuantes e Significantes Vazios

As práticas articulatórias passam pela construção de *pontos nodais*²⁰, fundamentais para a fixação parcial de sentidos. Mas, o que seriam esses *pontos nodais* para Laclau e Mouffe? Para eles, um discurso tenta dominar o campo da discursividade e, para isso, existem alguns pontos excepcionais articulados na formação discursiva.

A impossibilidade de uma fixação última de sentido implica que deve haver fixações parciais [...]. Mesmo para que se possa diferir, subverter o sentido, há de haver *um* sentido. Se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma *sociedade*, o social só existe, no entanto, como um esforço para construir esse objeto impossível. Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro. Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de *pontos nodais*. (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 187).

São os *pontos nodais* que, no processo articulatório, fazem o papel primordial de unificar o espaço político. Devemos, entretanto, salientar que em determinada formação social podemos ter vários pontos nodais hegemônicos,

²⁰ A categoria de pontos nodais vem do conceito de mesmo nome de Lacan. “Lacan insistiu nestas fixações parciais através de seu conceito *points de capiton*, isto é, de significantes privilegiados que fixam o sentido de uma cadeia significante. Esta limitação da produtividade da cadeia significante estabelece as posições que tornam possível a predicação – um discurso incapaz de gerar qualquer fixação de sentidos é o discurso do psicótico (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 187).

inclusive sendo de irradiação de múltiplos efeitos totalizantes, para mais de uma formação discursiva. Em um exemplo que demos (figuras 3 e 4) a convocação para um boicote à audiência da Rede Globo de Televisão poderia ser considerada, dentro de uma formação discursiva sobre a manipulação dos meios de comunicação, um ponto nodal. Porém, esse ponto nodal não teria o mesmo significado, quando visto mais de perto, nos discursos do “campo da esquerda” e do bolsonarismo, apesar de estar presente em ambos. De certa forma, findaria por não ser o mesmo ponto nodal, que sempre deve ser visto como parte de um processo articulatório. Esse é o momento ideal para introduzir a categoria de *significantes flutuantes*, que conseguem articular múltiplos diferenciais (LACLAU e MOUFFE, 2015). O exemplo que demos logo acima também ilustra essa categoria. O boicote à Rede Globo é um significante “disputado” por diferentes discursos, que inclusive têm uma relação antagônica. Vemos aí a não-fixação entre significante e significado e, “neste sentido, pode-se entender que existem determinados *significantes flutuantes* e, através deles, é possível conceitualizar a luta de distintos movimentos políticos por fixarem parcialmente certos significantes com determinadas significações” (SOUTHWELL, 2008, primeiro parágrafo da seção 6.2).

Além dos significantes flutuantes temos, na Teoria do Discurso de Laclau, a categoria de *Significantes Vazios*. “Um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado”²¹ (LACLAU, 1996, p.69, tradução nossa). É dessa forma que Laclau inicia sua definição do conceito, no capítulo “Por qué los significantes vacíos son importantes para la política?”, publicado no livro “Emancipación y Diferencia”. É claro que, se ficarmos por aí, isso não faria sentido. Não seria possível algo desprovido de sentido fazer parte de um sistema de significações. Os *significantes vazios* na verdade são produzidos não por uma falta absoluta de significados, mas sim pelo excesso deles, pela subversão do processo de significação e uma lógica de equivalência. Eles são esvaziados de seus significados particulares e assumem outros, de uma forma que, pelo seu caráter polissêmico, perde a possibilidade de produzir sentidos específicos (MENDONÇA, 2006).

Para esclarecer sobre o significante vazio, o que facilita seu entendimento, temos a “Campanha das Diretas Já”, exemplo utilizado por Daniel Mendonça em seu artigo “A condensação do imaginário popular opositor num significante vazio: as

²¹ Un significante vacío es, en el sentido estricto del término, un significante sin significado.

"diretas já". Para ele, as "diretas já" condensaram muito mais sentidos do que o desejo de votar para presidente. "Foi um discurso capaz de ampliar *ad infinitum* seus conteúdos e significar o estabelecimento de um sentido hegemônico, um significante vazio, que, no limite, deixava absolutamente claro que não era mais possível o Brasil viver sob a égide autoritária (MENDONÇA, 2006).

Um significante vazio também pode fazer parte de uma disputa de discursos antagônicos e, não necessariamente, assumir significados positivos. Um outro exemplo, desta vez dado por nós, é o significado que o Partido dos Trabalhadores, o PT, assumiu no discurso bolsonariano, nas eleições presidenciais de 2018. Seu significado, como um partido originário nos movimentos sociais, identificado com os trabalhadores e defensor de um programa voltado para as camadas mais populares, foi esvaziado. Na disputa por esse significado, foi preenchido, no discurso do campo bolsonariano, pela corrupção, má gestão do estado, culpa pela crise econômica, apoio a pautas contrárias à moral conservadora (em articulação com o discurso evangélico neopentecostal) etc.

O significante vazio condensa vários significados em um discurso, perdendo seu sentido particular exatamente pelo excesso de sentidos articulados. Pode ainda representar uma ideia hegemônica no campo da discursividade e refletir determinado imaginário social (MENDONÇA, 2006).

2.2.3 Antagonismo e Deslocamento

Como uma teoria não essencialista, como já tratamos, o conceito de *antagonismo* em Laclau e Mouffe, segue ancorado nesse pressuposto. Para eles, em HES, as lutas sociais não acontecem entre identidades já previamente estabelecidas. O antagonismo em uma luta política não acontece de forma prévia e determinada, como seria, por exemplo, o conflito entre camponeses e proprietários de terra, para ficar em um exemplo utilizado pelos autores. Não seriam relações de classe dada *a priori* que provocam, necessariamente, uma relação antagônica. Para isso ser verdadeiro, teríamos que admitir que as identidades dos sujeitos podem ser plenamente constituídas, que eles teriam uma "essência" estabelecida, o que contradiz toda a teoria de Laclau. O que é posto em HES é exatamente o contrário.

Laclau e Mouffe argumentam que os antagonismos sociais ocorrem porque os agentes sociais são *incapazes* de atingir suas identidades (e, portanto, seus interesses), e porque eles constroem um "inimigo" que é considerado

responsável por esse “fracasso” ²² (HOWARTH, 2000, p. 105, tradução nossa).

A relação antagônica surge no momento em que os agentes sociais têm sua identidade bloqueada pelo “inimigo”, e não em um instante anterior. Esse, e qualquer antagonismo, pressupõe, dessa forma, a necessidade da existência de um “outro”, que impede a plena existência de uma identidade. Essa articulação dá origem a discursos antagônicos que, ao mesmo tempo, limitam a existência do outro, e são essenciais para sua existência mútua.

Tomemos, mais uma vez, um exemplo atual e próximo de nossa realidade. O discurso anti-petista do “bolsonarismo” articula uma relação antagônica com o discurso petista, colocando-o como responsável pelo bloqueio de sua identidade, que significaria, grosso modo, um conservadorismo moral, o combate à corrupção do estado e o liberalismo econômico. O PT é constituído como o “outro” antagônico, que impede a existência plena do bolsonarismo e de seus interesses, ao mesmo tempo que é a condição de possibilidade do discurso bolsonarista. Ressaltamos que essa exemplificação está sendo posta de uma forma simplificada e condensada, sem a complexidade que teria em uma análise de discurso mais ampla.

Vista dessa forma, a relação antagônica confirma a não existência de leis necessárias da história, ou agentes políticos universais com identidades pré-constituídas. Os antagonismos são formados por experiências sociais, sem ter nenhuma lógica positiva ou caráter essencialista (HOWARTH, 2000).

Porém, esse entendimento de *antagonismo* que é colocado em HES, foi posteriormente repensado e essa “radicalidade” da não existência de nenhuma articulação anterior à experiência social de seu surgimento é reformulada, depois de crítica sobre o conceito de *antagonismo* expressado em HES, empreendida por Slavoj Žižek, para quem a verdadeira falha existente em HES está cristalizada no conceito de *antagonismo social* (ŽIZEK, 2000). É introduzido por Laclau, no livro “Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo”, publicado originalmente em 1990²³, o conceito de *deslocamento*, que passa a ter um lugar primeiro em relação ao *antagonismo*. A elaboração desse conceito, em sua forma mais definida, coincide com um contexto histórico de ruptura, com a derrocada de regimes “socialistas” do leste

²² Laclau and Mouffe argue that social antagonisms occur because social agents are *unable* to attain their identities (and therefore their interests), and because they construct an ‘enemy’ who is deemed responsible for this ‘failure’.

²³ New reflexions on the revolution of our time, Verso, 1990.

européu (como na Romênia), a tentativa de reformas na União Soviética (com a Glasnost e Perestroyka) e revoltas estudantis na China (marcadas por protestos e enfrentamentos na Praça Tiananmen). E o *deslocamento* vem melhor explicitar a formação de identidades, para além do outro antagônico.

O social, na Teoria do Discurso Político, é impossível, no sentido de não ser completo, de não ter um fechamento totalizante. Mas isso não significa uma ausência do social, da sociedade. Ela existe exatamente nas tentativas de fixação dos significados e identidades, através de práticas articulatórias, dos discursos. O deslocamento emerge em uma situação em que esse fechamento parcial do social tem uma ruptura em sua estrutura. Há uma ausência de significado nessa “crise”, o que finda por possibilitar a emergência de novas identidades e ressignificação de outras, alterando a estrutura discursiva.

Laclau, que concebeu essa categoria em um momento de crise do social, usa o exemplo dos efeitos de deslocamento na vida dos trabalhadores, na emergência do capitalismo, no século XVIII, que seriam:

A dissolução das comunidades tradicionais, a disciplina brutal e extenuante da fábrica, os baixos salários, a insegurança do emprego. Mas esses são apenas uma face dos efeitos. Porque a resposta dos operários ao deslocamento de suas formas de vida pelo capitalismo não foi submeter-se de modo passivo aos ditames deste último, mas sim quebrar as máquinas, organizar sindicatos, realizar greves. E nesse processo, novos conhecimentos, novas habilidades necessariamente emergem, que de outro modo não se teriam gerado ²⁴ (LACLAU, 2000, p. 56, tradução nossa).

As relações de deslocamento que acontecem em momentos de crise nas estruturas discursivas conduzem a efeitos onde temos consequências negativas, mas também o surgimento de possibilidades de ação histórica (LACLAU, 2000). Nesse processo, que é articulatório, emergem ainda novas identidades e novos significantes, que vêm substituir outros que findam por perder seu sentido, e mesmo se configurar como totalmente novos. “Se os deslocamentos provocam uma disrupção nas identidades e discursos, eles também criam uma insuficiência no nível dos significados, que estimulam novas construções discursivas, que tentam suturar a

²⁴ La disolución de las comunidades tradicionales, la disciplina brutal y extenuante de la fábrica, los os salarios, la inseguridad del empleo. Pero esta es sólo una faz de estos efectos. Porque la respuesta de los obreros a la dislocación de sus formas de vida por el capitalismo no fue someterse de modo pasivo a los *diktats* de este último, sino romper máquinas, organizar sindicatos, llevar a cabo huelgas. Y en este proceso nuevos conocimientos, nuevas habilidades emergían necesariamente, que de otro modo no se hubieran generado.

estrutura deslocada”²⁵ (HOWARYH e STAVRAKAKIS, 2000, p. 20, tradução nossa).

A categoria de *deslocamento* introduzida por Laclau em um momento posterior à publicação de HES, assume uma função central em sua teoria do discurso e ainda causa uma alteração na concepção de antagonismo. Este, passa a admitir, em sua formação, a existência de produção de sentidos anterior ao seu momento de surgimento. Desta forma, o “outro” antagônico já faz parte do sistema de significação anteriormente, e não apenas no instante do processo articulatório que gerou a relação antagônica.

2.2.4 Lógica da Equivalência e Lógica da Diferença

“A sociedade nunca consegue ser plenamente sociedade, porque tudo nela é atravessado pelos seus limites, os quais a impedem de constituir-se como uma realidade objetiva” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 204). Porém, os discursos buscam constituir o social, através de práticas articulatórias, formação de campos antagônicos etc. Ao fazer isso, supomos a existência de uma exterioridade aos discursos, o que confirma a impossibilidade de totalização do social. Os limites do social, todavia, não se dão exteriormente, mas sim de forma interior ao discurso, impedindo que este se constitua como uma “presença plena” (LACLAU e MOUFFE, 2015). Esses limites acontecem através de uma subversão da aspiração desse social de se tornar absoluto. As categorias de *Equivalência* e *Diferença* estão no âmago dessa subversão, e da própria construção dos antagonismos sociais. Para compreender a *equivalência* é necessário enxergá-la com um significado inverso ao usual. A *equivalência* aqui não se refere à uma relação de igualdade, mas à dessemelhança. Em HES isso é exemplificado pela relação antagônica de colonizador e colonizado.

Num país colonizado, a presença do poder dominante é evidenciada diariamente através de uma variedade de conteúdos: diferenças de vestimenta, de linguagem, de cor da pele, de costumes. Uma vez que cada um desses conteúdos é equivalente aos outros em termos de sua comum diferenciação do povo colonizado, eles perdem sua condição de *momento* diferencial, e adquirem o caráter flutuante de um *elemento*. Assim, a equivalência cria um segundo sentido (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 205).

Tentemos aclarar a lógica da equivalência em Laclau, no sentido de que ela é fundamental na construção dos antagonismos. Os conteúdos comuns aos

²⁵ If dislocations disrupt identities and discourses, they also create a lack at the level of meaning that stimulates new discursive constructions, which attempt to suture the dislocated structure.

colonizadores incorporam diferenças entre si, mas através da equivalência, aquelas são enfraquecidas ao ponto de não mais se adequarem ao seu significado na formação discursiva. Tornam-se *elementos* que são novamente articulados pela equivalência. Há, então, a criação de um novo sentido que se refere a esses elementos. Esse sentido não existia naquele discurso e, nesse exemplo, as determinações dos conteúdos do colonizador passam a significar uma oposição ao colonizado, dissolvendo sua positividade. “O colonizador é discursivamente construído como o anticolonizado. Em outras palavras, a identidade torna-se puramente negativa [...] representada indiretamente, através de uma equivalência entre seus momentos diferenciais” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 207). O novo sentido, construído pela lógica da equivalência, é diferente e antagônico em relação ao colonizado, o que ele *não é*. Para Laclau e Mouffe, dois termos, para serem equivalentes, devem ser diferentes.

Observem bem que a lógica da equivalência não é simplesmente a união de significados diferentes em um novo significado. Ela necessita que esse significado seja uma negação de outro. Através da equivalência são construídas identidades antagônicas. Vamos melhor exemplificar através do processo que o “petismo”, e o “campo da esquerda” de uma forma geral, tem sofrido nos últimos anos que, para nós, obedece a uma lógica de equivalência. No campo discursivo, o discurso bolsonariano construiu uma lógica de equivalência em relação ao PT, onde conteúdos como “defesa dos direitos humanos”, “defesa do meio ambiente”, “antiarmamentismo”, “feminismo”, “reforma agrária”, entre outros, tiveram seus significados subvertidos e, através de uma equivalência, passam a ter sua significação ligada ao PT que, por sua vez, atua como significante vazio, representando corrupção, incompetência etc. Com a lógica da equivalência, esses conteúdos de que falamos perdem sua diferenciação e assumem uma posição antagônica em relação à uma identidade “bolsonariana”, que se forma a partir dessa oposição, negando “tudo que está aí”. Esse exemplo está sendo dado, grosso modo, como forma de facilitar a compreensão da *lógica da equivalência*, mas ressaltamos que essa produção de sentidos e identidades pela equivalência, como tudo que está compondo um campo discursivo, tem um caráter precário, podendo ser alterada, por sua natureza relacional.

Enquanto a *lógica da equivalência* condensa significado e simplifica o espaço político, a *lógica da diferença* o amplia e complexifica. Invertendo o último exemplo utilizado, imaginemos a quebra da cadeia de equivalências que forma o

antagonismo entre o bolsonarianismo e a esquerda, o que “simplifica” o campo político. Desta forma, por exemplo, o feminismo, a defesa do meio ambiente, a reforma agrária, são transformadas em diferenças objetivas no campo discursivo, assumindo identidades positivas, se diferenciando umas das outras, enfraquecendo o papel do antagonismo. Laclau utiliza como exemplo da *lógica da diferença* o estabelecimento do *Welfare State*, onde “toda exigência pode (potencialmente) ser satisfeita e, assim, ser considerada como uma diferença legítima no interior do sistema. Aqui, a lógica da diferença é expandida para um horizonte tendencialmente ilimitado” (LACLAU, 1986b, p. 06).

2.3 Hegemonia, de Gramsci a Laclau e Mouffe

No início deste capítulo, colocamos um trecho de Marx que, para Laclau, se configura no “marco zero” da hegemonia, na tradição marxista (LACLAU, 2003). Retomemos a essa reflexão sobre Marx para, a partir daí, seguir o fio do conceito “laclauniano” de *hegemonia*. Se, para Marx, a fim de que uma classe específica efetue uma emancipação geral da sociedade, a partir de sua situação particular, é preciso que os interesses dessa classe sejam vistos como os interesses de toda sociedade (MARX, 2010), temos então um processo de dominação, que “dependerá da capacidade que tenha um limitado ator histórico para apresentar sua própria emancipação ‘parcial’ como equivalente à emancipação de toda a sociedade”²⁶ (LACLAU, 2003, p. 52, tradução nossa). A dominação, nesse caso, requer uma subordinação política que, englobaria um processo de universalização dos interesses particulares de uma classe o quê, para Laclau, seria necessariamente instável. As políticas emancipatórias teriam, por assim dizer, uma dimensão hegemônica.

Passemos então aos caminhos tomados por Gramsci em sua definição de *hegemonia* e as distinções em relação a Marx. Para o filósofo italiano, a hegemonia não deve ser encarada como uma subordinação a um grupo hegemônico, mas que os interesses de outros grupos devem ser considerados.

É incoerente que a formulação concreta da questão hegemônica seja interpretada como um fato que subordina o grupo hegemônico. O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida (GRAMSCI, 1976, p. 33).

²⁶ Dependerá de la capacidad que tenga un limitado actor histórico para presentar su propia emancipación “parcial” como equivalente de la emancipación de la sociedad toda.

O processo hegemônico de dominação, posto em Marx e posteriormente, até com maior ênfase, em Lênin²⁷, é alterado para uma demanda de ampliação da base social da *classe fundamental*, através de alianças e apoio de grupos aliados, através do consenso (GRAMSCI, 1976). Desta forma, ele situa na *sociedade civil* o principal campo na luta contra a classe dominante, que exerce seu controle através da hegemonia, ressaltando a importância da cultura e da ideologia para a superação do capitalismo. Não devemos pensar, com isso, que há uma redução idealista na concepção de hegemonia de Gramsci, para quem “chega-se também à igualdade ou equação entre ‘filosofia e política’, entre pensamento e ação: em suma, a uma filosofia da *praxis*. Tudo é político, inclusive a filosofia ou as filosofias” (GRAMSCI, 1978, p.44).

Na disputa hegemônica, as classes subalternas precisariam criar seus próprios instrumentos de hegemonia, que estejam sob sua direção política e ideológica, e fazer alianças com amplos setores da sociedade, através de uma adesão orgânica, formando o que Gramsci chamou de *bloco histórico*, onde as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, ressaltando que a distinção que faz entre forma e conteúdo é meramente didática, já que as ideologias seriam apenas fantasias, sem as forças materiais (GRAMSCI, 1978). A criação do *bloco histórico* pelas classes subalternas é favorecida por uma crise de hegemonia da classe dirigente, que não é mais reconhecida como direção pelos subalternos. É em momentos como esse que há uma intensificação da disputa hegemônica, onde a classe dirigente procura mudar seu programa e retomar o controle (GRAMSCI, 1976).

Os conceitos de *guerra de movimento* e *guerra de posição* foram utilizados por Gramsci para ressaltar as mudanças que a estratégia socialista deveria ter, principalmente no que ele chamou de “estados mais avançados” do capitalismo. Termos extraídos da linguagem militar, são levados à ciência política, onde a superestrutura é comparada ao sistema de trincheiras da guerra, sendo capaz de resistir às crises econômicas, fazendo parte da *guerra de posição*. As profundas crises do capitalismo não levariam, necessariamente, à sua derrocada, tendo uma

²⁷ A ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para dominar os opressores, não pode limitar a um simples alargamento da democracia. Ao mesmo tempo que é um alargamento considerável da democracia, agora e pela primeira vez democracia para os pobres, democracia para o povo e não para os ricos, a ditadura do proletariado acarreta uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. A estes, é necessário dominá-los a fim de libertar a humanidade da escravatura assalariada, é necessário quebrar sua resistência pela força; e, é evidente que, onde há repressão há violência, não há liberdade, não há democracia (LÊNIN, 1970, p. 101).

“sociedade civil complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc)” (GRAMSCI, 1976, p. 73). Observamos que há, em Gramsci, um avanço em relação ao marxismo ortodoxo, quanto a um necessário determinismo econômico, dando à *guerra de posição* uma importância significativa na luta pelo socialismo.

A concepção de hegemonia gramsciana pode ser considerada uma ruptura na tradição marxista clássica, colocando a necessidade de que ideias e valores sejam compartilhados por vários grupos sociais e, de uma forma consensual, seja base de uma vontade coletiva, contribuindo para a formação de um bloco histórico.

O pensamento gramsciano tem grande importância na teoria da hegemonia de Laclau e Mouffe. Eles o colocam como um “ponto de partida conducente a um novo arsenal de conceitos – guerra de posição, bloco histórico, vontade coletiva, hegemonia, reforma intelectual e moral – que são as bases de nossas reflexões” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 36). Ao mesmo tempo, no prefácio para a edição espanhola de HES, apontam o pensamento de Gramsci como “apenas um momento transicional na desconstrução do paradigma político essencialista do marxismo clássico”²⁸ (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 05, tradução nossa). Esse limite existente em Gramsci se baseia no fato de que ele, apesar dos avanços em sua teoria, coloca os interesses de uma “classe fundamental” como único princípio a unificar toda formação hegemônica. Mantem-se assim o caráter necessário da classe e o essencialismo de sua concepção (LACLAU e MOUFFE, 2015).

Em Gramsci, a política é finalmente concebida como articulação, e através de seu conceito de bloco histórico é introduzida uma complexidade profunda e radical na teorização do social. Porém, mesmo para Gramsci, o cerne último da identidade do sujeito hegemônico é constituído num ponto externo ao espaço que ele articula: a lógica da hegemonia não desenvolve todos os seus efeitos destrutivos no terreno teórico do marxismo clássico (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.154).

O conceito de *hegemonia* de Laclau e Mouffe amplia a desconstrução do marxismo clássico. A impossibilidade do social, de que tratamos anteriormente, é basilar para o conceito de *hegemonia* dos autores. Michèle Barret nos apresenta uma alegoria, essa eterna incompletude do tecido social: “um corpo político cuja pele está

²⁸ sólo un momento transicional en la desconstrucción del paradigma político esencialista del marxismo clásico.

permanentemente dilacerada, exigindo um plantão interminável na sala de emergência por parte dos cirurgiões da hegemonia, cuja sina é fechar os cortes, temporariamente e com dificuldade” (BARRET, 1996, p. 249). A impossibilidade de totalização permanente do social é acompanhada da não fixação de identidades, fazendo cair por terra a necessária ligação entre classe e uma tarefa histórica que lhe era dada na construção da hegemonia, que passa a ser contingente (que pode ocorrer ou não).

O campo discursivo é suturado constantemente, de forma precária e contingente, através de sucessivas práticas articulatórias. Isso, porém, não se configura necessariamente em uma prática hegemônica, que tem suas especificidades. Quando tratamos de hegemonia, é preciso que “a articulação tenha lugar por meio de um confronto com práticas articulatórias antagônicas – em outras palavras, que a hegemonia emerja num campo atravessado por antagonismos e, portanto, suponha fenômenos de equivalência” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 215). Todavia, a presença do antagonismo ainda não é o bastante para termos uma prática hegemônica. Elementos flutuantes, capazes de se articular em campos opostos é outra condição em que a disputa hegemônica pode existir. A esses conceitos, colocados em HES, acrescentamos o *deslocamento*, que fragiliza uma estrutura discursiva, ampliando seus elementos flutuantes e crise nas identidades. Traçando um paralelo, isso equivaleria à uma *crise orgânica*, concebida por Gramsci. Uma *formação hegemônica* se estabeleceria, dentro dessas condições específicas, ao suturar, parcialmente, um campo discursivo, onde determinado discurso, ou discursos, realizassem práticas articulatórias, onde pontos nodais e significantes vazios são instituídos de uma forma que propiciem a configuração de identidades que, em tendência, se relacionam. O que Laclau chama de *formação hegemônica* equivaleria ao *bloco histórico* gramsciano. A descentralização radical do social, na teoria de Laclau, coloca a hegemonia como uma relação política, retirando qualquer determinação prévia do seu campo. Dessa forma, é possível a existência de vários pontos nodais hegemônicos, que podem ou não se sobredeterminar em diversas articulações.

O momento eleitoral, por óbvio, é uma situação que propicia a disputa hegemônica dos discursos. Porém, cada eleição apresenta uma intensidade diferente de articulações hegemônicas. O nível dos deslocamentos tem influência direta nessa questão, abrindo espaço tanto para articulações hegemônicas, quanto ao surgimento

de novas identidades ou ressignificação de outras. Passemos ao debate sobre as categorias de *identidade* e *sujeito*, fazendo a interlocução da Teoria do Discurso Político de Laclau com Hall, abrindo caminho para uma interlocução com o campo pós-colonial e decolonial, que aprofundaremos no capítulo seguinte.

2.4 As Identidades e o Universal

Já tratamos da impossibilidade da sociedade para Laclau, para quem o social, e mesmo as identidades, careceriam de uma essência que as determine *a priori*. Suas regularidades apenas se dariam em formas precárias e contingentes de fixação (LACLAU e MOUFFE, 2015). Mas isso não significa a inexistência completa de sentidos na estrutura social. Para Laclau, “um discurso em que nenhum sentido pode ser fixado não é outra coisa que o discurso do psicótico”²⁹ (LACLAU, 2000, p. 104, tradução nossa). A fixação de sentido, todavia, não se apresenta como uma *essência* implícita ao social, mas sim como parte de uma tentativa de hegemonizar o social, pelas práticas discursivas, lhe colocando limites. Mas o social sempre apresenta um excesso de significados, ultrapassando esses limites e impedindo, em última instância, seu fechamento em uma totalidade. Mesmo assim, há um fechamento, que é precário e contingente.

Essa contingência da Teoria do Discurso de Laclau é um componente imprescindível para seu entendimento sobre a formação das identidades. O cristianismo, onde tudo foi criado por Deus, é utilizado como origem de sua categoria de *contingência*³⁰.

“Contingente é aquele cuja essência não implica em sua existência. Nesse sentido, o único ser necessário, onde essência e contingência coincidem, é Deus. [...] Afirmar que algo é radicalmente contingente, que sua essência não implica sua existência, equivale, portanto, a dizer que as *condições de existência* de uma entidade são exteriores a ela mesma”³¹ (LACLAU, 2000, p. 36, tradução nossa).

²⁹ Un discurso en el que ningún sentido pudiera ser fijado no es otra cosa que el discurso del psicótico.

³⁰ A categoria de contingência em Laclau traz fundamentos de sua definição expressas em alguns momentos da história da filosofia. Na escolástica, sob influência da filosofia árabe, contingência significava aquilo que, sendo possível, pode ser necessário em relação a outra coisa, fazendo-a existir. Na filosofia contemporânea, a partir da obra de Boutroux, “A Contingência das Leis da Natureza”, o termo passou a ser praticamente o sinônimo de “não-determinado”, de imprevisível (ABBAGNANO, 1982).

³¹ Contingente es aquel ser cuya esencia no implica su existencia. En tal sentido, el único ser necesario, en el que esencia y contingencia coinciden, es Dios. [...] Afirmar que algo es radicalmente contingente, que su esencia no implica su existencia, equivale por lo tanto a decir que las *condiciones de existencia* de una entidad son exteriores a la misma.

Se no cristianismo a criação é um ato divino, onde aqueles que foram criados são contingentes e o criador mantém uma distância infinita para eles, Laclau coloca as identidades como relacionais. Nesse caso, o caráter contingente se mantém, no sentido de que não há uma essência determinante para elas e as relações não formam um sistema fechado. O que não implica que as identidades surjam de relações puramente externas e aleatórias, mas sim que não existe a possibilidade de serem totalmente fixadas. Ainda sobre *identidade*, Laclau usa o exemplo de que “vários estudos recentes têm mostrado de que modo ‘Oriente’ é simplesmente o resultado do discurso orientalista dos acadêmicos ocidentais”³² (LACLAU, 2000, p. 49, tradução nossa). Essa unificação acontece pela relação com um *exterior* (o ocidente) e por relação de articulação e equivalência, no fato negativo de que nenhum deles é ocidental. Surge uma identidade “oriental”, que é relacional e contingente.

Um outro componente constituinte das identidades é o *poder*. Esse *poder* não se refere a questões empíricas, que poderiam pressupor a existência de uma identidade fora dessa relação de poder. A afirmação de Laclau é que o estabelecimento de uma identidade social é um ato de *poder* e que a própria identidade tem em si *poder*. Se as identidades têm caráter contingente e, dessa forma, não necessária, para afirmar-se, mesmo que parcialmente, como objetividade, ela precisa reprimir aquilo que ameaça sua existência, em uma relação antagônica (LACLAU, 2000). Não devemos encarar isso como uma simples oposição dualista, mas sim resultado de antagonismos, disputas de significados flutuantes e outras articulações discursivas.

A *historicidade* é outra característica dada às relações sociais e identidades, que também vem de seu caráter contingente, e que também tem a contingência em seu próprio ponto de origem.

Uma última característica das relações sociais é sua radical historicidade. Isso decorre da natureza contingente de suas condições de existência. Não há o que poderíamos chamar de uma estrutura básica, dentro da qual ‘flui’ a história, mas sim que essa mesma estrutura é histórica. E é histórico também, portanto, o ser dos objetos, na medida em que é socialmente construído e estruturado em sistemas de significação. Isso implica que entender historicamente algo, significa reconduzi-lo às condições contingentes de sua emergência. Longe de buscar um *sentido objetivo* na história, se trata de

³² Varios estudios recientes han mostrado de qué modo el “Oriente” es simplemente el resultado del discurso orientalista de los académicos occidentales.

desconstruir todo o sentido, o remetendo ao seu fato original ³³ (LACLAU, 2000, p. 52, tradução nossa).

Na origem da contingência cristã, Deus *creatio ex nihilo*³⁴, as identidades têm algo anterior ao seu momento de surgimento, que é seu contexto histórico, sua historicidade. Essa história tem, ela mesma, um caráter contingente, sendo *uma* das histórias possíveis, que, em uma formação discursiva, logrou realizar uma sutura hegemônica, se constituindo como uma totalização, parcial e precária, mas que se coloca como “universal”.

Para Stuart Hall, que fez uma interlocução com a Teoria do Discurso de Laclau em seus debates, há uma artificialidade na unidade que algumas identidades possam assumir. Essa “homogeneidade” é um fechamento construído externamente, e no interior de um jogo de poder e exclusão. “Toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2012, p.110). À semelhança de Laclau, Hall considera que as identidades são “pontos de apego temporário”, construídos por práticas discursivas. Ora, se há essa temporalidade nas identidades, para Hall, e elas têm um caráter precário, para Laclau, são passíveis de modificações, sendo impossível estabilizá-las.

Retomemos a questão da historicidade na constituição das identidades e vamos abrir uma frente para a discussão do conceito de *universal*. A teoria do discurso político é antiessencialista e nega a existência de uma determinação necessária. O “universal” (entre aspas mesmo) seria um particular que, em dado momento histórico, passa a ser dominante, através de articulações hegemônicas (LACLAU, 1996). Esse “universal”, porém, não se constitui efetivamente como um *universal*, dada a impossibilidade de fechamento do social. Mas em determinado momento histórico, que pode mesmo durar muito tempo, ele faz parte de uma estrutura discursiva hegemônica, onde as identidades se conformam em relações de poder, com identidades subalternizadas.

³³ Una última característica de las relaciones sociales es su radical historicidad. Esto se desprende del carácter contingente de sus condiciones de existencia. No hay lo que podríamos llamar una objetividad estructural básica, dentro de la cual "Huye" la historia, sino que esa misma estructura es histórica. Y es histórico también, por lo tanto, el ser de los objetos, en la medida en que socialmente construido y estructurado en mas de significación. Esto implica que entender históricamente algo significa reconducirlo alas condiciones contingentes de su emergencia. Lejos de buscar un *sentido objetivo* a la historia, de lo que se trata es de desconstruir todo sentido remitiéndolo a su facticidad originaria.

³⁴ A doutrina cristã ensina que a criação do mundo foi a partir do nada – cuja expressão latina consagrada pela igreja é o “*creatio ex nihilo*”.

A cultura europeia, por exemplo, é uma expressão particular que se encarnou como essência do “universal”. Em certo ponto, essa universalização do particularismo europeu justificou sua expansão colonial como uma missão de levar a civilização, a religião, a modernização etc. A resistência de outras culturas foi vista não como uma luta entre identidades particulares, mas sim como uma luta contra o “universal” (LACLAU, 1996). A Teoria da Hegemonia de Laclau busca, abertamente, uma superação dos sistemas de opressão. É apontado um caminho, não no sentido de ser o *necessário*, para que a dominação expressa sobre identidades possa ser modificada, com alteração de sentidos no discurso hegemônico. Sempre lembrando que devemos pensar tendo como premissa o caráter contingente e precário da hegemonia o que torna possível, exatamente por essas características, uma emancipação.

Um sistema de opressão (quer dizer, de fechamento) pode ser combatido [...] através da negação desse sistema em sua dimensão universal: o princípio do fechamento como tal. Uma coisa é dizer que os valores universalistas do Ocidente são um privilégio de seus grupos dominantes tradicionais; outra, muito diferente, é afirmar que o vínculo histórico entre essas duas coisas é um fato contingente e inaceitável, que pode ser modificado através das lutas políticas e sociais³⁵ (LACLAU, 1996, p. 65, tradução nossa).

No capítulo seguinte iremos perscrutar a composição do “universal” no caso brasileiro, e a perspectiva em que produz identidades subalternizadas (identificando essas identidades), para questionar o fechamento do social que ele busca hegemonizar. Faremos isso a partir de uma interlocução da Teoria do Discurso Político e Teorias “desde o Sul”, pós-coloniais e decoloniais, observando sua presença nas práticas articulatórias que tentam conformar nossa formação discursiva em um social fechado.

³⁵ Un sistema de opresión (es decir, de cierre) puede ser combatido [...] a través de la negación de ese sistema en su dimensión universal: el principio del cierre como tal. Una cosa es decir que los valores universalistas de Occidente son el coto privilegiado de sus grupos dominantes tradicionales; otra, muy diferente, es afirmar que el vínculo histórico entre los dos es un hecho contingente e inaceptable que puede ser modificado a través de las luchas políticas y sociales.

3 COLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER, O QUE 1492 NOS DIZ SOBRE 2018

Iniciemos esse capítulo com uma citação de Sanjay Seth, de origem indiana, ele é professor da Universidade de Londres. Seth coloca uma questão sobre as teorias pós-coloniais que consegue sintetizar algo que, logo de cara, quebra um entendimento que se pode ter sobre elas:

O "pós" no pós-colonialismo, deve-se notar, não é uma periodização que assinala o início de uma era em que o colonialismo faz parte do passado; pelo contrário, significa a afirmação de que a conquista, o colonialismo e o império não são uma simples nota de rodapé ou um episódio de uma história maior, como a do capitalismo, modernidade ou expansão da sociedade internacional, mas são, de fato, uma parte central dessa história e a constituem. O "pós" não marca o período após a era colonial, mas sim os efeitos dessa era na formação do nosso mundo³⁶ (SETH, 2011, p. 174, tradução nossa).

O colonialismo não está em nosso passado. Ele está entre nós. É algo que constitui, de forma sobredeterminada, nossa sociedade, inclusive no campo discursivo das campanhas eleitorais. É isso que iremos buscar demonstrar nesse capítulo, inicialmente empreendendo uma breve genealogia das teorias pós-coloniais e decoloniais sem, entretanto, necessariamente nos ater a uma cronologia precisa. Nosso sentido se guiará mais através das origens africanas, indianas e, porque não, europeias dessas teorias, e ir nos aproximando da América Latina, Brasil. Nesse percurso, buscaremos pontos de contato com a teoria do discurso de Laclau e Mouffe, e aproximações com outros teóricos e nosso campo de estudo.

No decorrer do capítulo, iremos usar o termo "colonialidade", cunhado pelo grupo Modernidade / Colonialidade, formado por pesquisadores predominantemente da América Latina, para nos referir, grosso modo, à "influência" do colonialismo que persiste nos dias de hoje. Apesar de ser um termo mais específico desse grupo, e esse entendimento de que falamos também ser desenvolvido por outros teóricos, reunidos em outros grupos, ou de forma mais individual, optamos por seu uso por majoritariamente trabalharmos com os conceitos do grupo Modernidade /

³⁶ The 'post' in postcolonialism, let it be noted, is not a periodization that signals the beginning of an era where colonialism is part of the past; on the contrary, it signifies the claim that conquest, colonialism and empire are not a footnote or episode in a larger story, such as that of capitalism, modernity or the expansion of international society, but are in fact a central part of that story and are constitutive of it. The 'post' does not mark the period after the colonial era, but rather the effects of this era in shaping the world that is ours.

Colonialidade (a partir de agora usaremos a abreviatura M/C) para desenvolver nossa linha de pensamento. À palavra “colonialidade” se agrega, na produção do M/C, o termo “decolonizar”, que foi sugerido por Catherine Walsh. Para ela, ao suprimir o “s” da palavra “descolonizar”, se mostra que não se trata simplesmente de desfazer ou reverter o colonial, ou mesmo passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e tudo que provocou deixassem de existir. “A intenção, ao contrário, é indicar e provocar um posicionamento (...) de transgredir, intervir, insurgir e influenciar. O decolonial denota um caminho de luta contínua no qual podemos identificar, visualizar e estimular “lugares” de exterioridade e construções alternativas”³⁷ (WALSH, 2009, p. 14 e 15, tradução nossa).

Queremos fazer ressalvas sobre a posição de parte do M/C, principalmente Walter Mignolo e Ramón Grosfoguel, que empreendem uma crítica radical às teorias gestadas sob influências de conhecimentos eurocêntricos, inclusive levando essa crítica à autores ligados aos Estudos Culturais, Estudos Subalternos e Pós-coloniais. Para Mignolo, as críticas ao eurocentrismo produzidas por autores como Said, Bhabha, Spivak, entre outros, se baseiam num pensamento eminentemente europeu, sem transcendê-lo de fato, acabando por se tornar uma proposta que combate o eurocentrismo a partir do eurocentrismo, sem almejar um rompimento mais radical. (MIGNOLO, 1998). Não se trata, porém, de negar e invalidar por total o conhecimento que foi produzido na Europa ou Estados Unidos, mas sim de “ir além”, transcendendo as categorias da epistemologia moderna, mas mantendo-as. Transcender incorporando a negação que essas categorias afirmaram, trazendo o que foi negado para o conhecimento e, ao mesmo tempo, superando-o, como, de certa forma, paradoxalmente, afirma Mignolo:

Na medida em que “civilização” serviu como uma categoria que negou poder de conhecimento para a “barbárie”, a incorporação da barbárie nos termos negados pela civilização é que permite transcendê-la, não reivindicando seu oposto (a barbárie), mas sim reivindicando a força da fronteira que cria a possibilidade da barbárie negar-se a si mesma como barbárie-na-outridade; de revelar a barbárie-da-mesmidade que a categoria de civilização ocultou; (...) Isso é a geração de uma epistemologia de fronteira, desde vários espaços do Terceiro Mundo, configurado por diferentes legados coloniais, para o conhecimento e a civilização planetária (não uma epistemologia apenas para os marginalizados, ou do Terceiro Mundo para o Terceiro Mundo, o que

³⁷ La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, insurgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas.

manteria a hegemonia e universalidade do conhecimento produzido no não-lugar e a objetividade dos projetos imperiais³⁸ (MIGNOLO, 1998, p. 38, tradução nossa).

O “ir além” expresso por Mignolo, essa produção de conhecimento fronteiriço, se coaduna com o que defende outro colaborador do M/C, o português Boaventura de Sousa Santos e sua “ecologia de saberes”. Através de uma “sociologia das ausências”, conhecimentos e experiências produzidos fora do “Norte Global” e de uma epistemologia eurocentrada são tornadas visíveis, indo além do conhecimento hegemônico (SANTOS, 2018). Não se trata, portanto, de um “essencialismo inverso”, não ocidental. Não devemos desconsiderar teorias críticas produzidas, ou de autores, da Europa e Estados Unidos. “O movimento de descolonização epistêmica e desobediência epistêmica não necessita utilizar apenas autores que nasceram, trabalharam e falaram de uma determinada geografia periférica” (BALLESTRIN, 2014).

Os diagnósticos das teorias pós-coloniais, dos estudos subalternos e das teorias decoloniais do M/C não se tratam de algo eminentemente “original” ou exclusivo, como se surgissem repentinamente. De fato, muitas de suas conclusões também estão presentes em outros autores e correntes teóricas como, por exemplo, o búlgaro Tzvetan Todorov. A chegada dos europeus ao “Novo Mundo” é posta por Todorov, em 1983, como o marco para a passagem da modernidade, tal como autores do M/C: “é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente. Apesar de toda data que permite separar duas épocas ser arbitrária, nenhuma é mais indicada para marcar o início da era moderna que o ano de 1492” (TODOROV, 2003, p. 07). Fazemos essa breve ressalva para assinalar que, ao nosso ver, a principal importância das teorias pós-coloniais e decoloniais, e dos grupos em torno delas, como o M/C, é de ter colocado para a “ciência”, o mundo acadêmico e para a própria sociedade, outros paradigmas de conhecimento, outras epistemologias, não eurocêntricas.

³⁸ En la medida en que "civilización" sirvió como una categoría que negó poder de conocimiento a la "barbarie", la incorporación de la barbarie en los términos negados por la civilización es lo que permite trascenderla, no reivindicando su opuesto (la barbarie) sino reivindicando la fuerza de la frontera que crea la posibilidad de la barbarie de negarse a sí misma como barbarie-en-la-otredad; de revelar la barbarie-en-la-mismidad que la categoría de civilización ocultó; (...) Esto es, la generación de una epistemología de frontera desde varios espacios del Tercer Mundo configurado por diferentes legados coloniales, para el conocimiento y la civilización planetaria (no una epistemología sólo para los marginados, o "del Tercer Mundo para el Tercer Mundo", lo cual mantiene la hegemonía y universalidad del conocimiento producido en el no-lugar y en la objetividad de los proyectos imperiales).

3.1. Questões fundamentais: teorias pós-coloniais, decoloniais e Epistemologias do Sul

Os chamados “estudos pós-coloniais” são múltiplos, sem necessariamente ter uma unidade entre si. Mas, além do óbvio posicionamento do colonialismo como elemento de suma importância para a formação do discurso que detém a hegemonia na formação da sociedade, há pontos convergentes.

Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006, p. 83).

Essa convergência do questionamento do essencialismo se mantém nos autores decoloniais, porém, alguns autores do M/C fazem uma crítica a um “anti-essencialismo radical” que seria um método aplicado por alguns autores pós-moderno e pós-estruturalistas e mesmo marxistas. Grosfoguel se contrapõe a esse “anti-essencialismo radical” existente, segundo ele, colocando a necessidade da reconstrução de pensamentos e identidades de grupos subalternizados (GROSFOGUEL, 2011). Não pensemos, com isso, que Grosfoguel, e o próprio grupo M/C tem uma posição essencialista. Sustentam sim um anti-essencialismo, porém colocando a necessidade de “construir projetos políticos que sejam epistemicamente pluriversais, e não universais, onde haja espaço para a diversidade epistêmica crítica”³⁹ (GROSFOGUEL, 2011, p. 108, tradução nossa). Dessa forma, segue válida a premissa de Sérgio Costa, que coloca a questão do anti-essencialismo e da desconstrução como característica comum dos diversos projetos pós-coloniais e decoloniais. Esse anti-essencialismo, que acontece em diversos graus, por assim dizer, leva à um lugar onde o colonialismo ou, melhor dizendo, suas implicações, assumem uma posição mais que destacada na construção do discurso da “história ocidental”. Os projetos pós-coloniais buscam desconstruir esse discurso e suas narrativas, questionando seu caráter “essencial”. Esse seria o grande local comum dos projetos pós-coloniais.

As lutas anticoloniais do século XX produziram diversas reflexões teóricas,

³⁹ El futuro descansa en construir proyectos políticos que sean epistémicamente pluriversales y no universales, donde haya espacio para la diversidad epistémicamente crítica.

muitas a partir de práticas, principalmente na África e Caribe. O marxismo foi, por assim dizer, uma base da qual partiram essas reflexões, tão importantes para os projetos pós-coloniais. Mas essa base foi modificada, de uma forma muitas vezes crítica, por autores como Frantz Fanon e Aimé Césaire. Fanon, nascido na colônia francesa da Martinica, ele lutou no exército da França Livre na 2ª Guerra Mundial e, no final do conflito, retorna para a terra natal, por um breve período. Logo após, vai para a França onde se torna médico psiquiatra na Universidade de Lyon e se envolve nos debates políticos. Mas sua formação política se intensifica quando, em 1957, se junta aos militantes argelinos da Frente de Libertação Nacional, exilados na Tunísia. (ORTIZ, 2014). É aí que ele se aproxima do marxismo, porém, dentro do contexto da luta anticolonial africana. “Sua relação com a esquerda francesa é conflituosa, pois seu pensamento, em contato com a realidade das sociedades periféricas, afasta-se de uma tradição que compreende a questão nacional em termos exclusivamente de classes sociais” (ORTIZ, 2014, p. 435). Falando “de dentro” da questão, como intelectual negro, africanos e da colônia, Fanon coloca a questão da raça e do colonialismo em sua reflexão sobre o marxismo, indo além das classes, no sentido posto por Marx.

A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida, não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas cada vez que abordamos o problema colonial (FANON, 1968, p. 29).

Essa “divisão racial” presente nos territórios coloniais faz parte de um discurso baseado em um binarismo, que formou uma identidade do colonizado a partir da perspectiva eurocêntrica. O marxismo não teria levado em conta toda a dimensão e importância do colonialismo na formação da sociedade capitalista, mesmo Marx tendo vivido em um tempo onde as colônias dos países europeus estavam sendo exploradas e, vários, na América, tivessem passado recentemente por processos de independência, que impactavam as metrópoles. Marx trata o colonialismo como um “efeito colateral” vinculado à consolidação do mercado mundial, e não como um fenômeno constitutivo da modernidade. (CASTRO-GÓMEZ, 2005). De uma forma geral, o debate sobre o colonialismo, como elemento significativo na formação das

relações de subalternidade e mesmo das desigualdades econômicas, permanece distante da realidade de partidos e organizações de esquerda de tradição marxista, incluindo no Brasil, apesar de sua história colonial e escravagista. Mesmo nos estudos e debates acadêmicos, a discussão dos projetos pós-coloniais, principalmente o decolonial, chegou tardiamente em nosso país (BALLESTRIN, 2013).

A questão da raça e da relação colonial, como parte constitutiva das relações de subalternidade no capitalismo, colocada por Fanon, pode ser considerada uma influência seminal para os projetos pós-coloniais contemporâneos. Em Fanon temos também um argumento que remete à identidade do negro colonial. Em “Peles Negras, Máscaras Brancas”, a partir de suas experiências, ele faz reflexões sobre como populações inteiras foram subalternizadas e, mais que isso, a maioria desses sujeitos subalternizados projetam no “senhor” da metrópole e na cultura metropolitana, no caso, a da França, um ideal, buscando se “embranquecer”, se afastando e renegando a cultura e outros aspectos da colônia. Sobre as mudanças em comportamentos nos negros das Antilhas coloniais que moram por um período, ou mesmo visitam, a metrópole francesa, Fanon ressalta que uma “nova” linguagem é adotada.

De onde provém esta alteração da personalidade? De onde provém este novo modo de ser? Todo idioma é um modo de pensar, dizem Damourette e Pichon. E o fato de o negro recém-chegado adotar uma linguagem diferente daquela da coletividade em que nasceu, representa um deslocamento, uma clivagem. O professor Westermann, em *The African Today*, escreveu que existe um sentimento de inferioridade entre os negros. (...) A maneira empregada para fazê-lo é frequentemente ingênua: usar roupas europeias ou trapos da última moda, adotar coisas usadas pelos europeus, suas formas exteriores de civilidade, florear a linguagem nativa com expressões europeias, (...) tudo calculado para obter um sentimento de igualdade com o europeu e seu modo de existência (FANON, 2008, p. 39).

Esse desejo pela cultura metropolitana, esse complexo de inferioridade, acontece pela originalidade cultural da colônia ser vista, a partir do colonizador, como ordinária e indigna, e a linguagem e cultura metropolitana ser posta como superior. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34). Ler essas reflexões de Fanon, a partir de seu lugar de nascido na colônia, na Martinica, que foi para a metrópole formar-se médico, nos lembra anedotas, que existem em profusão, sobre o cearense, ou nordestino de uma maneira geral, que vai para o Rio de Janeiro e volta com o sotaque carioca, mimetizando o

falar do sudeste, da “metrópole interna”. O pensamento de Fanon está presente nos projetos pós-coloniais contemporâneos, mas também em outros que não se identificam tão diretamente com esses grupos. Ao mencionar, muito rapidamente, nosso colonialismo interno, também aludimos ao patrono da educação brasileira Paulo Freire, a quem a obra de Fanon tem certa ascendência. Na visão de Freire, que cita Fanon quando realiza essa reflexão, a “admiração” dos colonizados pelos colonizadores e o desejo de adotar sua cultura, se apresenta, de certa forma, na relação dos oprimidos e opressores, que ele coloca como sendo “dialética”. “Quanto mais os oprimidos vejam os opressores como imbatíveis, portadores de um poder insuperável, tanto menos acreditam em si mesmos” (FREIRE, 2018, p. 174), e essa crença no opressor como superior traz o desejo de ascender à sua posição, que é vista como a superior, em essência. Voltemos, pois, às contribuições de Fanon na gênese dos projetos pós-coloniais. A raça, e as relações coloniais, como fatores que originam as diferenças e subalternidades, indo além de conceitos de classe marxista. Porém, esses questionamentos que envolvem formação de identidades, desigualdades econômicas, exploração sob o capitalismo nas sociedades periféricas, e outras indagações, só serão mais fortemente retomadas com a crise do socialismo real, no final de década de 1970, e seu posterior colapso, marcado simbolicamente pela queda do Muro de Berlim. Foi nas décadas finais do século XX que vemos um florescimento dos estudos pós-coloniais e subalternos, e também de outras concepções, como o próprio pós-marxismo de Laclau e Mouffe e o Neo-marxismo de Žižek que, ao nosso ver, não se contradizem e nem se contrapõem. Há uma ampliação da compreensão do colonialismo, para além de ser um “fenômeno colateral ao desenvolvimento da modernidade e o capitalismo, como erroneamente coloca Marx”⁴⁰ (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 20, tradução nossa).

Houve uma evidência de autores e autoras como Edward Said, Gayatri Spivak, Homi Bhabha, Achille Mbembe, Dipesh Chakrabarty, Ramachandra Guha, entre outros, Stuart Hall, entre outros, procedentes de ex-colônias, que colocam o colonialismo como algo mais que um aspecto econômico colateral, colocando seus efeitos na “dimensão epistêmica”, que permanece até os dias de hoje.

Os autores argumentam que as ciências humanas e sociais modernas

⁴⁰ Así, la colonialidad dista de ser un fenómeno colateral al desarrollo de la modernidad y el capitalismo, como erróneamente planteó Marx.

criaram um imaginário sobre o mundo social do “subalterno”(o oriental, o negro, o índio, o camponês) que não apenas serviu para legitimar o poder imperial em um nível econômico e político, como também contribuiu para criar paradigmas epistêmicos destas ciências e gerar as identidades (pessoais e coletivas) de colonizadores e colonizados ⁴¹ (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 20, tradução nossa).

Edward Said, palestino, nascido em Jerusalém, em sua obra “Orientalismo”, publicada em 1978, traz o argumento de que a representação do Oriente que é hegemonicamente aceita no Ocidente, na verdade serviu (e serve) para formar a identidade do próprio Ocidente, ao criar um “outro” oriental, que pouco tem de efetivamente real. Isso, que ele chama de “invenção do outro”, é um instrumento de dominação que ultrapassa o período colonial e nos acompanha até os tempos atuais, não apenas como discurso que subalterniza o sujeito “oriental” mas que também posiciona o Ocidente, “legitimando-o” como superior. Essa representação do Oriente estaria presente não apenas em estudos acadêmicos, das ciências humanas e sociais, como também na própria cultura ocidental, envolvendo a literatura, artes plásticas, cinema etc.

Said traz a questão da formação de identidades essencialistas, realizada pela tradição dos “estudos orientais” formulados na epistemologia do Ocidente, que homogeneiza de uma forma subalterna os orientais.

Os orientalistas (...) concebem a humanidade quer em grandes termos coletivos, quer em generalidades abstratas. Os orientalistas não estão interessados em discutir indivíduos, nem são capazes dessa proeza; em vez disso, predominam as entidades artificiais (SAID, 2012, posição 3451).

Logo após a primeira publicação de “Orientalismo”, foi constituído, em 1984, o coletivo “Estudos Subalternos”, formado por pesquisadores indianos. Inicialmente, o projeto buscava uma releitura da história indiana moderna, mas foi além disso e suas ideias findaram por influenciar vários campos de estudo das ciências humanas, com um debate em torno de uma crítica ao eurocentrismo e da construção social do conhecimento e das subalternidades. Sob a ascendência de Ranajit Guha, historiador indiano de trajetória marxista, que, juntamente com outros membros do grupo dos “Estudos Subalternos”, apropriaram-se de conceitos

⁴¹ Los autores han argumentado que las humanidades y las ciencias sociales modernas crearon un imaginario sobre el mundo social del “subalterno” (el oriental, el negro, el indio, el campesino) que no solo sirvió para legitimar el poder imperial en un nivel económico y político, sino que también contribuyó a crear los paradigmas epistemológicos de estas ciencias y a generar las identidades (personales y colectivas) de colonizadores y colonizados.

gramscianos de hegemonia e subalternidade para desconstruir a narrativa da história colonial da Índia (ELÍBIO JÚNIOR, 2015). Para Guha o domínio britânico sobre a Índia exigiu a “apropriação do passado indiano e seu uso para a construção de um estado colonial” ⁴² (2002, p. 01, tradução nossa). Essa história foi reduzida, propositalmente, difundindo-se uma cultura colonialista em todos os aspectos da vida, com a implantação de um sistema judiciário britânico, educação ocidental, a imposição do idioma inglês e a formação de um exército colonial. A história da Índia tornou-se, em uma narrativa construída pela ciência dos ingleses, uma parte da história britânica, sendo necessário, para os indianos, um resgate de sua própria história, recuperando seu passado, arrematando a independência. A cultura britânica foi alçada a um patamar de superioridade e a dos colonizados, subalternizada.

Os subalternistas indianos têm, inicialmente, uma influência marxista, principalmente de Gramsci, como também de pensadores como Edward Thompson e Eric Hobsbawn. Porém, olham para Marx dentro de uma perspectiva crítica, na sua “negação” da história indiana construída pelos britânicos, e incorporam, paulatinamente e em diversos níveis, influências de pensadores do “sul global” e, o que é bem marcado na obra de alguns de seus membros, do pós-estruturalismo. Em Gayatri Spivak podemos observar bem essa influência pós-estruturalista, notadamente de Jacques Derrida, de quem ela foi uma das principais tradutoras. Por hora, falemos do papel dessa teórica indiana na ampliação do alcance dos pensamentos dos Estudos Subalternos. No final da década de 1980, Spivak, docente da Columbia University, teve uma grande contribuição para que a obra do grupo passasse a ser debatida em grandes universidades do Estados Unidos, projetando suas teorias para além da Índia. Essa projeção influenciou um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas que viviam nos Estados Unidos, entre eles Aníbal Quijano, que fundaram o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, inspirado no Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, inserindo a América Latina no debate pós-colonial. Em seu “Manifesto Inaugural”, publicado originalmente em inglês, no ano de 1993, o grupo assinala essa influência direta.

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais do sudeste asiático dirigida por Ranajit Guha, nos inspirou a fundar um projeto similar dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual desmantelamento dos regimes autoritários na

⁴² Require the appropriation of the Indian past and its use for the construction of a colonial state.

América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de redemocratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos *mass media* e uma nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e atuar politicamente ⁴³ (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDOS SUBALTERNOS, 1998, p. 70, tradução nossa).

Iremos a seguir traçar os caminhos da proposta e do pensamento pós-colonial latino-americano, com um maior foco no grupo Modernidade / Colonialidade, e seu projeto decolonial.

3.1.2 América latina, colonialidade e democracia

O “Manifesto Inaugural” dos Estudos Subalternos Latinoamericano foi publicado em espanhol em 1998, mesmo ano em que, paradoxalmente, o grupo se divide. As divergências teóricas acontecem em torno da questão de que alguns de seus membros argumentam que não houve uma ruptura com uma episteme centrada no “Norte”, sendo necessária uma maior crítica ao eurocentrismo e ao silenciamento de saberes, sendo necessário transcender epistologicamente, em um processo de descolonização (BALLESTRIN, 2013). A partir de então foi-se formando um novo grupo, tendo como principais representantes Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Edgardo Lander: o grupo Modernidade / Colonialidade. Nos anos 2000 o grupo foi particularmente ativo e realizou uma série de reuniões e eventos, e incorporou nomes como Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos, ampliando sua atuação. Na tabela abaixo, elaborada por Ballestrin temos o perfil de seus membros, onde observamos a diversidade dos países e de campos de estudo, reforçando seu caráter multidisciplinar, ao mesmo tempo em que se nota a ausência de pesquisadores do Brasil que sejam mais diretamente filiados ao grupo.

Integrante	Área	Nacionalidade	Universidade onde leciona
Aníbal Quijano	Sociologia	Peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru.

⁴³ El trabajo del Grupo de Estudios Subalternos, una organización interdisciplinaria de intelectuales sudasiáticos dirigida por Ranajit Guha, nos ha inspirado a fundar un proyecto similar dedicado al estudio del subalterno en América Latina. El actual desmantelamiento de los regímenes autoritarios en Latinoamérica, el final del comunismo y el conseqüente desplazamiento de los proyectos revolucionarios, los procesos de redemocratización, las nuevas dinámicas creadas por el efecto de los *mass media* y el nuevo orden económico transnacional: todos estos son procesos que invitan a buscar nuevas formas de pensar y de actuar politicamente.

Enrique Dussel	Filosofia	Argentina	Universidad Nacional Autónoma de México.
Walter D. Mignolo	Semiótica	Argentina	Duke University, EUA.
Immanuel Wallerstein	Sociologia	Estadounidense	Yale University, EUA.
Santiago Castro-Gómez	Filosofia	Colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	Filosofia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA.
Ramón Grosfoguel	Sociologia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA.
Edgardo Lander	Sociologia	Venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arturo Escobar	Antropologia	Colombiana	University of North Carolina. EUA.
Fernando Coronil	Antropologia	Venezuela	University of New York, EUA.
Catherine Walsh	Linguística	Estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador.
Boaventura Santos	Direito	Portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal.
Zulma Palermo	Semiótica	Argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina.

Os estudos decoloniais, conduzidos pelo grupo Modernidade / Colonialidade, formam uma teoria crítica desde a América Latina, questionando a narrativa histórica ocidental, formada a partir de uma perspectiva eurocentrada. Essa teoria crítica tem entre seus principais conceitos da *colonialidade do poder, do saber e do Ser*. O próprio princípio da modernidade é tratado sob outra visão, alinhando-se com autores que consideram a chegada do europeu na América como seu marco inicial. A diferença e ruptura com o projeto pós-colonial é posto por Mignolo, citando as referências do M/C, para além dos autores do “Norte Global”:

Colonialidade e decolonialidade introduzem uma ruptura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como projetos no meio do caminho entre o pensamento pós-moderno francês de Michel Foucault, Jacques Lacan e Jacques Derrida e quem têm sido reconhecidos como a base do cânone pós-colonial: Edward Said, Gayatri Spivak e Hommi Bhabba. A decolonialidade – por outro lado – parte de outras fontes. Desde um giro decolonial implícito na *Nueva Crónica y Buen Gobierno*, de Guamán Poma de Ayala; no tratado político de Ottobah Cugoano; no ativismo e crítica decolonial de Mahatma Ghandi; na ruptura do Marxismo em seu encontro com o legado colonial nos Andes, no trabalho de José Carlos Mariátegui; na política radical, a virada

epistemológica de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros. Em outras palavras, o retorno decolonial é um projeto de *despreendimento* epistêmico na esfera do social (também no âmbito acadêmico, com certeza, que é uma dimensão do social), enquanto que a crítica pós-colonial e a teoria crítica são projetos de transformação que operam e operaram basicamente na academia europeia e estadunidense ⁴⁴ (Mignolo, 2010, p. 14-15, tradução nossa).

Mignolo aponta ainda outras fontes do pensamento decolonial, que ressaltam seu caráter de transformação prática e intervenção na realidade, que são o Movimento Sem Terra do Brasil, os Zapatista de Chiapas, no México, os movimentos indígenas da Bolívia, Equador e Colômbia, o Foro Social Mundial e o Foro Social das Américas (MIGNOLO, 2008).

Para o M/C, a chegada de Colombo na ilha Guanahani, hoje parte das Bahamas, deu início a um padrão de poder, a “colonialidade do poder” onde o Europeu se apresenta como superior em relação ao “outro”. Ressaltamos que essa não é uma ideia original do M/C, mas que se apresenta em outros autores anteriormente, como Todorov, para quem “a descoberta da América, ou melhor, dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. A lua é mais longe do que a América (...) mas esta descoberta não guarda surpresas da mesma espécie” (TODOROV, 2003, p. 05). Galeano imagina esse encontro com a chegada de Colombo em uma cena onde ele:

Avança tremendo, pois há mais de um mês dorme pouco ou nada, e a golpes de espada derruba uns arbustos. Depois, ergue o estandarte. De joelhos, os olhos no chão, pronuncia três vezes os nomes de Isabel e Fernando. Ao seu lado, o escrívão Rodrigo de Escobedo, homem de letra lenta, levanta a ata. Tudo pertence, desde hoje, a esses reis distantes: o mar de corais, as areias, os rochedos verdíssimos de musgo, os bosques, os papagaios e esses homens de barro que ainda não conhecem a roupa, a culpa, nem o dinheiro, e que contemplam, atordoados, a cena. (GALEANO, 2010, primeiro parágrafo, da sessão Colombo, no capítulo Velho Novo Mundo).

⁴⁴ Colonialidad y descolonialidad introducen una fractura entre la postmodernidad y la postcolonialidad como proyectos a medio camino entre el pensamiento postmoderno francés de Michel Foucault, Jacques Lacan y Jacques Derrida y quines han sido reconocidos como la base del canon postcolonial: Edward Said, Gayatri Spivak y Hommi Bhabba. La descolonialidad – en cambio – arranca desde otras fuentes. Desde el vuelco descolonial implícito en la *Nueva Corónica y Buen Gobierno* de Guamán Poma de Ayala; en el tratado político de Ottobah Cugoano; en el activismo y la crítica de-colonial de Mahatma Gandhi; en la fractura del Marxismo en su encuentro con el legado colonial en los Andes, en el trabajo de José Carlos Mariátegui; en la política radical el giro epistemológico de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre otros. En otras palabras, el vuelco des-colonial es un proyecto de *desprendimiento* epistêmico en la esfera de lo social (también en el ámbito académico, por cierto, que es una dimensión de lo social), mientras que la crítica post-colonial y la teoría crítica son proyectos de transformación que operan y operaron básicamente en la academia Europea y Estadounidense.

Esses homens de barro foram então classificados com base em uma ideia de raça, que tem origem a partir da existência da própria América, e da Europa como centro. Uma ideia que se torna a mais profunda expressão da dominação colonial e que se expande sobre toda a população do planeta, junto com o colonialismo europeu (QUIJANO, 2001). Os habitantes originais do “Novo Mundo” são colocados como o “outro”, aqueles que jamais podem estar em um mesmo nível do branco europeu, estabelecendo uma relação de superioridade e inferioridade permanente, criando um elemento fundamental de subalternização. O conceito de raça, usado dessa forma, é algo inédito. Para Quijano: “estamos na presença de um novo modo de dominação social que não tem precedentes na história. Este construto não teve lugar em nenhum outro período prévio.” (QUIJANO, 2009, p. 04, tradução nossa). Para aclarar sua ideia de que o conceito de raça iniciado com a América se difere do que antes existia, ele cita indiretamente Aristóteles, ao lembrar que o escravo em Roma podia deixar de ser escravo e voltar a ser como qualquer outra pessoa, podendo tornar-se rico e até mesmo senador (QUIJANO, 2009). A classificação de raças que expressa e apoia a dominação colonial constituiu, de uma forma definitiva, um estado de subalternização do restante da humanidade em relação ao homem branco europeu.

O cristianismo tratou de dar uma base para a predominância europeia sobre as “novas terras” e sobre seus habitantes. Se a Terra se dividia em Europa, Ásia e África, onde as pessoas de cada um desses continentes correspondiam, para as igrejas cristãs, à descendência dos filhos de Noé, sendo a África terra de Cam, a Ásia terra de Sem e a Europa terra de Jafet, o filho preferido, a América não poderia ser comportada nesse cenário, como um outro continente. Essas novas terras foram então incorporadas aos domínios de Jafet, se configurando como uma extensão natural da Europa. (MIGNOLO, 2000, *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005). Essa visão legitima a exploração dos recursos naturais da América, e a dominação de sua gente, que deveria “evoluir” para um padrão ocidental.

A visão dos territórios americanos como um “prolongamento da terra de Jafet” fez com que a exploração de seus recursos naturais e a submissão militar de suas populações fosse tida como “justa e legítima”, porque somente a Europa poderia ter a luz do verdadeiro conhecimento sobre Deus. [...] O “Novo Mundo” se converteu no cenário natural para o prolongamento do homem branco europeu e sua cultura cristã. O discurso de pureza do sangue é, de acordo com a interpretação de Mignolo, o primeiro imaginário geocultural do sistema-mundo que se incorporou no *habitus* da população imigrante europeia, legitimando a divisão étnica do trabalho e a transferência de

peçoas, capital e matérias primas a nível planetário ⁴⁵ (CASTRO-GÓMES, 2005, p. 55, tradução nossa).

O brasileiro Alfredo Bosi também assinala a imposição da mitologia cristã como componente a justificar a superioridade europeia e, ainda mais, a escravidão negra africana: “o destino do povo africano, (...) depende de um evento único, remoto, mas irreversível: a maldição de Cam, de seu filho Canaã e de todos os seus descendentes. O povo africano será negro e será escravo” (BOSI, 1992, p. 255).

Segue-se então a consolidação de um padrão de poder eurocentrado, que se constrói a partir da conquista e colonização da América, que possibilita a criação de uma nova identidade histórica da Europa como sede desse padrão de poder. Esse centro de poder precisa ainda de uma base epistêmica para legitimar-se e, para isso, se desenrolou um violento processo de invisibilidade e intenção de destruição de formas de conhecimento e visões de mundo existentes fora da Europa, que foram relegados a um nível inferior, classificados como *tradicionais* ou *bárbaros*. Construiu-se um padrão *moderno* de conhecimento, que tem início no século XVI com a colonização da América, onde a *civilização moderna* que se estabelece, se autocompreende como mais desenvolvida. Essa superioridade lhe dá a permissão e, mais ainda, o dever de desenvolver aqueles que são mais primitivos, levando até eles os princípios civilizatórios (DUSSEL, 2005), principalmente aos nativos da América que, como vimos, faziam parte do mundo Europeu, como sua parte inferior, porém umbilicalmente ligado à este, inclusive com legitimação religiosa. A história da Europa passa a ser tomada como a história universal e uma retórica salvacionista se une à lógica da violência em várias formas, como física, moral e epistêmica.

No Brasil, as populações indígenas foram submetidas violentamente, em um processo de guerra de conquista. Essas guerras acabaram, na narrativa histórica oficial, se transformando em lutas para expulsar “invasores” de outros países europeus e contra tribos de índios “traidores” que os apoiavam. É verdade que, no século XVI, houve uma disputa entre portugueses e franceses pela ocupação de terras

⁴⁵ La visión de los territorios americanos como una «prolongación de la tierra de Jafet» hizo que la explotación de sus recursos naturales y el sometimiento militar de sus poblaciones fuera tenida como «justa y legítima» porque solamente de Europa podía venir la luz del conocimiento verdadero sobre Dios. [...] El «Nuevo Mundo» se convirtió en el escenario natural para la prolongación del hombre blanco europeo y su cultura cristiana. El discurso de pureza de sangre es, de acuerdo con la interpretación de Mignolo, el primer imaginario geocultural del sistema-mundo que se incorporó en el habitus de la población inmigrante europea, legitimando la división étnica del trabajo y la transferencia de personas, capital y materias primas a nivel planetario.

no território que seria o Brasil. Mas findas essas disputas, o que se seguiu foi uma guerra de submissão contra várias tribos, onde a Coroa Portuguesa introduziu o conceito de “guerra justa” para “pacificar” territórios, o que significava impor seu domínio com violência brutal. (OLIVEIRA, 2010).

Para além do sistema social de dominação, calcado em um conceito de raça e de uma epistemologia e visão de mundo a partir do Ocidente / Norte, o padrão de poder “envolvia uma articulação entre raça e capitalismo, na criação e crescente expansão da rota comercial atlântica” (MALDONADO-TORRES, 2008). Essa expansão marca uma globalização do capital, que combina as formas de exploração historicamente conhecidas numa única estrutura de produção de mercadorias para o mercado mundial (QUIJANO, 2009). A exploração da América marca não só o início do desenvolvimento da *modernidade* como a globalização do capital e, ao deslocar o eixo do comércio mundial para o Atlântico, proporciona à Europa uma vantagem concreta sobre outras culturas com que disputavam o mediterrâneo, sobretudo o Islã. As histórias mundiais são cada vez mais invisibilizadas e a história da Europa e sua cultura se naturaliza como sendo mundial, conformando um padrão de poder e saber.

Esse padrão da colonialidade está presente no discurso hegemônico (porém precário) do ocidente. Entre outras coisas, o padrão de democracia ocidental, aí incluso todo o processo eleitoral, é colocado como o paradigma, mostrando-se como uma *única* opção para que a sociedade possa se *desenvolver*.

Começamos com uma leitura hermenêutica de-colonial da “democracia”. Haveriam dois caminhos que podemos seguir. Um, o mais aceito, seria assumir que na Grécia se descobriu uma ideia única para a organização social, uma ideia que a ninguém já havia ocorrido: o poder (*kratos*) do povo (*demos*). O segundo momento está conformado pelas narrativas ocidentais da própria história ocidental. Por vezes, como em Hegel, essa história é confundida como a história global. [...] Segundo a mitologia do ocidente, este seria um pilar fundamental da “modernidade”, entendida como uma etapa histórica nessa história global que conta Hegel e resumida em *slogans* tais como “o governo do povo, pelo povo, para o povo”. Os objetivos, em tal tipo de governo, são de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Tudo está muito bem. O problema consiste na apropriação autoritária da ideia “democracia”. [...] O momento histórico no qual os intelectuais europeus retomam a palavra “democracia” e a empregam para pensar a sociedade europeia do futuro, sem monarcas, é também o momento histórico em que a expansão imperial da Europa e a consolidação da economia que hoje chamamos de capitalismo, entra em seu apogeu”⁴⁶ (MIGNOLO, 2008, p. 42, tradução nossa).

⁴⁶ Comencemos entonces con una lectura hermenéutica decolonial de la «democracia». Habría dos rutas que podríamos seguir. Una, la más aceptada, sería asumir que en Grecia se descubrió una idea única para la organización social, una idea que a nadie ni a ninguno se le había ocurrido: el poder

A modernidade, da qual a democracia é um dos pilares, de acordo com discurso ocidental tem, de acordo com o grupo M/C, o ano de 1492 como marco, porém não se configurando como um projeto com gênese exclusiva europeia, desenvolvido *internamente* e de onde se expande como modelo ideal para o restante do mundo, como é dito pela narrativa hegemônica do ocidente / Norte. O conceito de raça, da forma como foi utilizado como um dos eixos formadores do poder colonial, se insere na concepção dessa democracia ocidental, tornando ausente experiências que contribuíram para a democracia, porém que ocorreram fora do “Norte Global”. A Revolução Gloriosa, na Inglaterra, em 1688, a formação dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, são tidos como marcos da construção da *democracia moderna*, enquanto a Revolução Haitiana, levada a cabo por negros submetidos à escravidão em 1804, é invisibilizada nessa narrativa (MIGNOLO, 2008). A democracia é, então, vista como obra do homem branco, cristão, europeizado, e cabe a ele disseminá-la aos outros, que se mantêm em um estado de *barbárie*, apegados à tradições inferiores. O modelo da democracia ocidental inclui-se como um elemento de construção do *outro* subalterno. É claro que não devemos reduzir a invisibilidade histórica da Revolução Haitiana como o argumento para “comprovar” a democracia ocidental como sendo elemento da colonialidade. O próprio apagamento histórico da revolução do Haiti como processo conformador da democracia moderna, nos parece ser parte do padrão de poder da colonialidade, que subalterniza a partir da raça. Existe então uma violência ontológica, que se traduz numa colonialidade do Ser. “A colonialidade do Ser terá de se referir não apenas a um acontecimento de violência originário, mas também ao desenrolar da história moderna em termos de uma lógica da colonialidade” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 95). Essa colonialidade do Ser se relaciona às identidades que se estabelecem no senso comum, discriminando pessoas e tornando comunidades alvos preferenciais de violências. Na democracia ocidental está incorporada essa colonialidade do Ser, de

(*kratos*) del pueblo (*demos*). El segundo momento está con-formado por las narrativas occidentales de la propia historia Occidental. A veces, como en Hegel, estas historias son confundidas con la historia global. [...] Según la mitología de occidente, éste sería un pilar fundamental de la «modernidad» entendida como una etapa histórica en esa historia global que cuenta Hegel y resumida en slogans tales como «el gobierno del pueblo, por el pueblo, para el pueblo.» Los objetivos, en tal tipo de gobierno, son los de «libertad, igualdad y fraternidad». [...] El momento histórico en el cual los intelectuales Europeos re-toman la palabra «democracia» y la emplean para pensar la sociedad Europea del futuro, sin monarcas, es también el momento histórico en que la expansión imperial de Europa y la consolidación de la economía que hoy llamamos capitalista, entra en su apogeo.

uma forma clara na sua gênese, onde apenas ao homem branco, capitalista e cristão era dado o direito ao voto, mas persiste de outras formas até hoje, quando a maioria da população é subalternizada e a ideia posta é de que não tem a capacidade de conduzir seus destinos de forma autônoma, restando para aqueles mais *preparados* essa condução. Ao dizer de Frantz Fanon, são os homens condenados pelos homens, o colonialismo despersonaliza o colonizado, e “essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se então reduzido a um conjunto de indivíduos que só encontram fundamento na presença do colonizador” (FANON, 1968, p. 254).

Ressaltamos que os aspectos limitadores e elitista da democracia persistem atualmente, mesmo com o voto universal. O próprio conceito de colonialidade se funda em que as relações coloniais persistem, mesmo após o fim do colonialismo e, mais que isso, são parte constitutiva e indissociada da modernidade ocidental (MIGNOLO, 2003).

Pode-se deduzir, portanto, que a colonialidade sobrevive e se reproduz na democracia, no contexto das sociedades pós-coloniais. Opera, portanto, no âmbito do reforço de desigualdades históricas e estruturantes, reproduzidas em diferentes níveis, escalas e espaços (BALLESTRIN, 2014, p. 201)

O discurso democrático ocidental se configura hoje, na prática, como um reforço à uma representação subalterna da maioria. “Ele implica, fundamentalmente, a ideia de que a política é uma arte de gestão complicada em que o mais pequeno erro de cálculo é fatal para toda a coletividade. O que faz com que essa arte só possa ser exercida por uma elite especializada” (RANCIÈRE, 2014, sexto parágrafo), esse discurso que coloca a política como algo a ser exercido por grupos de especialistas, é reforçado por jornalistas, intelectuais e meios de comunicação em geral, tornando essa visão praticamente inquestionável. O *poder do povo* do *slogan* democrático se reduz aos períodos eleitorais, onde ele escolhe entre versões de um mesmo programa fundamental e qualquer outra forma de luta ou participação é invalidada. (RANCIÈRE, 2014). Colocamos aqui a própria comunicação eleitoral como um dos dispositivos de reprodução dessa visão de democracia, o que é, de certa forma óbvio. Mas pretendemos, nessa pesquisa, investigar a forma pela qual mesmo os partidos que têm em seus programas aspirações contra hegemônicas e possuem ligações reais com os movimentos sociais, em suas expressões da comunicação eleitoral,

reproduzem elementos da colonialidade, representando os subalternos de uma forma não autônoma e invisibilizando formas de luta dos movimentos sociais.

3.2. Afinal, quem são os subalternos

Ao nos propor a analisar o lugar dos subalternos no discurso da “esquerda” na campanha eleitoral presidencial brasileira de 2018, pensa-se logo na necessidade de uma definição de quem seriam esses subalternos. E há, realmente, que se fazer essa discussão. Lembremos por alguns instantes do primeiro capítulo, onde as identidades e as condições de sujeito são colocadas como contingentes e sobredeterminadas. Ao abraçar teorias pós-coloniais e decoloniais, isso permanece. Se na tradição marxista a subalternidade era localizada na relação dos sujeitos com meios de produção, tendo a dimensão econômica, em última instância, uma determinação, como foi posto em nosso primeiro capítulo, isso não é o bastante e não se pode colocar as identidades subalternas de uma forma essencialista. Os vários projetos pós-coloniais compartilham o caráter discursivo do social e, desta forma, as subalternidades devem ser vistas como contingentes.

Delimitar o campo teórico preciso no qual se inserem os estudos pós-coloniais não é tarefa fácil. Talvez não seja nem mesmo uma tarefa concretizável, uma vez que os estudos pós-coloniais buscam precisamente explorar as fronteiras, uma reflexão para além da teoria. Contudo, não é difícil reconhecer a relação próxima entre os estudos pós-coloniais e (...) o pós-estruturalismo (...) com quem os estudos pós-coloniais aprenderam a reconhecer o caráter discursivo do social (COSTA, 2006, p. 84).

Assumindo essa postura, buscamos a condição subalterna, e não uma definição essencial. Dentro dos projetos pós-coloniais, o grupo de estudos subalternos indiano faz um amplo ajuste teórico no conceito gramsciano de subalternidade. Esse grupo, onde alguns de seus membros fundadores, como Ranajit Guha e Dipesh Chakrabarty, têm origem marxista, amoldam a subalternidade de Gramsci para a sociedade indiana de então, com predominância camponesa, com a estrutura de casta, etnias e um forte patriarcalismo. Há, então, partindo do caso da Índia, uma multilocalização da subalternidade, para além do conceito de classes. “Esse é o ponto de partida dos Subalternistas indianos. Eles mudam o lugar de reflexão e suas categorias. Sua agenda consiste em discernir os modos de produção de hegemonias

e subordinações”⁴⁷ (RODRÍGUEZ, 1998, p. 104, tradução nossa). A história, escrita pelas elites, e a própria cultura, estavam no cerne da determinação das subalternidades. Porém, isso não acontece sem resistência, que se dá, no dizer de Guha, através de uma história paralela, onde não há o controle total das elites.

Quando um camponês se levantou em revolta, em qualquer tempo ou lugar sob as regras britânicas, ele fez isso necessariamente e explicitamente violando uma série de códigos que definiram sua própria existência como membro dessa sociedade colonial, e ainda amplamente feudal. Sua subalternidade foi materializada pela estrutura da propriedade, foi institucionalizada por lei, foi santificada pela religião, e tornada tolerável – e até desejável – pela tradição⁴⁸ (GUHA, 2012, posição 3344, tradução nossa).

A subalternidade tem, dessa forma, múltiplas determinações, e podemos dizer ainda, utilizando um conceito da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, que ela é sobredeterminada e, para Guha, com uma forte dimensão cultural. O discurso da elite promove lugares, não-lugares, para os subalternos. Entendemos esse discurso como precário e sempre em disputa, temos uma resistência daqueles que são subalternizados, que podem fazer isso transgredindo seu lugar assinalado, alterando os significados culturais do discurso da elite (GUHA, 2012).

A condição subalterna é construída de uma forma múltipla e sobredeterminada e, as reflexões dos Estudos Subalternos indianos partem de seu lugar e de sua história. Na América Latina, particularmente no Brasil, temos outros componentes no discurso da elite, na conformação das subalternidades. Apesar de que o reconhecimento do estado moderno europeu, como princípio ordenador da história e organizador da hegemonia masculina, branca e ocidental, seja comum aos projetos pós-coloniais.

Os “subalternistas” da América Latina buscaram especificidades de seus locais e histórias, e assim estabelecer as condições subalternas. A empreitada colonial na América foi feita sob muita violência física, mas também por uma violência epistêmica, onde os conhecimentos, as experiências sociais e as culturas dos povos que aqui estavam foram classificadas como primitivas e bárbaras. A subalternidade

⁴⁷ Ese es el punto de partida de los Subalternistas indios. Ellos cambian el lugar de reflexión y sus categorías. Su agenda consiste en discernir los modos de producción de hegemonías y subordinaciones.

⁴⁸ When a peasant rose in revolt at any time or place under the Raj, he did so necessarily and explicitly in violation of a series of codes which defined his very existence as a member of that colonial, and still largely semi-feudal, society. For his subalternity was materialized by the structure of property, institutionalized by law, sanctified by religion, and made tolerable—and even desirable—by tradition.

entre nós teria a colonialidade como um dos seus principais componentes de formação. Não esqueçamos que, tratamos a condição subalterna como contingente e precária, isso quer dizer que, por exemplo, uma pessoa ou grupo pode ter uma identidade subalterna em determinadas condições e, em outras, pode inclusive ser considerada da elite. Como vimos na tabela dos membros do M/C, não há um pesquisador ou pesquisadora brasileira vinculado mais diretamente ao grupo. Isso, de certa forma, reflete a relativa pouca inserção das teorias decoloniais em nosso meio acadêmico e mesmo em movimentos sociais organizados, ao contrário do que ocorre em outros países da América Latina, como Equador e Bolívia. Nesses países, principalmente na Bolívia, há mesmo uma práxis decolonial, com o estabelecimento de estados pluriculturais, reabilitando subalternidades indígenas, de forma institucional, com alterações em suas constituições e adoção oficial de línguas originais

4 A CAMPANHA ELEITORAL DE 2018, COMO NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS: a condição subalterna no discurso da esquerda

No momento de escrita desse capítulo, já se passaram cinco meses do final do processo eleitoral brasileiro de 2018. O atual presidente do Brasil é Jair Bolsonaro e o campo progressista parece seguir perplexo com o resultado eleitoral. Nesse capítulo final, buscamos, através da análise política do discurso, da teoria de Laclau e Mouffe, analisar até que ponto a colonialidade, teoria do grupo Modernidade / Colonialidade, esteve presente de alguma forma no discurso do campo progressista nas eleições presidenciais de 2018. Não queremos com isso, de forma alguma, vir a julgar se o discurso das esquerdas foi certo ou errado, mas sim convidar à uma reflexão, dar uma pequena contribuição para o necessário debate acerca do resultado eleitoral e do avanço de uma direita, apoiada em um discurso que reforça antagonismos, o que está acontecendo não apenas no Brasil, mas também em outros países. Gostaríamos de assinalar que buscamos utilizar os conceitos e teorias como lentes, para melhor perceber nosso objeto de pesquisa e suas relações com o social, com o mundo. Mas esse mundo é imponderável, extrapola conceitos e teorias. Não procuramos adequar o que foi dito na campanha eleitoral às teorias utilizadas, mas colocar onde elas estão presentes, de forma incompleta.

Queremos, no início desse capítulo, tratar das características da eleição de 2018, um pleito bem diferente dos anteriores, a começar pelas próprias regras eleitorais. Houve, ainda em 2017, uma “minirreforma eleitoral”, aprovada pelo Congresso Nacional e posteriormente regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os pontos que destacamos dessa reforma, para nossa abordagem, são, na questão financeira: a instituição de um fundo eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) com recursos públicos, a possibilidade de autofinanciamento pelos candidatos, o que favoreceu ainda mais aqueles com maior poder econômico. As doações de pessoas jurídicas já estavam proibidas desde as eleições municipais de 2016, mas 2018 foi a primeira eleição presidencial com esse impedimento. Apenas pessoas físicas puderam contribuir para as campanhas, dentro de um limite de 10% do rendimento bruto declarado no Imposto de Renda, no ano anterior ao pleito. Também foram instituídos tetos máximos para os gastos de campanha, para cada cargo, com variações por estados. Para a presidência da república, o limite máximo de gastos, para o primeiro turno, foi de R\$ 70 milhões, por candidatura. No segundo

turno o limite passou a ser 50% desse valor. Há, com essas restrições, uma redução, pelo menos formal, dos gastos das campanhas eleitorais e, com a entrada do financiamento público, a possibilidade de redução da desigualdade do poder econômico nas campanhas. Mas a distribuição dos recursos públicos, através do “fundo eleitoral”, obedeceu a uma proporção que privilegiou os grandes partidos⁴⁹, o que dificultaria o surgimento de novos partidos e lideranças políticas. Não é o tema dessa pesquisa, mas o resultado das eleições mostrou que, apesar disso, houve um alto índice de renovação no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, o índice de reeleição foi de 48,9%⁵⁰, a mais baixa desde 1998. No Senado houve a maior renovação da história, maior que 85%. De cada quatro senadores que tentaram a reeleição em 2018, três não conseguiram⁵¹. A campanha eleitoral em si, e sua propaganda, foi bastante alterada, para as eleições de 2018, a começar pela sua duração. O período de campanha, que em 2014 teve início no dia seis de julho, 90 dias antes do pleito, em 2018, só começou no dia 16 de agosto. O Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral (HGPE), tradicionalmente tido como um marco da abertura do “tempo da política” (PANKE e TESSEROLI, 2014), fez sua primeira aparição no rádio e na TV somente no dia 31 de agosto. O tempo diário de duração do HGPE foi também bastante reduzido e, para a disputa presidencial, os candidatos dividiam dois blocos de 12,5 minutos, nas terças, quintas e sábados. Outra alteração nas regras da propaganda eleitoral foi a permissão para o patrocínio pago de postagens em redes sociais na internet, e ainda a otimização do resultado de mecanismos de busca, como o Google⁵². Um período eleitoral tão reduzido, com os limites de gastos bem definidos, o fim das doações de empresas (já em vigor desde 2016) e a permissão do

⁴⁹ Os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha são distribuídos de acordo com a seguinte proporção: 2% igualmente entre todos os partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); 35% divididos entre todos os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção de votos obtidos na última eleição geral para a Câmara Federal; 48% divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara Federal; 15% divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal (Lei nº 9.504, art. 16-D).

⁵⁰ Cálculo com base nos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral em <divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

⁵¹ “Eleições: Senado tem maior renovação da sua história”. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/eleicoes-senado-tem-a-maior-renovacao-da-sua-historia>>

⁵² Art. 24. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos políticos, coligações e candidatos e seus representantes (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, *caput*). § 7o Para os fins desta resolução, inclui-se entre as formas de impulsionamento de conteúdo a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet (Lei nº 9.504/1997, art. 26, § 2o).

impulsionamento pago de conteúdo publicado na internet, mudanças aprovadas ainda em 2017, trouxeram uma expectativa de que as eleições de 2018 pudessem ser diferentes de todas as anteriores.

Antes de iniciarmos uma análise do discurso das candidaturas do “campo da esquerda” nas eleições presidenciais de 2018, consideramos necessária uma breve discussão, sem a pretensão de aprofundamento, sobre as características daquele pleito, pegando o gancho das expectativas geradas com a “minirreforma eleitoral” de 2017 e o que efetivamente pôde ser observado no período eleitoral. Iremos tratar de dois pontos, mais especificamente, que se relacionam diretamente à comunicação das campanhas eleitorais. Procuraremos responder duas perguntas, mesmo compreendendo que não são simples, e que uma investigação mais complexa traria respostas mais precisas. A primeira é sobre a possibilidade de impulsionamento pago de postagens na internet, que trouxe uma expectativa no sentido de que a permissão desse mecanismo, na comunicação eleitoral, pudesse causar grande impacto na campanha presidencial. A segunda questão trata da relevância do Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral. Havia a expectativa de que a diminuição do seu período de veiculação, a própria redução do tamanho dos programas, e uma suposta queda da audiência da televisão como um todo, pudesse fazer cair por terra a outrora supremacia do HGPE, que chegou a definir grande parte de acordos políticos, na busca por coligações com mais tempo na TV. Ter uma resposta para esses questionamentos acaba se relacionando com nossa investigação, contribuindo para justificar a escolha de nosso *corpus* e a sua relevância na comunicação das campanhas eleitorais.

Para termos uma ideia sobre o impacto das postagens patrocinadas na campanha presidencial, buscamos os gastos dos candidatos com o impulsionamento de conteúdos nas redes sociais e mecanismos de buscas na internet, demonstrado na tabela abaixo.⁵³

Candidato	Gastos com impulsionamento de conteúdos na internet	Total de despesas contratadas	% de votos válidos (1º turno)
Álvaro Dias	R\$ 100.000,00	R\$ 5.838.391,51	0,80

⁵³ Dados disponibilizados publicamente pelo Tribunal Superior Eleitoral na plataforma online <http://divulgacandcontas.tse.jus.br>.

Ciro Gomes	R\$ 305.000,00	R\$ 24.359.713,60	12,47
Fernando Haddad (1º e 2º turnos)	R\$ 800.000,00	R\$ 37.503.104,50	29,28
Lula	R\$ 1.050.000,00	R\$ 19.754.075,53	–
<i>Total – Partido dos Trabalhadores</i>	<i>R\$ 1.850.000,00</i>	<i>R\$ 57.257.180,03</i>	–
Geraldo Alckmin	R\$ 2.180.028,00	R\$ 53.350.139,97	4,76
Guilherme Boulos	R\$ 459.255,00	R\$ 6.441.665,52	0,58
Henrique Meireles	R\$ 2.999.690,00	R\$ 57.030.000,00	1,20
Jair Bolsonaro	R\$ 0,00	R\$ 2.456.215,03	46,03
João Amoêdo	R\$ 940.879,38	R\$ 2.884.581,03	2,50
Marina Silva	R\$ 400.000,00	R\$ 6.740.199,86	1,00

Ao ver essa tabela, pode-se até mesmo ter uma sensação de estranhamento com o fato do então candidato Jair Bolsonaro não ter gasto nenhum recurso no impulsionamento de conteúdos na internet. Caso exista alguma dúvida sobre a veracidade das informações da prestação de contas ao TSE, esclarecemos que, além das informações enviadas ao Tribunal, foi possível verificar os gastos com patrocínio pago de postagens através do próprio Facebook, que disponibilizou, à época da eleição, informações sobre alcance e gastos com impulsionamento de cada postagem das páginas dos candidatos, numa política de transparência e um sistema automatizado que tornou virtualmente impossível burlar o sistema, com gastos não registrados para aumentar o alcance dos conteúdos. Ressaltamos, porém, que práticas inclusive proibidas pela legislação eleitoral, como o envio massivo de mensagens eletrônicas pelo Whatsapp e outros aplicativos para destinatários não cadastrados, podem ter sido utilizadas pelas campanhas eleitorais, sem ter suas despesas especificadas na prestação de contas. Mas quanto ao impulsionamento de conteúdos no Facebook, Twitter e o sistema do Google, havia um controle e transparência das próprias plataformas. A principal conclusão a qual chegamos, buscando responder a pergunta sobre a influência do patrocínio pago de postagens nas eleições presidenciais de 2018, é que não houve uma relação dos gastos de campanha com o impulsionamento de conteúdos na internet, com a performance das candidaturas. A novidade do conteúdo pago não foi capaz de alterar profundamente o cenário eleitoral e nem atuar como um “substituto” do HGPE como principal meio de campanha. Se é verdade que as redes sociais influenciaram as eleições, isso

aconteceu bem mais por uma rede pré-existente, como a do então candidato Jair Bolsonaro, que vinha trabalhando sua candidatura nas plataformas digitais e na formação de grupos de apoio desde pelo menos o ano de 2015 (MOURÃO, 2019).

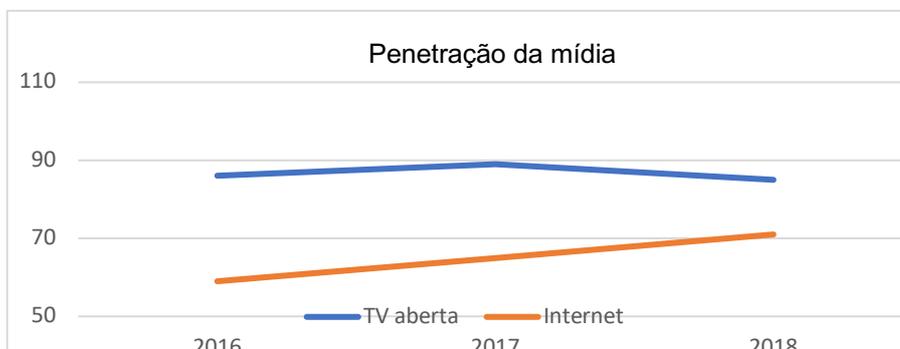
Se o impulsionamento pago de conteúdos na internet não foi capaz de alterar significativamente a comunicação eleitoral, mesmo assim, teria o HGPE perdido sua importância? Como forma de obter uma resposta sobre isso, buscamos os índices de audiência dos programas de TV do HGPE. De acordo com pesquisa Kantar Ibope Media, na Região Metropolitana de Fortaleza, a média da audiência na TV do Horário Eleitoral, nas terças, quintas e sábados, quando era exibido o programa dos candidatos a presidência, somando-se a média de todas as emissoras pesquisadas pelo Ibope no Ceará, foi de 32 pontos.⁵⁴ A título de comparação, isso seria o equivalente à audiência média do Big Brother Brasil, da Rede Globo (lembrando que, no caso da audiência do Horário Eleitoral estamos somando todas as emissoras). Apesar de termos obtido o relatório de audiência apenas da Região Metropolitana de Fortaleza, esse número está em sintonia com a média nacional, que é calculada pelo Kantar Ibope Media a partir de medição realizada regularmente em quinze “praças” do país.⁵⁵ Foi essa média de audiência que baseou matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, onde se mostra que a audiência média do HGPE, no primeiro turno, foi 31,9 pontos, cerca de 14% maior que nas eleições de 2014.⁵⁶ Não se deve desprezar, portanto, o alcance da propaganda eleitoral na TV, que continua tendo importância nas eleições, apesar de ter, sem dúvidas, essa importância reduzida, mais em face ao aparecimento de outros fatores de influência do que uma queda de sua audiência. Pode-se argumentar que o cenário político polarizado e um aumento de interesse sobre as eleições por setores da população que, antes, não costumavam ter participação política possam justificar a relativamente boa audiência do HGPE. Mas quando nos debruçamos sobre as pesquisas de consumo de mídia, vemos que, ao contrário do que se pode pensar e que até mesmo tende a ser uma percepção mais ou menos consolidada, até mesmo no meio acadêmico, não há uma

⁵⁴ Relatório Kantar Ibope Media, com valores médios de audiência do período entre 01/09/2018 e 22/10/2018, para a programação das emissoras: TV Verdes Mares (Globo), NordesTV (Band), TV Cidade (Record), Jangadeiro (SBT), TV Diário e Rede TV. Relatório gerado através de sistema assinado pela Bolero Comunicação.

⁵⁵ Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Belo Horizonte, Grande Porto Alegre, Grande Curitiba, Grande Recife, Grande Salvador, Distrito Federal, Grande Fortaleza, Grande Florianópolis, Campinas, Grande Vitória, Grande Goiânia, Grande Belém e Manaus.

⁵⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/audiencia-do-horario-eleitoral-na-tv-cresce-14-em-comparacao-com-2014.shtml>

significativa redução da penetração da mídia televisão entre a população brasileira (GRUPO DE MÍDIA, 2019, p. 154 e 244).



Ao invés de um recuo da televisão, podemos observar bem mais um avanço do acesso à internet, impulsionado pelo maior acesso à *smartphones* e à internet móvel. Ao verificar a forma que o brasileiro navega na internet, temos que os *smartphones* foram usados por 86% daqueles que responderam “sim” à pergunta se acessaram a internet nos últimos 30 dias na pesquisa colocada no Mídia Dados 2018 (GRUPO DE MÍDIA, 2019, p. 246). Esse maior acesso à internet, verificado no decorrer dos últimos anos, abre possibilidades para a ampliação de movimentos sociais em rede, sendo “a internet um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva” (CASTELLS, 2013, p. 171). Isso é bem presente em novíssimos movimentos sociais e tiveram – as redes formadas no decorrer de anos – maior efeito e relevância nas eleições presidenciais de 2018 que a possibilidade do impulsionamento pago de postagens.

Como a internet se está a converter num meio essencial de comunicação e organização em todos os âmbitos da atividade, é óbvio que os movimentos sociais e os agentes políticos a utilizam e a utilizarão cada vez mais, transformando-a numa ferramenta privilegiada para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. O ciberespaço está a converter-se num terreno disputado. Mas a internet não desempenha apenas um papel puramente instrumental na expressão dos protestos sociais e dos conflitos políticos ou, pelo contrário, estamos a assistir a uma transformação das regras do jogo sócio político no ciberespaço, que acabará por afetar o próprio jogo, ou seja, as formas e os objetivos dos movimentos e atores políticos (CASTELLS, 2004, p.169).

O HGPE, por outro lado, manteve a capacidade de influenciar, de uma forma mais rápida o comportamento do eleitorado. Se o candidato Geraldo Alckmin, detentor do maior tempo no rádio e TV, não teve uma votação proporcional a isso, seria simplório demais fazer uma simples relação direta entre esses fatores para

“determinar” uma certa desimportância do HGPE. Não é objetivo dessa pesquisa analisar com profundidade o fracasso eleitoral do candidato do PSDB, mas quando buscamos, mesmo que de uma forma despretensiosa, analisar os efeitos da propaganda no HGPE no cenário eleitoral, constatamos que a pífia performance de Geraldo Alckmin não pode ser atribuída simplesmente a uma ausência de resultados da propaganda eleitoral no rádio e TV. Dizemos isso ao perceber as relações entre conteúdos veiculados no HGPE e alterações no resultado das pesquisas eleitorais. Foi somente no dia 11 de setembro que Fernando Haddad foi oficializado como o candidato do Partido dos Trabalhadores, substituindo Lula. Apenas a partir dessa data que ele foi, de fato, apresentado como candidato a presidente nos espaços de sua coligação na TV e no rádio, passando a ser priorizado na comunicação eleitoral, além de receber um maior espaço de cobertura nos telejornais. A evolução das pesquisas eleitorais mostra que a partir desse momento, as intenções de voto em Fernando Haddad passam a crescer aceleradamente, passando (tendo como base pesquisa realizada pelo Ibope) de 8% para 19% em apenas uma semana e chegando a 25% na véspera da eleição, como podemos observar na figura abaixo.

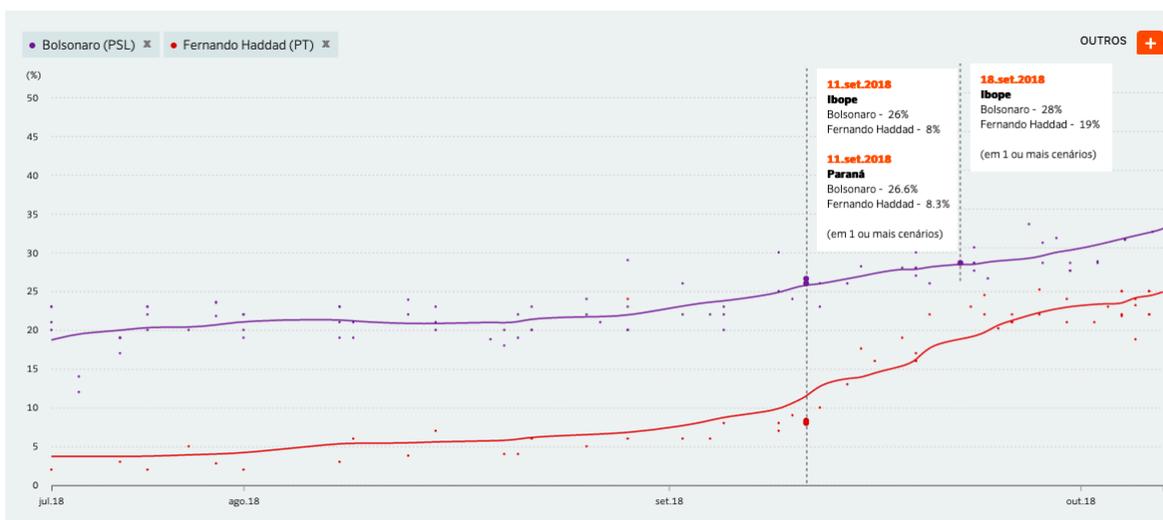


Figura 3 – Disponível em < <https://www.poder360.com.br/pesquisas-de-opinioao/>>

O HGPE hoje divide sua influência na comunicação eleitoral com outras mídias e plataformas, obrigando as campanhas, e a comunicação voltada para a política, a repensarem suas estratégias. Apesar disso, ele manteve, pelo menos na

eleição presidencial brasileira de 2018, sua relevância, contribuindo para a ida de Fernando Haddad ao segundo turno e, em nossa visão, para a eleição de Jair Bolsonaro ao final do processo eleitoral. A análise do HGPE segue sendo importante, não apenas para que se investigue a comunicação eleitoral, como também para compreender o social, o nosso mundo, que tanto nos surpreende e nos questiona.

4.1. Fronteiras dos discursos no "campo progressista": identidade e equivalência

Ao empreender uma análise do discurso do “campo progressista” nas eleições presidenciais de 2018, e ainda buscando nesse discurso elementos de uma colonialidade, pode parecer que desejamos estabelecer um modelo que a esquerda deveria seguir, uma “verdade” que garantiria uma “certificação de qualidade esquerdista”. Não se trata disso, mas sim uma reflexão – crítica, é verdade – sobre os caminhos que esse campo progressista seguiu e vem seguindo que, de muitas formas, contribuíram para a conformação do momento histórico que estamos vivendo, nesse ano de 2019. Não pretendemos dizer aqui que exista um percurso certo que se deva seguir, mas sim que existem outros caminhos, outras experiências, outros conhecimentos. Não temos como saber onde estaríamos hoje se alguns desses caminhos tivessem sido mais trilhados. Porém, o trilhar desses caminhos, o se abrir a outras epistemologias, sem necessariamente ter que negar as existentes, seria um fator para uma (re) conexão da “esquerda” com a sociedade, com um discurso outro, que teria menos certezas e mais escuta e diálogo.

No decorrer dos capítulos anteriores, foram colocados posicionamentos críticos em relação à tradição marxista, sem, no entanto, negar sua relevância, e mesmo sua atualidade. Aliás, nem mesmo deveríamos falar de “marxismo”, no singular, já que as ideias de Marx – elas mesmas se modificaram ao longo de sua vida – deram origem a uma infinidade de intérpretes e propostas. Numa leitura simples, as críticas que tratamos se referem a marxismos com viés essencialista, onde o proletariado seria “o” sujeito da história. Boaventura de Sousa Santos trata da precisão de uma descolonização do marxismo, no sentido de uma abertura para outros conhecimentos, o que de certa forma vem sendo feito por Fanon, Guha, Laclau, Zizek *et al.* No Brasil, até pela relativamente pouca, e tardia introdução, da reflexão pós-colonial e decolonial, os paradigmas essencialistas da tradição marxista, bem como uma ode à modernidade desenvolvimentista, se fazem mais presentes no discurso do

“campo progressista”, como veremos em nossa análise. Se, para Boaventura, a afirmação de que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, presente no Manifesto Comunista, se refere às profundas transformações que a modernidade capitalista estava operando no mundo do século XIX, ela acena para outra solidez. “Marx estava plenamente consciente de que, ao mesmo tempo que a solidez antiga, pré-capitalista, se desfazia no ar, uma outra solidez se instalava, (...) a lei de ferro das relações de produção capitalistas” (SANTOS, 1999, p. 26). À essa nova “solidez” se contrapunha o movimento do proletariado, que seria suficiente sólido e resistente para suplantar a ordem capitalista (SANTOS, 1999). A certeza histórica e “científica” do papel necessário da classe proletária, e suas consequências, seguiu, de variadas formas de uma forma hegemônica no discurso da “esquerda”, pelo menos até as décadas finais do século XX. O que Santos advoga, bem como diversos outros autores, de projetos pós-coloniais ou não, é a possibilidade de outros saberes, para além do marxismo, e que podem ainda ser articulados com ele, questionando determinismos e essencialismos. Ele chama isso de “descolonizar o marxismo”, através de interlocuções com “epistemologias do Sul”. Ressalta que o projeto abraçado por ele, tanto quanto o próprio marxismo, têm uma necessária relação com lutas e movimentos sociais, buscando uma transformação da sociedade. A tradição marxista teria, predominantemente, negligenciado questões como o patriarcado e o colonialismo o que, para ele, são indissociáveis em nossa história social. Portanto, “descolonizar” e, além disso, “despatriarcalizar” o marxismo, seria algo significativo para a “esquerda”, bem como questionar seu eurocentrismo (SANTOS, 2018). O marxismo (entendido aqui como teorias e práticas hegemônicas nas organizações de esquerda e/ou progressistas) mostra, apesar das semelhanças, “afastamentos” do projeto decolonial e das Epistemologias do Sul, que vem muito da sua pretensão de um “fechamento” do social, como uma teoria completa e inequívoca. Há, ainda, a aspiração de que a classe proletária, ela mesma detentora de uma tarefa histórica, não possui, necessariamente, uma consciência de classe, sendo necessário o papel da vanguarda, com um conhecimento “científico” e privilegiado do marxismo para que os trabalhadores tenham uma consciência “para si”.

Embora o marxismo seja um conhecimento nascido na luta, existem outros conhecimentos não marxistas nascidos na luta, e o marxismo tem que aceitar ser parte de uma ecologia de saberes revolucionários ou de saberes transformadores. Não pode, portanto, ser considerado um conhecimento completo, porque as lutas podem contar com outros elementos que não

sejam provenientes da cosmovisão ocidental do marxismo (SANTOS, 2018, p. 172 e 173).

No contexto de nosso *corpus* de pesquisa, a buscaremos, na análise, as presenças e ausências de visões pluriversais, de outros saberes e práticas, dos movimentos sociais e subalternidades, no discurso da “esquerda”. Que esquerda seria essa? Talvez a mais utilizada e hoje “clássica” conceituação de “direita” e “esquerda” seja a proposta pelo italiano Norberto Bobbio, que ao nosso ver é ampla o bastante para a tomarmos como ponto de partida, em nossa breve definição do que trataremos como “esquerda” em nossa pesquisa. O critério básico de Bobbio é o do desejo pelo igualitário. A esquerda defenderia ideias e ações no sentido de reduzir as desigualdades, que não seriam naturais. Ele aponta ainda que uma definição de esquerda não se confunde com a dicotomia capitalismo / comunismo, podendo existir uma esquerda que não seja contra a propriedade privada (BOBBIO, 1995). A partir desse amplo espectro aberto por Bobbio, pensamos em termos de uma “identidade de esquerda”, definida de forma contingente e a partir das categorias de equivalência e diferença, postas por Laclau e Mouffe. Não se pode atribuir a essa identidade de esquerda, de forma simplória, uma série de características universais. Apesar de Bobbio apontar um engajamento a favor de uma sociedade mais igualitária como algo comum à esquerda, não vemos isso como algo que contradiga uma contingência nessa identidade. A característica trazida por Bobbio, e que assumimos em nossa definição, aponta para uma característica formadora da identidade, mas não impede sua diversidade. Tomemos como paralelo o feminismo, onde temos variações como o liberal, da mulher negra, radical etc. São feminismos que inclusive divergem entre si, mas, mesmo assim, por óbvio, têm algo em comum, ou não seriam feministas.

A “esquerda” da qual tratamos está localizada em um contexto específico, das eleições presidenciais brasileiras de 2018. A delimitação que fazemos é nesse tempo histórico, que faz parte de sua contingência. Dito isso, sua identidade como esquerda é vista por nós como uma relação de equivalência, o que, na teoria do discurso político, não significa algo igual ou semelhante, mas sim o oposto. Mas a relação de equivalência abrange a identidade, mas não deve se confundir com ela. Não se trata de simplesmente, no caso que tratamos, colocar a identidade de esquerda numa equivalência antagônica com uma identidade de direita. Essa relação de equivalência não se dá de forma tão simples, mas sim através de práticas articulatórias, que findam por alterar a formação das identidades (LACLAU e

MOUFFE, 2015). Indo para um exemplo prático, tomemos a candidatura de Ciro Gomes, que em nossa pesquisa estamos considerando no campo da esquerda. Ora, muitos irão “torcer o nariz” ao ler esse nosso posicionamento, mas ele está baseado na ampla definição de esquerda, colocada por Bobbio e, na contingência da campanha presidencial, onde uma cadeia de equivalência, formada por práticas articulatórias, colocou uma relação de antagonismo onde Ciro Gomes, na formação discursiva que estamos analisando, tem uma identidade de esquerda. Isso não significa que essa identidade seja absoluta, ela pode ser negada e não aceita por outras pessoas, mas no contexto da formação discursiva específica de que tratamos (que pode não ser a mesma para determinados grupos) essa identidade de esquerda foi aceita de forma hegemônica. Seguindo o mesmo caminho, temos colocadas no campo da esquerda, para efeito de nossa análise, além de Ciro Gomes, as candidaturas de Lula / Fernando Haddad, Guilherme Boulos e Marina Silva, as quais passamos a explorar a partir de agora.

Antes, pois, de iniciarmos uma análise propriamente dita do discurso da “esquerda”, dessa “nossa” esquerda, reforçamos o caráter contingente, aberto à possibilidades de nossa sociedade, o que deve ser lembrado quando analisamos o objeto dessa pesquisa, e enquanto essa investigação é lida.

A análise do presente e do passado, por mais profunda que seja, não pode fornecer mais do que um horizonte de possibilidades, um leque de futuros possíveis; a conversão de um deles em realidade é fruto da utopia e da contingência. Mas se é assim, em geral, o é muito mais num período de transição paradigmática como o que atravessamos. Em tais períodos os processos sociais são tão fluidos e turbulentos que o que resulta das interações entre eles é, em grande medida, uma incógnita (SANTOS, 1999, p. 37).

4.2. Lula / Haddad: uma campanha, duas cabeças

No dia 31 de agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff perdeu o seu mandato definitivamente, através de um processo de impeachment. A primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil, tinha sido reeleita por uma pequena margem de votos em 2014 e sofreu com uma crise política – que englobou, entre outras questões, a dificuldade de governabilidade na relação com o Congresso Nacional e manifestações de rua convocadas por movimentos com viés de direita – e uma crise econômica, agravada com a queda dos preços internacionais de commodities como o minério de

ferro e o petróleo. A interrupção do segundo mandato de Dilma Rousseff foi mais que a simples queda de um governo dentro de um processo legal, previsto nos mecanismos da democracia brasileira. Ela representou uma grave crise no próprio sistema democrático do país, que foi até mesmo se agravando depois de sua saída.

O afastamento de Dilma representou o início de um período sem precedentes na história política brasileira contemporânea, pela inconsistência do processo em si e pelo desenrolar de um movimento de politização do judiciário e de judicialização da política nacional, que culminariam com a prisão do ex-presidente Lula, justamente no ano eleitoral de 2018 (OLIVEIRA, 2018, p. 35).

Lula tem uma trajetória de vida, até certo momento, comum a muitas pessoas no Brasil, saindo da área rural nordestina e indo para o sudeste, em busca de melhores condições de vida: “só tomou café aos sete anos de idade, viajou 13 dias no pau de arara com a única camiseta que cada um da sua família tinha, foi engraxate, foi office-boy, e se tornou o maior presidente da história do Brasil” (SADER, 2019, p. 24). O que, evidentemente, a história de Lula destoa da maioria, foi que ele não seguiu um roteiro previsível para os subalternos. Lula não se limitou ao lugar que era “reservado” para ele, se conformando dentro do papel que lhe era previsto. É evidente que não devemos atribuir isso a um mero esforço pessoal, que isso fique bem claro. “Lula” é, também, um elemento do discurso, e sua presença, enquanto subalterno, em um lugar que não lhe seria permitido, transgride a história e a narrativa esperada. O próprio Lula fala sobre a reação da elite à sua primeira eleição, desacreditando sua capacidade a partir de uma identidade subalternizada.

O que é que eles falavam quando um metalúrgico ganhou as eleições? Eles menosprezavam: ‘um analfabeto, um peão que não sabe falar, que não sei das quantas’. Eu lembro que o Maluf dizia: ‘a dona Marisa não vai conseguir limpar aqueles vidros todos do palácio’. Era assim que falavam comigo (SILVA, 2019, 58m 22s).

Guha vem a caracterizar essa questão no que ele chamou de “leitura em reverso”, através da qual se torna possível uma mudança de sentido dos padrões estabelecidos pelo discurso hegemônico de uma elite, revelando novas possibilidades (GUHA, 1999). A simples presença do subalterno exercendo um papel que não lhe é previsto e, tampouco, permitido, tem o poder de modificar os significados em um campo discursivo, gerando um deslocamento, se contrapondo ao discurso hegemônico. Lula, quando chega à presidência e, não apenas isso, realiza um

governo considerado como bom e ótimo pela maioria da população⁵⁷, ganha destaque no cenário internacional e se torna um dos maiores políticos da história do Brasil, ele afronta toda uma narrativa presente no discurso da elite. Isso não significa que durante os governos de Lula houve um forte enfrentamento ao projeto das elites, o que estamos querendo dizer é que existiu uma fratura no discurso da elite, onde a presença de Lula, como parte do campo discursivo, teve a capacidade de representar um momento onde “o subalterno transgride o lugar que lhe é atribuído, começando a exercer seu poder epistêmico” ⁵⁸ (RODRÍGUEZ, 1998, p. 105, tradução nossa). O impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, principalmente, a prisão de Lula, de certa forma, “ajustaram” a narrativa no campo discursivo em disputa, colocando Lula em seu “devido lugar”, um não-lugar de isolamento. A estratégia discursiva da elite reorganiza a própria experiência histórica, controlando-a de acordo com sua vontade (GUHA, 2012) e “Lula”, nas práticas articulatórias desse discurso, disputa, hegemonicamente, seu significado, ligando-o à corrupção que, por sua vez, é colocada como um ponto nodal, se articulando com praticamente todos os problemas do país, que a ela são atribuídos (SOUZA, 2019).

No dia sete de abril de 2018, Luís Inácio Lula da Silva foi preso. Líder isolado das pesquisas eleitorais, até aquele momento, sua condenação em segunda instância, pelo processo que o acusa de receber vantagens indevidas da construtora OAS, materializadas em um apartamento triplex na praia do Guarujá, São Paulo. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, TRF 4, determinou uma pena de 12 anos e um mês de prisão, que deveria ser cumprido em regime fechado. Com essa condenação em segunda instância, o juiz de primeira instância, Sérgio Moro, determinou o encarceramento de Lula. A condenação, além da liberdade, tirava a possibilidade de Lula concorrer à Presidência da República nas eleições de 2018. A Lei Complementar nº. 135 de 2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, era bem clara quanto ao impedimento de condenados por um órgão colegiado da justiça em ser candidatos a cargos eletivos, mesmo que não estejam cumprindo pena de

⁵⁷ De acordo com pesquisa do instituto Datafolha, realizada entre os dias 17 e 19 de novembro de 2010, no final do segundo mandato de Lula, seu governo era considerado Bom e Ótimo por 83% dos entrevistados, com 13% considerando-o Regular e apenas 4% como Ruim e Péssimo. Pesquisa disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf

⁵⁸ En el momento en que el subalterno transgrede su lugar asignado, empieza a ejercer su poder epistemológico.

prisão.⁵⁹ Mesmo assim, a estratégia escolhida pelo Partido dos Trabalhadores foi de manter a candidatura de Lula.

No dia 15 de agosto de 2018, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República é registrada oficialmente no Tribunal Superior Eleitoral. A partir daí se materializa a postulação de Lula, e também uma batalha jurídica, porém, que já parecia perdida, dada a clareza da Lei da Ficha Limpa. Mas a aposta do Partido dos Trabalhadores (PT), coligado com o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), foi de estender ao máximo a crença de que Lula era efetivamente candidato e poderia ser votado. Não obstante, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, no dia 31 de agosto de 2018, pelo indeferimento do registro da candidatura de Lula, nas vésperas do início da campanha eleitoral no HGPE. A decisão do TSE determinava ainda a proibição de Lula fazer campanha como candidato. Isso, na prática, restringia o tempo que Lula poderia aparecer nos programas eleitorais do rádio e TV, passando a ter um limite de 25% do total, como determina a Lei Eleitoral para os que são apenas apoiadores dos candidatos.⁶⁰ E foi com esse cenário que chegamos ao início do HGPE das candidaturas à presidência, no sábado, dia primeiro de setembro de 2018.

4.2.1 O Brasil Feliz de Novo – Plano de Governo

A lei eleitoral brasileira determina que, no momento do registro das candidaturas a cargos executivos, seja também registrado o Programa de Governo de cada chapa, que ficam disponíveis publicamente, com acesso pela internet. Muitas vezes o que está escrito no papel, no arquivo em PDF dos programas de governo,

⁵⁹ Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando (Art. 2º. Lei 135/2010). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm

⁶⁰ Art. 54. Nos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no § 2º, candidatos, caracteres com propostas, fotos, **jingles**, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como seus apoiadores, que poderão dispor de até 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

acaba não se refletindo tanto no discurso da campanha. Mas não deixa de ser um parâmetro, até mesmo oficial, registrado e disponível para todos, para críticas e aprovações. Antes de analisarmos os elementos do discurso político presentes nas peças audiovisuais, iremos, para cada candidato, trazer um pouco de seu programa de governo, com foco nos segmentos que têm uma maior relação com identidades subalternizadas. Dessa forma, temos uma visão sobre o perfil das candidaturas e até mesmo mais uma referência para a análise do discurso eleitoral em si, que pode ser bem diferente do que está no programa de governo, com fortalecimento de alguns pontos e enfraquecimento, ou mesmo ausências, de outros.

O programa de governo da chapa formada por Fernando Haddad e Manoela D'Ávila (levamos em consideração o programa da chapa que foi deferida pelo TSE), dedica todo um capítulo à afirmação dos direitos de mulheres, negros, indígenas, juventudes, LGBTI+, idosos, entre outros grupos que muitas vezes são subalternizados. Há uma clara escolha pelas políticas de inclusão e afirmação, expressa em propostas concretas, como a convocação de uma conferência nacional popular de direitos humanos, a criação de um Sistema Nacional de Direitos Humanos, e mesmo o simbolismo da recriação dos Ministérios dos Direitos Humanos, da Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres. O posicionamento que é colocado se refere à formação escravagista e ao patriarcado, revelando um programa de governo que é capaz de tocar nessas questões, dentro dos limites desse tipo de material.

Negros e mulheres, as duas grandes maiorias da população, bem como os povos indígenas e quilombolas, a “minoridade esquecida”, são os grupos sociais mais marginalizados por uma sociedade que se criou e se mantém racista e patriarcal. Assim, o combate ao racismo e ao machismo nas instituições e na sociedade brasileira terá papel estratégico para a construção de uma democracia que não se limite a formalidade. A busca da igualdade racial-étnica e de gênero balizará todas as políticas públicas, nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018, p. 19).

A relação entre capitalismo, colonialismo – com a classificação racial da humanidade (QUIJANO, 2001) – e patriarcado (SANTOS, 2018) está colocada praticamente de forma explícita no programa de governo da coligação O Povo Feliz de Novo. Em outros excertos também há uma presença desse argumento, como é dito em “as desigualdades vividas pelas mulheres se estruturam a partir de relações

patriarcais e machistas que têm negado à mulher o seu desenvolvimento pleno” (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018, p. 20).

Apesar de colocar a necessidade de uma política de reindustrialização, e “investimentos elevados em setores como os de bens de capital e da Defesa, a cadeia produtiva do petróleo, gás e biocombustíveis, fármacos e petroquímica” (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018, p. 43), esse mesmo programa de governo levanta questões sobre um modelo de desenvolvimento que pode ser diferente do padrão ocidental, em um capítulo específico, intitulado de “Transição Ecológica para a Nova Sociedade do Século XXI”. A verdade é que se acaba por ter uma certa contradição dentro do próprio programa, ao nosso ver (até pela experiência pessoal de ter feito parte da elaboração de algumas peças desse tipo, em campanhas eleitorais das quais participamos) pelo fato de que muitas vezes os programas de governo são escritos de forma compartimentada, por diferentes autores. O que gostaríamos de ressaltar aqui é a existência, mesmo com algum conflito com outras partes do texto, da colocação da possibilidade de um modelo de desenvolvimento que leve em conta outras perspectivas, além do padrão da modernidade ocidental.

Os investimentos em agroecologia e na mudança da estrutura produtiva vão garantir um futuro moderno e sustentável em que todos possam respirar ar limpo, beber água potável, comer alimentos saudáveis, usufruir de mares e rios salubres, viver com saúde, ter empregos dignos e se orgulhar de suas raízes, sejam elas da cidade ou do campo. Os investimentos de baixo carbono ajudarão a modernizar e a dinamizar a nossa economia urbana e rural. Eles contribuirão para construir novas capacidades tecnológicas e inovativas, agregando valor à sua vasta sociobiodiversidade, tornando a economia brasileira mais competitiva, aumentando a renda das brasileiras e brasileiros e promovendo a inclusão social (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018, p. 48).

O programa de governo da chapa Haddad / Manuela d’Ávila, apesar da amplitude e generalizações, que acontecem de forma costumeira nesses materiais, aponta, em vários momentos, para um caminho que questiona e coloca em relevância temas levantados por projetos pós-coloniais e estudos subalternos. Em seu início, em um texto introdutório, é inclusive posto que movimentos sociais são parte integrante do projeto defendido, acenando para outros conhecimentos, produzidos nas práticas de luta: “esse é o programa da vitória, do #LulaLivre, da luta das mulheres e das juventudes, da resistência democrática, dos movimentos negros, indígenas, LBGTI+, dos trabalhadores e do povo por seus direitos violados” (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018, p. 20). Mas, como dissemos, nem sempre o que está no papel /

arquivo PDF dos programas de governo, é o que vemos sendo expresso na campanha política, no discurso exteriorizado das candidaturas, na sua comunicação. Temos, a partir do programa de governo registrado no TSE, uma certa caracterização da candidatura de Haddad / Manuela e, a partir desse momento, passamos à uma análise do discurso dessa chapa em seu material audiovisual, principalmente o veiculado através do HGPE.

4.2.2 Lula: *chama que o homem dá jeito*

No dia primeiro de agosto foram exibidas as primeiras propagandas do HGPE, no rádio e na TV. Foi também no dia primeiro de agosto, na madrugada, que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, por seis votos a um, indeferir o registro da candidatura de Lula à presidência da república. A decisão, que deveria ser aplicada imediatamente, também impedia Lula de fazer campanha como candidato. Porém, o primeiro programa na TV, que foi exibido algumas horas depois da decisão do TSE, trazia Lula como candidato. Foi alegado, pela coligação encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, a impossibilidade técnica de troca da mídia em tempo hábil. Alguns dias antes, havia sido “vazado”, no YouTube, o que seria o primeiro programa de Lula Presidente no HGPE, que tinha como foco o registro de sua candidatura no TSE. Um programa que jamais chegou a ir ao ar na TV. E nem mesmo se pode afirmar com certeza se ele realmente iria ser veiculado no HGPE. Nesse programa, que findou por ser colocado apenas na internet, o foco inicial é uma afirmação da candidatura de Lula, com cenas de Fernando Haddad falando do efetivo registro da candidatura do ex-presidente, no dia em que isso aconteceu. A Marcha Nacional Lula Livre, formada por movimentos sociais, havia chegado em Brasília para o registro da candidatura Lula, e foi destaque no programa. Setores subalternizados, como os indígenas e camponeses, apareceram na edição das imagens, bem como militantes com bandeiras do Movimento dos Sem Terra, o MST.

Figura 4 - Programa da Coligação O Povo Feliz de Novo, disponibilizado no YouTube dia 30/08/2018



Disponível em <<https://youtu.be/soPOsMC4IEY>>

Esse destaque dado aos movimentos sociais não foi observado por nós nos programas que, de fato, foram veiculados no HGPE nas TVs. O que foi exibido no primeiro dia da propaganda eleitoral no rádio e TV, o programa da Coligação O Povo Feliz de Novo, teve Lula como o protagonista, mesmo ele tendo sua candidatura indeferida pelo TSE. Logo na abertura, foi mostrado um comunicado, no formato de *lettering* com um locutor em *off* criticando a decisão do TSE de cassar a candidatura de Lula e, em contraposição à essa decisão, argumentando com uma “decisão da ONU” – na verdade de seu Comitê de Direitos Humanos ⁶¹ – que garantiria o direito de Lula ser candidato. O programa segue denunciando a injustiça que Lula estaria sendo vítima, com Fernando Haddad conduzindo a narrativa, a partir de Curitiba, mostrando o “Acampamento Lula Livre”, onde são mostradas pessoas de vários lugares do Brasil que por lá estão, em solidariedade a Lula, e também personalidades mundiais, como o Argentino Adolfo Pérez Esquivel (Prêmio Nobel da Paz em 1980), José Mujica (ex-presidente do Uruguai) e o ator estadunidense Danny Glover. O próprio Lula está no programa, afirmando que está “na situação de um inocente que está sendo julgado, para evitar que esse inocente volte a fazer o melhor governo do

⁶¹ Decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU, que recomendava a garantia de Lula em ser candidato a Presidente da República, mesmo na prisão. Anexo A.

Brasil” (SILVA, Luís Inácio Lula, 2018 ⁶²). Lula está no centro desse programa, bem como permanece nessa centralidade, como o principal “ponto nodal” do discurso da chapa encabeçada pelo PT, na primeira fase de sua campanha, que vai até a substituição oficial do candidato, quando Fernando Haddad assume a candidatura à presidência, tendo Manuela D’ávila (PC do B) como sua vice.

São as práticas articulatórias que dão sentido ao discurso. Um sentido que não é único, mas que se relaciona com os seus elementos, que se articulam entre si, a partir de um ponto nodal (LACLAU e MOUFFE, 2015). No discurso construído durante essa primeira fase da comunicação eleitoral da Coligação O Brasil Feliz de Novo, o principal ponto nodal, no qual elementos se articulam, é exatamente: Lula. Num procedimento inicial, com o objetivo apenas de facilitar a identificação de articulações, porém não nos atendo simplesmente a isso, processamos o texto dos programas e inserções na TV do HGPE da Coligação O Brasil Feliz de Novo no sistema de análise natural de linguagem, Raven’s Eye, em seu módulo de rede neural. A rede formada a partir da palavra “Lula” (Anexo B) mostrou ligações mais frequentes e relevantes com “é candidato”, “possível”, “Brasil”, “possível”, “ser”, “Haddad”, “livre”, “povo”, “presidente”, “situação”, para citar as que achamos mais relevantes. Nas sentenças do texto em si, a afirmação de Lula como candidato, e o desejo de retorno para um país onde tudo era diferente, fica bem marcado, repetidas vezes – a repetição das peças e de “pontos chave” do discurso é uma das características comuns da propaganda nas campanhas eleitorais, atributo que advém bastante de práticas da publicidade (LAVAREDA e TELLES, 2016). “A ONU já decidiu, Lula pode ser candidato a presidente”, “vamos trazer o Brasil de Lula de volta”, “Lula já provou que dá certo”, “Lula foi o melhor presidente que o Brasil já teve”, são frase que aparecem em vários momentos no HGPE, no período anterior ao dia 11 de setembro. “Faço aqui um juramento de lealdade a Lula”, é uma sentença que também surge em diversas ocasiões, proferida por Fernando Haddad. Oficialmente candidato a vice-presidente, ele manteve-se, nessa “primeira fase” da campanha, de uma forma coadjuvante, como era de se esperar, nunca aparecendo de modo independente de Lula. Algo bem revelador foi que em todas as sentenças que aparece a palavra “Haddad”, também continham a palavra “Lula”. As práticas articulatórias a partir do ponto nodal “Lula” buscam fixar alguns sentidos, na disputa do campo discursivo nas eleições

⁶² HGPE da Coligação O Brasil Feliz de Novo, Primeiro Programa Eleitoral #OBrasilFelizDeNovo disponível em <https://youtu.be/LKnAYXvCjgo>

presidenciais de 2018. E, “Lula”, como ponto nodal, tem o papel de tentar unificar o sentido desse discurso.

As articulações em torno dele acontecem, na campanha da coligação O Brasil Feliz de Novo, na afirmação de uma “perseguição política” de que o ex-presidente seria vítima e, para isso, a decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU é parte fundamental da construção do discurso, apontando para um argumento “legalista” e, de certa forma, judicial. A instância “ONU”, um órgão internacional, estaria “acima” da justiça brasileira. O indeferimento da candidatura de Lula pelo TSE seria “um ato de violência que contrariou a ONU e tirou o direito do povo de eleger seu candidato preferido”, e ainda: “infelizmente, insistem em tirar o Lula, contrariando a ONU e a vontade do povo brasileiro”, como é dito, com essas frases, diversas vezes no HGPE. A defesa da candidatura de Lula, feita na propaganda eleitoral, não busca claramente uma mobilização popular por “Lula Livre” e nem mesmo traz visibilidade para movimentos populares. Se no programa no que seria o “primeiro programa de Lula no Horário Eleitoral”, “vazado” na internet, movimentos sociais, como o MST, e setores subalternizados, como indígenas e mulheres camponesas, estavam presentes com certo destaque, e representavam elementos que se articulavam no discurso de resistência à perseguição política em que Lula era uma vítima, esses setores não foram articulados dessa forma, nos programas exibidos na TV, limitando-se a poucas imagens no “clipe do jingle de campanha”. A resistência popular à prisão arbitrária de Lula passou a aparecer através quase que exclusivamente do “Acampamento Lula Livre”, nas imediações da Polícia Federal de Curitiba, onde o ex-presidente se encontra preso. As ricas experiências e os saberes produzidos pelos movimentos sociais em suas práticas de resistência às políticas das elites, não foram incorporados ao discurso da campanha, que deu prioridade ao “argumento de autoridade” da ONU. Nessa fase do HGPE, os subalternos tiveram o lugar, nas práticas articulatórias envolvidas, como elementos que dão sustentação ao argumento de que Lula foi o melhor presidente que o Brasil já teve, e que seu governo promoveu ações que buscaram reduzir as desigualdades, beneficiando exatamente aqueles que se encontravam em condições de subalternidade. Essa redução das desigualdades e o aumento da renda dos mais pobres realmente aconteceu⁶³, mas, no campo

⁶³ “Combinados, o crescimento econômico mais rápido e a distribuição de renda mais ampla conseguiram a maior redução na pobreza na história brasileira. De acordo com algumas estimativas, o

discursivo brasileiro, a disputa da hegemonia vinha questionando o papel de Lula e do PT nesses avanços, e mesmo a real existência dessa redução da pobreza, que teve sua percepção limitada pela crise econômica do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. No HGPE da Coligação encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, histórias contadas por pessoas com “identidades subalternas” se articulam em torno de “Lula”, “atestando” o papel deste nas reduções das desigualdades e melhores oportunidades para os “mais pobres”, durante seus dois mandatos.

Figura 5 - Programa da Coligação O Povo Feliz de Novo, disponibilizado no YouTube dia 08/09/2018



Disponível em <<https://youtu.be/HZmBHQRs1gw>>

Toinho Silveira, com o nome grafado em sua forma “popular”, ressaltando ainda mais uma “identidade subalterna”, foi um personagem que teve bastante destaque no HGPE da TV, na Coligação O Brasil Feliz de Novo. Toinho tem uma história que pode ser uma síntese dos resultados das duas gestões de Lula como presidente. Toinho é nordestino, de um dos estados mais pobres do país, o Piauí. Toinho passou a ter acesso ao consumo de bens duráveis, a ter energia elétrica em casa, a ter uma melhor alimentação e ainda teve um filho que pôde cursar o Ensino Superior. Tudo isso, Toinho mostra consciência disso, graças ao governo Lula.

número de pobres caiu de cerca de 50 milhões para 30 milhões num espaço de seis anos, e o número de desamparados foi reduzido pela metade. Metade dessa dramática transformação pode ser atribuída ao crescimento, a outra metade a programas sociais” (ANDERSON, 2011, p. 29).

Já passei muita dificuldade, pescador, sofrido, vida sofrida. Não tinha energia, não tinha nada. Depois que Lula entrou, todo lugar tem energia, todo mundo comprou sua televisão, tem sua geladeira. Botou boi na mesa do caboclo, feijão, tudo botou. Aí os ricos cismam do rapaz pra prender. Um governo desses é pra ir só repetindo. Todo tempo. Inclusive, já que a conversa é boa, um dia nós tava ali no bar, conversando, a turma disse: rapaz, se fosse pra tirar um dia de cada um, ou um mês, no lugar do Lula, todo mundo ia. Então, aquele negócio foi um negócio muito triste. Pro Brasil foi muito triste, prender um homem daquele. Você é sabedor que, até nos estudos, era muito difícil. Quando o Lula entrou, abriram as portas, tudo. Abriu. Hoje em dia, vocês estão aqui na minha casa, é muito orgulho, de ter meu filho formado, no governo do Lula. Esse é um filho de pescador. Então, o homem deu chance foi pra esse pessoal. Aí o povo rico se zanga. Rapaz, te aquieta, pobre também tem que ter oportunidade (SILVEIRA, Toinho, HGPE da Coligação O Brasil Feliz de Novo, Disponível em: <https://youtu.be/HZmBHQRs1g>).

O discurso, da forma como é compreendido por Laclau e Mouffe, não é uma sequência de palavras formando um sentido, mas o resultado de práticas articulatórias que juntam palavras, ações e outros elementos, na produção de sentidos que disputam o espaço discursivo, a hegemonia do “social”. Esse sentido não é, porém, algo fechado, e terá sempre uma fixação parcial. Se o ponto nodal “Lula”, no campo discursivo daquele momento eleitoral de 2018, se articula no sentido de dar um sentido de que “Lula fez o melhor governo”, “Lula tirou milhões da pobreza” etc, também se articula com elementos que estão fora do discurso de sua campanha, como por exemplo “corrupção”, que é elemento e ponto nodal do campo discursivo em questão. “Lula” é ponto nodal e também tem um caráter de “significante flutuante”, articulando-se com a corrupção, e outros elementos, assumindo sentidos diversos. A corrupção foi historicamente posta como sendo o principal problema do Brasil, e isso ganhou ainda mais força como elemento do discurso, nos últimos anos. O próprio Partido dos Trabalhadores utilizou a corrupção como uma das questões prioritárias a ser combatida, em suas campanhas eleitorais anteriores. Reforçamos que não estamos aqui defendendo a corrupção, mas sim querendo dizer que ela é colocada, dentro do discurso que disputa a hegemonia do social, como algo que tem efeitos maiores do que realmente causa, em relação aos problemas do Brasil (SOUZA, 2019). “Lula”, se articular discursivamente com “corrupção”, e outros elementos, como “lava jato”, é algo que acontece, por óbvio, independentemente da vontade do Partido dos Trabalhadores e daqueles que constroem a comunicação de sua campanha presidencial. A negação a essa corrupção não foi algo priorizado diretamente na campanha petista, cuja estratégia de construção do discurso passou mais por uma lógica de equivalência, que colocou os governos de Lula como o contraponto à gestão

do presidente à época da eleição de 2018, Michel Temer. Lula, encarnava o antagonismo ao desmonte de programas sociais, à redução de direitos trabalhistas, ao aumento do desemprego e à crônica crise econômica que acontecia na presidência de Temer. Com Lula e o PT, tudo provou ser diferente, e era essa realidade, oposta ao que se estava vivendo, que se propunha a voltar. Ressalte-se que, na construção desse discurso, as gestões da presidenta Dilma, principalmente sua última, foram praticamente ignoradas, reforçando a personificação de uma boa gestão na figura de Lula.

Toinho, e outras identidades subalternizadas que tiveram lugar na primeira fase do HGPE da coligação O Brasil Feliz de Novo, com Haddad ocupando oficialmente a vice de Lula, tiveram o papel de dar suporte, em articulações discursivas, ao discurso onde Lula aparece como antagônico à gestão de Michel Temer e de tudo que aconteceu de negativo após o impeachment / golpe que tirou da presidência Dilma Rousseff. Lula foi o maior, e praticamente único, responsável pelo sucesso das duas primeiras gestões do Partido dos Trabalhadores na presidência do Brasil (exceção feita a Fernando Haddad, que é mostrado algumas vezes como responsável pelo aumento de vagas nas universidades, públicas e privadas). A prova disso está nas histórias de vida das pessoas que foram beneficiadas pelas políticas de redução das desigualdades. Isso está errado? Não. De certa forma, não está. Mas o que há é uma simplificação, talvez excessiva, de uma realidade que foi e é bem mais complexa. O discurso construído nessa fase da campanha é bem simples, seguindo algumas práticas da publicidade que são utilizadas na comunicação eleitoral. Quem sabe, simples até demais, excluindo elementos que poderiam se contrapor a elementos negativos, para o PT, que estavam bem presentes no campo discursivo, e permaneceram com pouco antagonismo. A valorização do papel pessoal de Lula na melhoria das condições de vida da população que tem uma posição subalterna, pode servir para objetivos eleitorais, se se pensar as eleições de 2018 de uma forma restrita, reduzindo seu campo discursivo a esse momento. Mas a disputa dos discursos que vimos em 2018, teve elementos importantes que se articularam bem anteriormente. É claro que qualquer discurso não se resume aos elementos articulados temporalmente próximos à sua manifestação imediata. Mas nas eleições de 2018 a disputa dos discursos apresentou articulações mais amplas, que envolveram visões de mundo e disputas simbólicas que em muito ultrapassaram o momento eleitoral.

4.2.3 *Lula é Haddad. Haddad é Lula.*

No dia 11 de setembro de 2018, cerca de trinta minutos antes do prazo final, a coligação O Brasil Feliz de Novo oficializou, no TSE, a troca do candidato à presidência da república. Fernando Haddad passa a ser a cabeça da chapa, de fato e de direito, tendo Manuel D'ávila, do Partido Comunista do Brasil, como sua vice. A campanha passa para uma nova fase, mas que segue com poucas mudanças na construção de seu discurso, que permanece centrado em “Lula”, e na diferença de suas gestões, numa lógica de equivalência com a situação do Brasil na época. Haddad é identificado como candidato a presidente no HGPE, mas é o candidato do Lula.

Figura 6 - Programa da Coligação O Povo Feliz de Novo, disponibilizado no YouTube dia 11/09/2018



Disponível em <<https://youtu.be/byfyBcq8gOA>>

Lula foi o melhor presidente que o Brasil já teve. Nós sabemos que ele ganharia essa eleição. Infelizmente, insistem em tirar o Lula, contrariando a ONU e a vontade do povo brasileiro. Lula pediu: vamos continuar juntos, unidos. Vamos todos votar no treze, para vencer as injustiças e fazer o Brasil feliz de novo (HADDAD, Fernando. HGPE da coligação O Brasil Feliz de Novo, disponível em: <https://youtu.be/byfyBcq8gOA>).

Como vemos, há uma repetição das mensagens na construção do discurso da campanha. A autoridade da ONU sendo contrariada, Lula como o melhor presidente do Brasil e o apelo para vencer as injustiças são os elementos que seguem

nas articulações discursivas. Aos poucos, Haddad vai ampliando seu protagonismo na campanha, mas sempre ligado a Lula. Haddad é o ministro de Lula, aquele que colocou milhões na universidade. “O ministro mais importante desse país”, nas palavras de Lula, ditas em vários momentos do HGPE.

No dia 15 de setembro, um programa “especial Nordeste” leva Haddad até a “terra de Lula”, onde o ex-presidente teria realizado uma verdadeira revolução, transformando toda uma realidade perversa.

Visitar o Nordeste é mergulhar na alma do governo Lula. As marcas de Lula estão por toda a parte do Brasil, mas aqui no Nordeste, elas estão muito fortes. Aqui, Lula realizou um verdadeiro trabalho humanitário, com ações de oportunidades para milhões de pessoas saírem da miséria, da fome, e até da sede (HADDAD, Fernando. HGPE da coligação O Brasil Feliz de Novo, disponível em: <https://youtu.be/Uugl3r7NHZE>)

O colonialismo interno, também pode se derivar em uma colonialidade interna. As “linhas abissais” propostas por Boaventura de Sousa Santos, são uma metáfora da exclusão, dividindo o mundo entre o “Norte” e o “Sul”, que não são geográficos, literalmente falando, mas sim uma divisão epistêmica e de poder. No “Norte” está o conhecimento válido, a garantia dos direitos humanos, as oportunidades, as soluções dos problemas. Ao “Sul”, resta o obscurantismo, o lugar dos problemas que só têm soluções a partir do “Norte”, um lugar da não existência, de ausências (SANTOS, 2018). No Brasil, o “Sul” está ao Norte, e o “Norte” na direção do Sul. As regiões Norte e Nordeste do país tiveram uma identidade subalterna construída, que é assumida também por quem nelas vive. Não temos, nesse trabalho, como nos aprofundar nessa discussão, que mereceria praticamente uma pesquisa própria. Mas vamos nos ater um pouco ao pensamento do historiador Durval Albuquerque Júnior, autor de “A Invenção do Nordeste e Outras Artes”. Dialogando com o projeto pós-colonial de Edward Said, cujo subtítulo de seu livro “Orientalismo” na tradução para o português foi: “o Oriente como invenção do Ocidente”. Para Durval, há uma estratégia de estereotipização nos discursos sobre o Nordeste:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JR., Durval, 2011, p. 30).

Seria o caso, então, de se contrapor a esses estereótipos, mostrando o que seriam o Nordeste e o nordestino “corretos”? Para Durval: não. São as práticas discursivas que produzem essa identidade nordestina, que encontram ressonância no próprio Nordeste, e mesmo entre aqueles que a questionam mas, mesmo assim, contribuem para perpetuar um lugar de vítimas, de colonizados a espera de ajuda e soluções vindas do outro (ALBUQUERQUE JR., 2011), seguindo a produção do Nordeste como um “Sul”, um lugar da não existência. A multiplicidade do Nordeste é, muitas vezes, reduzida a uma identidade subalternizada, produzida sim, a partir de um olhar de um “outro”, mas que é também incorporada pelos nordestinos. Negar esse papel não seria afirmar uma outra identidade nordestina, culturalmente não subalterna, que isso, em si, não quebraria as estruturas discursivas, os sistemas de poder que produzem e reproduzem essa subalternidade, que não é algo somente externo à região. A produção do discurso do Nordeste como um problema, de sua gente “sofrida”, que precisa de ajuda, vai além de uma denúncia das desigualdades regionais, mas também acaba por contribuir para reproduzir as desigualdades.

“Lula realizou um verdadeiro trabalho humanitário”, essa frase dita por Fernando Haddad, em relação ao que Lula teria feito pelo Nordeste, no programa especial sobre a Região, no HGPE, por si só, forma a imagem de uma “terra arrasada”. Se pesquisarmos por “trabalho humanitário” no motor de buscas Google, os resultados nos remetem a lugares destruídos por flagelos, de extrema pobreza, que são alvo do trabalho e da caridade de organizações e celebridades. Não por coincidência, esses lugares estão situados no lado da “linha abissal” onde não existem direitos e garantias, o lado que precisa da ação civilizatória, e humanitária, do “Norte”. Ao colocar o Nordeste como um lugar que necessitou de um “trabalho humanitário”, são criadas articulações, no discurso produzido, onde ele se coloca como um lugar que se encontra em um patamar inferior ao Sul e Sudeste do Brasil, e mostra o nordestino como uma identidade, em essência, subalternizada. É um Nordeste rural, onde essa parte, que existe, é bem verdade, é utilizada para representar um todo, reduzindo a Região a alguns aspectos. No lugar do país onde se localizam algumas de suas maiores cidades, o candidato Fernando Haddad chega montado em um cavalo para visitar uma família.

Figura 7 - Programa da Coligação O Povo Feliz de Novo, disponibilizado no YouTube dia 15/09/2018



Disponível em <<https://youtu.be/Uugl3r7NHZE>>

O local, identificado em caracteres que têm uma estética do artesanato talhado em madeira, é Garanhuns, em Pernambuco. Esse município de 137 mil habitantes se localiza no Planalto da Borborema, a cerca de 1.000 metros acima do nível do mar, o que lhe confere um clima classificado como “tropical de altitude”, com temperatura média compensada anual de 21,5°C e um índice pluviométrico de aproximadamente 980 mm anuais⁶⁴. A Garanhuns do “Programa Especial Nordeste” é quente, seca, sem contornos urbanos. Até mesmo a fotografia da peça audiovisual, como também o tratamento de cor feito na pós-produção, enfatizam os tons quentes, criando um ambiente mais ensolarado e com temperatura de cor mais alta.

Há a escolha de representar o Nordeste dessa forma no discurso da campanha de Fernando Haddad. Não queremos dizer com isso que essa escolha seja resultado de uma intencionalidade, por parte dos candidatos e sua equipe de comunicação, de mostrar o Nordeste como um lugar miserável e o nordestino como alguém inferior. Não acreditamos nisso, mas sim que esse programa reflita o que acontece no campo discursivo, onde, de uma forma sobredeterminada, a história, a cultura, as práticas sociais, a colonialidade etc, acabam se espelhando no que é produzido. É inegável que as gestões de Lula na presidência em muito contribuíram

⁶⁴ Dados do Instituto Nacional de Meteorologia <www.inmet.gov.br>

para a redução das desigualdades e melhoria de vida das pessoas, não apenas no Nordeste, diga-se de passagem. Mas também não se pode negar que, para ressaltar isso, o discurso que foi construído findou por contribuir para reforçar a percepção de um Nordeste dependente economicamente e um lugar de problemas, onde as soluções precisam vir de “fora” dele.

4.2.4 Segundo turno: um livro na mão e uma carteira de trabalho na outra.

Diz-se na “crônica política” que: “segundo turno é uma outra eleição”. É uma afirmação um pouco exagerada, que deve ser interpretada como uma indicação da imprevisibilidade do resultado do segundo turno de uma eleição, tomando como base apenas a votação do primeiro. Mas, no caso da campanha de Fernando Haddad, essa máxima popular foi quase levada ao pé da letra. Se durante todo o primeiro turno, “Lula” foi o principal ponto nodal do discurso da campanha da coligação O Brasil Feliz de Novo, articulando elementos em torno de si, no segundo turno houve uma mudança do papel de Lula, que chegou a “desaparecer” do HGPE de Haddad e Manuela durante parte desse período. Para se ter uma ideia, ao processar o texto do HPGE da coligação no segundo turno pelo sistema de análise Raven’s Eye, verificamos que a palavra “Lula” aparece apenas em quatro sentenças: “Haddad foi o ministro de Lula que abriu as portas da universidade para todos”, “Programas que viraram marcas do governo Lula” (em referência aos programas de inclusão no Ensino Superior), “Sei que Lula está preso, mais que injustamente” e “até que Lula chegou, aí a coisa mudou” (essas duas últimas fazem parte de um texto em forma de repente, dito por um poeta popular em um programa que enfoca o Nordeste).

A mudança do discurso da campanha foi no sentido de construir uma relação de equivalência com o adversário (Jair Bolsonaro) reforçando um antagonismo. Não é o foco desse trabalho a disputa, no campo discursivo, entre os candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018. Iremos tratar, de uma forma breve, o discurso geral da campanha do petista, buscando apontar algumas articulações e elementos. Uma lógica da equivalência se fez bem marcada na campanha. Haddad foi colocado como um professor, que prioriza a valorização e o investimento em educação como forma do Brasil superar seus problemas. Haddad quer que as pessoas tenham em suas mãos, livros, ao invés de armas. Haddad defende a paz, ao invés dos conflitos, para combater a violência. O discurso de Haddad buscou construir esse antagonismo com o adversário. Mas, para

que seu objetivo, na fixação do discurso, fosse bem-sucedido, com a conquista, mesmo precária, da hegemonia do social, seria preciso que o outro lado dessa relação de equivalência, o candidato Jair Bolsonaro, tivesse sua identidade percebida majoritariamente de forma “negativa”. Nas relações de equivalência, todas as identidades se desestabilizam, em uma cadeia de articulações que não se resume a elementos e contextos específicos (LACLAU e MOUFFE, 2015). A campanha de Fernando Haddad, além de procurar construir em seu discurso uma identidade para seu candidato, com algumas características que já falamos, também buscou transformar Jair Bolsonaro em seu equivalente negativo. Para isso, boa parte de seu tempo no HGPE do rádio e da TV foi usado com “peças de ataque” ao adversário do segundo turno. Ocorre que, temos cadeias de equivalências que se formam por práticas articulatórias em um campo discursivo bem maior que o tempo e o espaço daquele momento específico. São vários elementos passíveis de se articularem, internos e externos. O antagonismo estabelecido, não necessariamente teve, hegemonicamente, a conformação esperada pela campanha da coligação encabeçada pelo PT, e as equivalências, que também foram construídas pelo discurso da campanha do PSL e ainda por outros elementos anteriores, parecem ter se fixado, majoritariamente, com sentidos diferentes dos desejados. Teríamos que realizar uma pesquisa mais específica sobre essa questão da equivalência nos discursos do segundo turno das eleições presidenciais, queríamos aqui apenas “alertar” para a complexidade da formação dos sentidos e de como a estratégia de construção do discurso da campanha de Haddad e Manuela pode não ter fixados os sentidos esperados.

A nós, nesse segundo turno, para a pesquisa atual, interessa mais especificamente os elementos que a campanha buscou fixar como pontos nodais, como a frase “um livro na mão e uma carteira de trabalho na outra”, repetida quase à exaustão pelo candidato Fernando Haddad, que forma um discurso onde a educação se une ao desenvolvimento econômico como forma de resolver os problemas do país. Esse desenvolvimento proposto tem um viés desenvolvimentista, com fortalecimento do mercado interno, estímulo à indústria e ao consumo (FONSECA, 2014). Diferente de seu Programa de Governo registrado no TSE, o discurso da campanha de Fernando Haddad não fez menção a possibilidades outras que não fossem um modelo de desenvolvimento baseado em um modelo ocidental, exaltado nas grandes narrativas da modernidade, aí incluindo o marxismo “ortodoxo”.

Os subalternos que são retratados ao longo da campanha no segundo turno, não têm voz própria. Independente de se discutir aqui, se isso seria possível, o que vimos foi que as vozes subalternas quase que apenas reafirmam o que foi feito “para” eles pelos governos do PT e o quão esperam pelo que possa ser feito “por eles”, por uma nova gestão, tendo o professor Fernando Haddad à frente. Há, entretanto, não negamos, um elemento que compôs esse discurso ressaltando o incômodo que o lugar que esses mesmos subalternos ocuparam na sociedade, durante o período das gestões petistas, causaram um deslocamento do sentido dessa subalternidade, alterando o discurso até então hegemônico. Os subalternos passaram a ocupar lugares que não lhes eram reservados, causando incômodos ao modificar os sentidos no social. Mesmo a campanha de Haddad e Manuela colocando isso em sua comunicação, nela, o lugar dos subalternos não mostrou ruptura, com eles cumprindo seu papel esperado. No programa exibido no dia 25 de setembro, foi exibida uma peça onde tudo isso se mostra. O Nordeste e a periferia de cidades (do Sudeste, importante que se diga) são representados pela fala de poetas populares nordestinos e do rap paulistano, denunciam o incômodo que a mudança de lugar dos subalternos, ocorrida nos governos petistas, causou, com um discurso que reforça os estereótipos, mesmo sendo isso, quem sabe, uma estratégia de campanha.

Tudo parecia um nada sobre essa terra rachada e um destino sem glória. Sei que o Lula tá preso e mais que injustamente. Mas chegou o professor para liderar a nossa gente e pra ser feliz de novo solte o grito meu, povo é Haddad presidente. Na quebrada, meu chapa, é tipo lá no sertão. Até que Lula chegou aí a coisa mudou. Até no aeroporto nós tirou uma onda. O opressor tem medo de ver o oprimido levantando e batendo no peito gritando é nós. Mas não tem problema a não, tem novidade. Está chegando um novo líder, o nome dele é Haddad (PROGRAMA DA COLIGAÇÃO O BRASIL FELIZ DE NOVO< disponível em: <https://youtu.be/J1q1wwbVhqM>).

4.3. Ciro Gomes: desenvolvimentismo como estratégia para o Brasil

O “desenvolvimentismo” é um conceito que tem sido utilizado de forma bem ampla. Não vamos aqui nos aprofundar em suas origens e nem em suas vertentes e debates. Nos é suficiente compreendê-lo como um conjunto de teorias econômicas, e sociais, que foram geradas a partir da América Latina, que surge a partir de sua própria consciência do atraso, mas que “de forma alguma pode ser entendido como uma ideia de fora que foi transplantada para a América Latina: não há caso de desenvolvimentismo, teórico ou histórico, que tenha servido de modelo para tal cópia

ou adaptação” (FONSECA, 2014, p. 59). Seu conceito básico, grosso modo, pode ser definido como:

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais (FONSECA, 2014, p. 60).

Quando lemos o Programa de Governo da chapa de Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista, que foi registrado oficialmente no Tribunal Superior Eleitoral – TSE – o que vemos é um claro viés para desenvolvimentismo social.

Terceiro colocado no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, Ciro Gomes teve 12,47% dos votos válidos, cerca de 13,3 milhões de votos. Foi um resultado bem relevante, levando-se em conta a polarização antecipada que aconteceu no primeiro turno, quando os dois primeiros colocados tiveram, juntos, aproximadamente 75,3% da votação, e onde o quarto colocado, Geraldo Alckmin (PSDB) obteve apenas 4,76%. Mesmo assim, a Lei Eleitoral vigente em 2018, relegou a Ciro um parco tempo no HGPE. Seu partido, o PDT, formou a Coligação Brasil Soberano apenas com o AVANTE, um pequeno partido, também com origem no trabalhismo. Ciro Gomes e Kátia Abreu, sua candidata a vice-presidenta, tiveram apenas 38 segundos em cada um dos dois blocos da propaganda eleitoral no rádio e TV, além de cerca 50 inserções comerciais de 30 segundos, durante todo o primeiro turno. Com o tempo exíguo, junto com o reduzido tempo de campanha, onde o HGPE para o cargo de presidente só teve início no dia primeiro de setembro, a comunicação de Ciro Gomes concentrou seu discurso em alguns pontos principais, que foram repetidos, com variações de formatos, tanto na TV quanto em seus vídeos nas redes sociais. Esses pontos já estavam presentes em seu Programa de Governo, uma publicação que tinha como título: “Diretrizes para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil”.

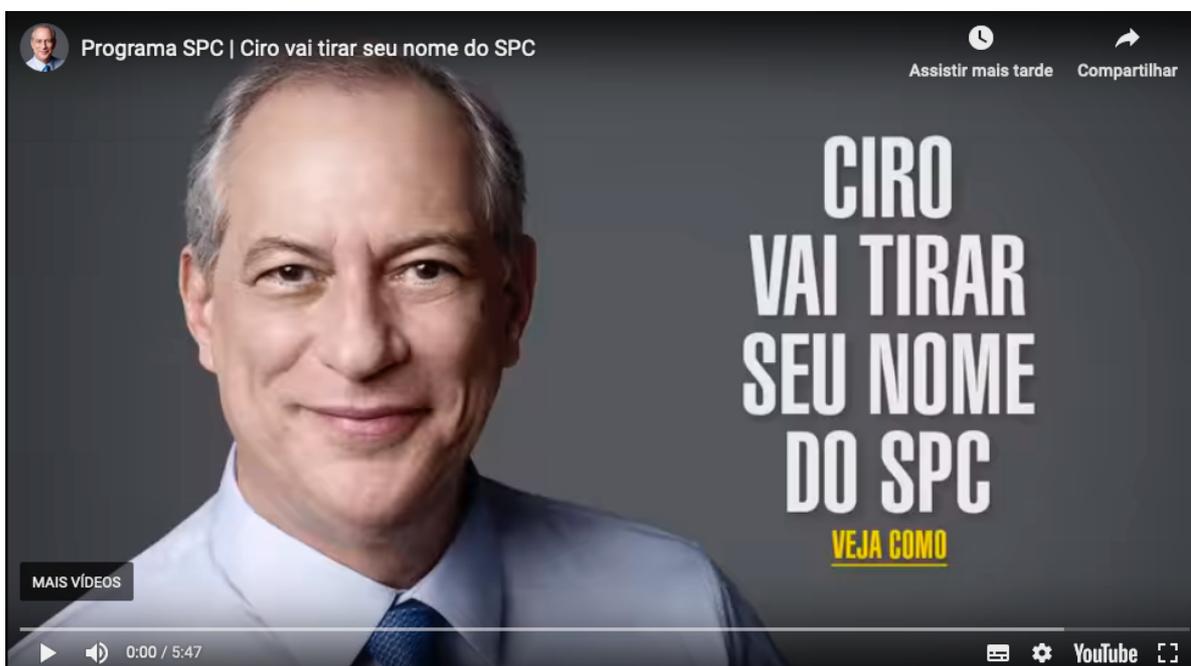
Logo no diagnóstico da situação do país vislumbramos as principais propostas da candidatura de Ciro, que foram seu foco na comunicação. Para os 13 milhões de desempregados e 28% dos jovens entre 18 e 24 anos que nem estudam e nem trabalham, além de outros segmentos da população igualmente fora do mercado de trabalho, o emprego é uma prioridade, se configurando como um dos

pontos nodais de seu discurso. Um trecho do programa de governo já mostra o que seria uma de suas propostas que mais se fez presente nas peças de campanha.

Consumidores e empresas também estão com elevado nível de endividamento; 63 milhões de consumidores estavam inadimplentes no primeiro semestre de 2018, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito, e 5,5 milhões de micro e pequenas empresas estavam na mesma situação em fevereiro de 2018, segundo o Serasa, o que representava 22% das empresas desse porte (COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO, 2018, p. 03).

O “Programa Nome Limpo” foi a proposta de Ciro Gomes que prometia tirar o nome das pessoas do SPC e Serasa, e que teve boa repercussão. Veiculada com a frequência que lhe era possível no HGPE, a comunicação na TV e no rádio direcionava para a internet, onde ela era melhor explicada. O “Programa Nome Limpo” se assemelhava a um “Refis” para as pessoas com dívidas, funcionando de maneira parecida com a renegociação de dívidas de tributos que acontecem com empresas, mas o Governo Federal faria a intermediação da negociação das dívidas com as empresas credoras, buscando reduzir os encargos. Uma linha de crédito especial nos bancos públicos federais financiaria a compra dessa dívida, que seria paga pelos inadimplentes em até 36 vezes. A medida, que é factível, acena para uma reinclusão de milhões de pessoas no sistema de consumo, promovendo um reaquecimento da economia. Era uma proposta que se dirigia diretamente para a parcela da população que se encontrava em dificuldades financeiras, muitas vezes desempregada ou com trabalho precarizado.

Figura 7 - Vídeo da Coligação Brasil Soberano, disponibilizado no site oficial da campanha



Disponível em <www.cirogomes.com.br/propostas/spc-programa-e-cartilha/>

A proposta se articula com a questão do desemprego e o apelo ao consumo como uma das saídas para a crise econômica, condiz com o caráter desenvolvimentista de seu plano de governo. O aquecimento da economia, com crescimento da demanda, gerada pela recuperação do crédito, contribuiria para ampliar a produção. O modelo de desenvolvimento apresentado por Ciro Gomes advoga o crescimento da indústria, como sendo a principal, e quem sabe única, forma de os países atingirem o progresso. Um modelo ocidental e eurocêntrico, que não se permite outras possibilidades. Não queremos dizer que isso está errado ou correto, mas constatar o modelo reforçado pela coligação Brasil Soberano, que não busca diálogo com posições decoloniais. Isso não traz nenhuma surpresa, pelo próprio perfil da candidatura de Ciro Gomes que, apesar de reconhecermos um viés progressista, que busca a redução das desigualdades, tem seus saberes e práticas pouco ligados aos movimentos sociais e abertura para diálogo com propostas menos tradicionais no universo acadêmico brasileiro.

Um exemplo prático disso é como a candidatura se posiciona junto à questão das “minorias”. Seu programa de governo traz um capítulo chamado “Respeitar a todos os brasileiros” onde são colocados conteúdos relativos às mulheres, negros, população LGBTI, juventude e pessoas com deficiência. No geral,

seu programa de governo reforça a necessidade de políticas afirmativas e denuncia a condição de subalternidade que é imposta a esses segmentos.

Para dar um exemplo inicial e importante, sem ser suficiente, buscaremos igualar o número de homens e mulheres nas posições de comando no Governo federal. Além disso, a população negra e parda constitui mais da metade da população brasileira. Diante desse fato, é difícil conceber a possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento sem que o racismo seja denunciado e a igualdade de oportunidades seja alcançada (COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO, 2018, p. 45).

Na sua comunicação, o candidato *Ciro Gomes* não desenvolveu muitas peças voltadas para essas questões. Há um vídeo, divulgado em suas redes sociais, que mostra um “Encontro de Mulheres para discutir propostas do Plano de Governo”, realizado no dia 28 de setembro de 2018. *Ciro* está efetivamente presente nesse Encontro e se coloca em uma postura de “escutar”, o que é um elemento para compor seu discurso, ampliando o sentido de uma candidatura participativa, democrática e que não invade o espaço de fala das mulheres. Apesar de, nesse Encontro, ter havido, como ressaltou uma das participantes, a coreógrafa cearense *Dora Andrade*, “a representatividade, mulheres de idades diferentes, de regiões diferentes, de diversas vocações”, não vemos a participação de mulheres ligadas a movimentos sociais da periferia, do campo e, nem mesmo, mulheres negras ou pardas. Majoritariamente as mulheres que estão nesse Encontro com *Ciro Gomes*, e sua vice *Kátia Abreu*, representam uma classe média branca, um “feminismo branco”. São mulheres como a ex-ministra da cultura, *Ana de Hollanda*, a cientista política *Débora Thomé*, a escritora *Fernanda Young*, e a própria *Dora Andrade*.

Figura 8 - Vídeo da Coligação Brasil Soberano, disponibilizado no perfil de Ciro Gomes no Facebook



Disponível em <<https://www.facebook.com/cirogomesoficial/>>

Ciro Gomes fez sua carreira política no Nordeste e, como seria de se esperar, dedicou parte de sua comunicação para mostrar o trabalho que teria realizado pela região. O “Nordeste” de Ciro também se articula, como veremos, com seu discurso do desenvolvimento e geração de empregos. A principal peça sobre o Nordeste, veiculada no HGPE, inclusive nas inserções comerciais, e com versão expandida para as redes sociais e o site oficial do candidato, tratou da transposição do Rio São Francisco. Ciro Gomes aparece como um dos principais responsáveis pela obra, quando foi ministro da Integração Nacional na primeira gestão de Lula, entre os anos 2003 e 2006. Na peça audiovisual mais completa, Ciro está no açude Boqueirão, na Paraíba, um dos reservatórios que tomaram água do rio São Francisco com sua transposição. Com o açude carregado de água, Ciro, em um barco, discorre sobre sua participação no planejamento e início das obras da transposição, que teria sido decisivo para a obra. Lula aparece como elemento do discurso, para credibilizar ainda mais a competência e a participação de Ciro na transposição, uma missão que foi confiada pelo ex-presidente ao seu ministro que, também nordestino, tinha plena capacidade de cumpri-la.

O Nordeste mostrado nessa peça da campanha de Ciro Gomes é, discursivamente falando, diferente do Nordeste da campanha de Fernando Haddad, do qual tratamos nesse capítulo. Na campanha de Ciro, a água é apresentada como algo essencial para a Região, e que a transposição do rio São Francisco trouxe a solução para um problema de escassez, que chegava a provocar racionamento do líquido em algumas cidades. Mas não há uma clara caracterização do Nordeste como um lugar, ou um “não lugar” que seria, ele em si, um problema. O açude Boqueirão, na Paraíba, possibilitou a normalização do abastecimento de água dos municípios próximos, entre eles Campina Grande, que é apresentada como uma das grandes cidades nordestinas. Nas cenas são mostradas atividades econômicas que ganharam força com a regularidade do abastecimento, incluindo a agricultura familiar e também empreendimentos urbanos, como restaurante e salão de beleza. Não observamos um reforço de estereótipos, o Nordeste de Ciro não está localizado, de forma inequívoca, abaixo da “linha abissal”, onde se encontram os “problemas” (SANTOS, 2018).

Figura 9 – Programa Transposição do Rio São Francisco



Disponível em <www.cirogomes.com.br/videos/page/3/>

A fotografia não reforça tons quentes e não aumenta o contraste com uma iluminação marcada por maiores diferenças de luz e sombra. Ao invés disso, há uma tendência para uma luz uniforme, mais próxima do jornalismo que da publicidade.

Como nordestino, senti uma identificação genuína com o que foi mostrado no vídeo produzido pela campanha de Ciro Gomes. É uma impressão pessoal, mas que me fez ver um Nordeste mais real, sem tantos estereótipos, que é capaz de produzir e andar com suas próprias pernas. A água da transposição facilita o desenvolvimento da Região que, como é dito por Ciro, “ela é a substância do saneamento, da higiene, da saúde, da indústria, da pecuária, da agricultura. A água é premissa”. Com o abastecimento regular de água, há a integração do Nordeste no discurso desenvolvimentista de Ciro, como um lugar de oportunidades, e de crescimento.

O sentido do discurso construído na campanha de Ciro tem “desenvolvimento” e “emprego” como pontos nodais, se articulando com elementos que apontam para a necessidade do crescimento do consumo, e da produção, principalmente industrial. Observamos na campanha da coligação Brasil Soberano, que seu discurso teve uma boa correspondência com seu Programa de Governo oficial, registrado no TSE. Praticamente tudo o que era dito pelo candidato e nas próprias peças da campanha podiam ser verificadas no programa de governo, bem como a própria concepção de mundo e o caráter desenvolvimentista proposto pela chapa de Ciro Gomes e Kátia Abreu.

A história mostra que o processo de desenvolvimento de todos os países passou pelo surgimento e crescimento da indústria, e os dados também mostram que os países ricos exportam proporcionalmente mais produtos industrializados que outros tipos de produtos. É na indústria que é gerada a maioria das inovações; também é esse setor que mais estimula a produção de outros setores e gera empregos de qualidade, com bons salários, e em quantidade satisfatória (COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO, 2018, p. 06).

Não podemos nos aprofundar no debate que parece querer se abrir, ao ler esse trecho do programa de governo da coligação Brasil Soberano, que seria entrar nas críticas que a Teoria da Dependência tece aos limites, a partir da condição periférica do capitalismo da América Latina (CHAVES, 2017), do Desenvolvimentismo, que tão claro é colocado e defendido no discurso de Ciro Gomes. É nesse desenvolvimentismo, que traz a geração de empregos, que se articula o discurso da candidatura pedetista, não abrindo muitas possibilidades para outras experiências e propostas de desenvolvimento que pudessem atuar em paralelo, com influência de projetos pós-coloniais e decoloniais. Este último tem, entre suas influências, a Teoria Marxista da Dependência, ela própria uma crítica do que baseia a visão de desenvolvimento econômico e social de Ciro Gomes.

4.4. Marina Silva: como falou a subalterna

A história da vida de Marina Silva, nascida Maria Osmarina da Silva, é quase uma crônica das subalternidades da América Latina, em especial do Brasil. Mulher, cabocla, do estado do Acre – localizado na região Norte e relegado à inexistência abaixo da “Linha Abissal”. Essa história é contada em um vídeo, hospedado no YouTube e publicado em sua página oficial na internet: marinasilva.org.br.

Figura 11 – Conheça a história de vida e de luta de Marina Silva



Disponível em <https://youtu.be/IN_bINVgYRA>

Marina nasceu num seringal, na floresta amazônica, em uma família extrativista, no dia oito de fevereiro de 1958. A história, narrada na peça audiovisual, mostra uma trajetória de dificuldades, seus esforços e trabalho pelo meio-ambiente, numa típica narrativa de superação. Já nesse vídeo, vemos dois “pontos nodais” que irão, em sua campanha, buscar articular em torno de si o “fechamento” de um discurso: o desenvolvimento sustentável e a paz.

Com poucos segundos de programa no HGPE, 22 segundos por bloco pra ser exato, as peças de Marina, seguindo a estratégia de outras candidaturas com pouco espaço na TV e no rádio, como Ciro Gomes e Guilherme Boulos, algumas

vezes tinham uma versão reduzida para o HGPE, que remetiam para uma variante mais completa, disponível pela internet. Tendo isso em consideração, iniciemos sobre como o sentido de “paz” foi utilizado nessa campanha, buscando uma equivalência com as demais candidaturas, para construir uma relação de diferença, analisando algumas peças. A “paz” de Marina, como ponto nodal, foi trabalhada com articulações que se referiam à “união”, no sentido de se contrapor a uma situação de conflito, que estaria sendo alimentada por outras candidaturas. “Do jeito que está, não dá mais. Para uma vida melhor, só unindo o país”, dizia Marina, em peça veiculada no HGPE e também disponibilizada em suas redes sociais.⁶⁵ Outras peças perpassam a paz como ausência de conflitos e a necessidade de uma “união” pelo Brasil, que aconteceria em torno de Marina. Em uma delas, se colocado o título “Nem um, nem outro”, em um empenho de igualar as candidaturas de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, onde “PT e Bolsonaro são cabos eleitorais um dos outro”, que ambos representariam projetos autoritários que precisavam ser combatidos. Escrevemos esse texto quando o governo do presidente Jair Bolsonaro já tem mais de quatro meses de duração. Hoje, uma comparação como a feita por Marina Silva, parece um absurdo. Devemos ter a consciência de que ela foi efetuada em um momento específico, quando a tentativa de ser uma opção à polarização entre Bolsonaro e Haddad foi um recurso retórico de campanha utilizado por Marina e outros candidatos, como Ciro Gomes. O discurso de Marina Silva, nesse sentido, foi mais incisivo, sendo esta opção à polarização um dos principais elementos de suas práticas articulatórias, que se juntava à paz e união. É bom que se tenha bem claro o momento do discurso, evitando juízos de valor excessivamente negativos sobre a conduta de Marina e, lembremos, no segundo turno ela declarou voto em Fernando Haddad. Ainda acerca do discurso de paz, união e uma alternativa à polarização, há um reforço de apoio a ele no Programa de Governo da Coligação Unidos para Transformar o Brasil, registrado no TSE, onde é dito que:

Ao mesmo tempo, estamos nos aproximando das eleições, quando teremos a oportunidade de tomar uma decisão muito importante para o nosso futuro, reafirmando a democracia diante das incertezas que temos, dos problemas que enfrentamos e dos discursos extremistas que surgem para nos dividir (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018, p.02).

⁶⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=2161714937236811>

Marina Silva e Eduardo Jorge seriam, dessa maneira, uma alternativa aos “discursos extremistas”, que estariam contribuindo para uma divisão do país. O próprio resultado da eleição, onde a chapa da coligação Unidos para Transformar o Brasil obteve 1% dos votos, vem mostrar, mais uma vez, que os resultados de um discurso não acontece com base na vontade de quem o constrói, e que a disputa pela hegemonia do campo discursivo é algo, como bem coloca Laclau e Mouffe, em HES, sobredeterminado, como sendo o resultado de várias “lentes sobrepostas”.

No discurso da campanha de Marina e Eduardo, mais interessante nos pareceu, que essa tentativa de se tornar uma terceira via de paz e união, foi a visão de desenvolvimento colocada. Vamos ao seu programa de governo, intitulado “Brasil justo, ético, próspero e sustentável”, onde bem se pode ver essa questão. “Bem estar animal”, “Cidades sustentáveis e urbanismo colaborativo”, “O Brasil na economia do futuro com sustentabilidade, inovação e emprego”, “Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável”, “Liderança na transição para uma economia de carbono neutro”, “Qualidade de vida no campo”, são títulos de capítulos que integram esse programa de governo, que mostra uma possibilidade de um desenvolvimento que leve em conta outros paradigmas, que não o da modernidade ocidental e se distancie do desenvolvimentismo latino-americano.

Ao fazer-se a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade moderna, que posteriormente se expande às regiões “atrasadas” (LANDER, 2005, p. 48)

Há um direcionamento no sentido de enxergar de uma forma diferente regiões que são chamadas de subdesenvolvidas, sendo subalternizadas nas dinâmicas capitalistas globais. Em seu terceiro programa do HGPE, Marina procura revelar a lógica do capitalismo global, dentro dos limites que lhe são impostos.

Um sistema injusto e ganancioso sacrifica os recursos de milhares de anos pelo lucro imediato para poucos. Esse sistema, do poder pelo poder, do dinheiro pelo dinheiro, está criando um exército de exterminadores do futuro. Não dá mais (SILVA, Marina. Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral da coligação Unidos para Transformar o Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=452313978508544>).

Uma outra peça audiovisual, esta disponibilizada apenas nas redes sociais da candidata, tem o título de “Não há nada mais forte do que uma ideia cujo tempo

chegou”. Nela, é traçado uma trajetória do projeto defendido por Marina, em paralelo com a resistência da natureza e povos originais ao longo da história. O início do vídeo, merece nosso destaque. Com um Grande Plano Geral de uma área da floresta amazônica, a peça – com fotografia em preto e branco – tem um texto que pode ser visto como referências pós-coloniais e decoloniais, a partir de uma visão diferente de nossos processos históricos.

Quem acha que esse projeto começou agora, está enganado. Ele começou séculos atrás. Quando o Brasil de verdade, sem armas para lutar, perdeu sua liberdade. Ao mesmo tempo, perdeu seu passado, sua dignidade. E aos poucos, o seu povo esqueceu do lugar que nasceu. Mas junto com essa derrota, um projeto de sobrevivência começa (Vídeo da campanha da coligação Unidos para Transformar o Brasil. Disponível em: <https://youtu.be/NEqic6DwRrc>)

Figura 12 – Conheça a história de vida e de luta de Marina Silva



Disponível em <<https://youtu.be/NEqic6DwRrc>>

Apesar dessas referências à possibilidade de um modelo de desenvolvimento diverso do que foi hegemônico pelo discurso da modernidade eurocêntrica, e mesmo acenar para saberes e práticas de grupos subalternizados, como os “povos da floresta”, o programa de governo de Marina Silva também apresentava proposta na direção de um liberalismo econômico, como a possibilidade

da privatização da Eletrobrás. Mas consideramos bem interessante esses elementos do discurso de Marina, que se articularam em torno de um desenvolvimento sustentável, que desloca os sentidos dados para essa questão por outras candidaturas. Quem sabe as contradições presentes nas candidaturas de Marina Silva e Eduardo Jorge não teriam reduzido o poder desses elementos em seu discurso?

O fato é que Marina, com sua história pessoal como subalterna, teve um espaço de fala. Um questionamento a ser levantado é se Marina pode ser considerada ainda como tendo uma identidade subalterna, ou se, ao ocupar um espaço de fala com certa autonomia, deixa de tê-la. Não encontraremos resposta simples para isso. Ao nosso ver, deve-se evitar uma resposta que siga um binarismo de “sim” ou “não”. Marina Silva, a ex-seringueira, mulher, analfabeta até os 16 anos, vivendo na periferia da periferia mundial, assumiu um lugar que lhe permitiu afastar-se do silenciamento a que seu papel era esperado.

Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 67).

A identidade subalterna de Marina não é completamente alterada, mas há sim um deslocamento. A presença de Marina, ocupando um papel que não seria aquele esperado, por si só possibilita uma mudança de sentidos no campo discursivo (GUHA, 1999 e RODRÍGUEZ, 1998). Mas Marina não é a mesma subalterna, claro, e também fala **pelos** subalternos, numa relação de mediação. Sua presença no campo discursivo trouxe um importante momento para as eleições presidenciais de 2018, provocando uma presença subalterna permeada por nuances e refletindo a complexidade das articulações que propiciou no campo discursivo.

4.5. Guilherme Boulos: onde estiveram os movimentos sociais?

Dia primeiro de setembro foi o início do HGPE para a disputa pela presidência da república. Pela primeira vez teríamos na TV e no rádio, embora com pouquíssimo tempo, as candidaturas da liderança de um dos principais movimentos sociais organizados do país (o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST) e de uma líder dos povos indígenas. Guilherme Boulos e Sônia Guajajara estariam no HGPE, com a possibilidade de falar com todo o país e, confesso, tive grande

expectativa com esse momento. O programa da Coligação Vamos Sem medo de Mudar o Brasil (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – e Partido Comunista Brasileiro – PCB) seria o sexto a ser exibido, na ordem definida pelo TSE, por sorteio. Ao chegar o momento dos poucos segundos do programa, mas em rede nacional, aparece o ator Wagner Moura.

Figura 13 – Primeiro programa das candidaturas de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara no HGPE



Disponível em <<https://youtu.be/SCD-WDdEI3I>>

Os dois candidatos, Boulos e Sônia, reconhecidos representantes de movimentos sociais, não falaram diretamente, mas sim através da mediação de um famoso ator. Identificado a posicionamento progressistas e de esquerda, é bem verdade, a Wagner (homem, branco, internacionalmente famoso) coube a tarefa de apresentar Guilherme Boulos, em um processo de mediação. Como aconteceu em algumas campanhas com exíguo tempo no HGPE, a comunicação de Boulos e Guajajara frequentemente produziam peças audiovisuais que tinham uma versão ampliada para a internet, além da veiculada na TV. Foi o caso dessa peça de apresentação, protagonizada por Wagner Moura. Sua variante ampliada teve um minuto de duração e mostrou bem mais a atuação de Guilherme Boulos como ativista social. Porém, não há tanto protagonismo dos movimentos em si, mas sim de Boulos, que aparece representado como um “líder”, um “condutor das massas”, a vanguarda

da luta, para usar um termo da tradição marxista-leninista. De qualquer forma, a “versão estendida” traz a necessidade da luta e da resistência contra retrocessos em relação aos direitos das classes populares. Um detalhe, todavia: o vídeo, no canal oficial do Youtube de Guilherme Boulos, teve apenas 4.570 visualizações.

Figura 14 – Versão estendida do primeiro programa da candidatura de Guilherme Boulos



Disponível em <<https://youtu.be/jGjQNjRq9OU>>

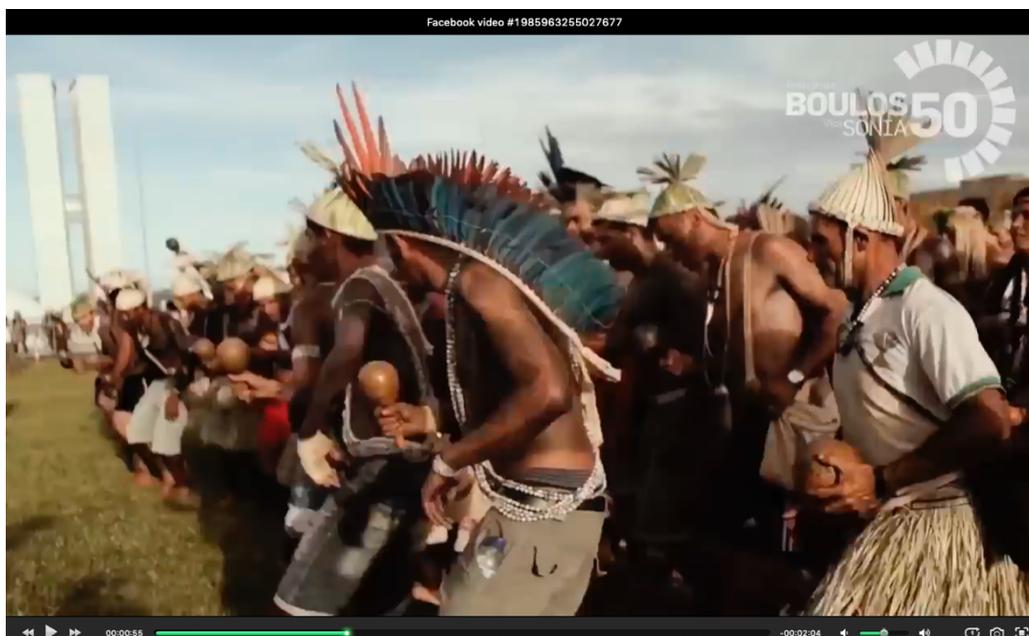
No HGPE, e em suas derivações na internet, a campanha da coligação encabeçada pelo PSOL se inicia procurando colocar “Guilherme Boulos” como um Ponto Nodal, articulando-se com seu papel de liderança em manifestações e movimentos populares. Não observamos, entretanto, uma participação desses movimentos, que são ligados à identidades subalternizadas, enquanto reais protagonistas, onde seus conhecimentos, suas práticas e seus atores sociais estivessem presentes. O programa de governo da o país e, confesso, tive grande expectativa com esse momento. O programa da Coligação Vamos Sem medo de Mudar o Brasil, registrado no TSE, já demonstra um viés que aponta para uma multiplicidade epistêmica e de efetiva participação democrática.

O programa de governo da aliança que envolve PSOL, PCB, MTST, APIB, Mídia Ninja e vários outros movimentos sociais tem objetivo de apresentar uma nova esperança para o Brasil. (...) A fundamentação deste programa será a da centralidade na luta contra a desigualdade e por direitos, nas

demandas de mulheres, negros e negras, LGBTI, pessoas com deficiência, indígenas e num outro modelo de desenvolvimento consistente e coerente com esta natureza programática. Será transversal nas suas demandas para buscar uma totalidade para um projeto de nação. (...) Quando abordarmos as demandas das pautas de opressões, estaremos falando da maioria da classe trabalhadora brasileira. Não estaremos tratando “apenas” e separadamente do feminismo, da luta da negritude, das reivindicações do movimento LGBTI, ou seja, elementos transversais e estruturantes das desigualdades e dominação no Brasil. Trata-se de um profundo acerto de contas histórico que um novo programa de esquerda tem que fazer com a herança do genocídio negro e indígena, da escravidão e da opressão (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018, p. 03).

Os movimentos sociais, de acordo com o programa de governo, fazem parte da aliança e participam da construção das propostas. A transversalidade expressa na concepção programática da coligação também toca em importantes aspectos presentes em projetos pós-coloniais e decoloniais, como a relevância da questão racial e da escravidão na formação do campo discursivo da sociedade brasileira, e a indissociabilidade das lutas contra o racismo, o patriarcado e o capitalismo, como é colocado por Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2018). Esse programa de governo, visto como um elemento do discurso da campanha de Boulos e Guajajara, propicia articulações que poderiam se ampliar, com uma maior inclusão de identidades subalternizadas nesse discurso. Uma das peças audiovisuais produzidas, disponibilizada nas redes sociais oficiais de Guilherme Boulos, logo após o início oficial da campanha presidencial, dia 15 de agosto, acenava para uma campanha mais em sintonia com o programa de governo. Com o nome de “A Esperança vai vencer”, o vídeo traz uma pluralidade de atores sociais, não apenas do Brasil, coloca as lutas de nosso país inseridas na América Latina, mostra mulheres, negros, indígenas, movimentos sociais, como parte de um processo de reconstrução de uma democracia, em novos patamares. “O que é uma verdadeira democracia pra nós? É a inclusão social. É a inclusão nos espaços de poder. É ter indígena lá, é ter mulher lá, é ter negro lá. É ter os mais pobres lá. É isso que é a democracia (GUAJAJARA, Sônia, em vídeo da Coligação Vamos sem medo de mudar o Brasil, publicado em <https://www.facebook.com/quilhermeboulos>).

Figura 15 – “A Esperança vai Vencer”, peça audiovisual da campanha de Boulos e Guajajara



Disponível em <https://www.facebook.com/guilhermeboulos/videos/1985963255027677/>

Esse discurso de campanha ia no sentido de uma rede de sentidos, onde a própria multiplicidade de atores e, até mesmo, uma pluriversalidade, funcionaria como Ponto Nodal. Mas a direção do discurso foi sendo alterada, e rapidamente. Já no início do HGPE, como vimos no primeiro programa, a figura de Guilherme Boulos passa a ser trabalhada como ponto nodal. Os atores sociais com identidades subalternas, incluindo Sônia Guajajara, perdem espaço e a figura de Boulos ganha maior centralidade. Mesmo o MTST, como movimento social, é “silenciado”. Guilherme Boulos é referenciado, em várias peças de vídeo, como alguém que “sempre lutou por aqueles que não têm casas”. Boulos incorpora um discurso de esquerda, não negamos isso. Um discurso que mostra a necessidade de transformação social. Entretanto, ele fala pelos subalternos, como um “porta voz”, uma liderança “necessária”.

5. CONCLUSÃO

Ao decidir por alterar a pesquisa original que estava conduzindo, sobre a participação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no segundo turno das eleições municipais de 2016 em duas capitais (Belém e Rio de Janeiro), para a eleição presidencial de 2018 que, na época dessa decisão, ainda iria acontecer alguns meses depois, não imaginava o que estaria por vir. As eleições presidenciais brasileiras de 2018 foram, literalmente, diferentes de tudo que já havia vivenciado durante os períodos eleitorais, principalmente se pensarmos em seus resultados. Uma minirreforma eleitoral alterou boa parte das regras relacionadas à propaganda política eleitoral e forçou mudanças nos paradigmas utilizados na comunicação das campanhas. Apesar de tantas transformações, quando fomos olhar mais de perto as campanhas em si, vimos mais semelhanças que diferenças em relação às anteriores.

Participamos da comunicação de treze campanhas majoritárias e isso, juntamente com algumas leituras sobre sociologia, políticas públicas, ciência política, e quase nenhuma de marketing político, nos despertou o desejo de investigar sobre as práticas e saberes produzidos durante as campanhas eleitorais. As pesquisas que já havíamos visto nos parecia “faltar algo”, talvez uma experiência mais prática que levasse a uma desmistificação do marketing político. Duda Mendonça, em uma entrevista concedida para uma pesquisa acadêmica, em 2005, diz algo sobre esse sentimento de incompletude e falta de melhor sistematização das pesquisas e do conhecimento sobre o “marketing político” e pesquisadores e estudiosos desse campo:

Com raras e honrosas exceções, na sua grande maioria são aproveitadores de uma onda e comentam sem saber muito do tema. Na medida em que o marketing político deixar de ser moda, certamente deixarão de falar tanta bobagem. Eu vejo também uma grande distância, um divórcio, entre quem faz marketing político e quem faz teoria sobre marketing político. No Brasil a prática do marketing político chegou muito antes que a teoria do marketing político. Fomos descobrindo caminhos e soluções à medida que apareciam os problemas. Eu acho que hoje o Brasil tem uma grande cultura, um enorme saber, ainda não suficientemente sistematizado, sobre marketing político (MENDONÇA, 2005, p. 10)

Não concordamos integralmente com o que diz Duda Mendonça nesse trecho de entrevista, que mostra até uma certa soberba. Mas é inegável que há essa separação das reais práticas do marketing político, daquilo que está escritos em livros

sobre ele, inclusive em “manuais” muitas vezes utilizados em cursos e disciplinas acadêmicas sobre “marketing político”. Nas campanhas que participei, algumas com a consultoria direta de Duda Mendonça e outras com direção de “marqueteiros” responsáveis por várias campanhas, no Brasil e em outros países, nunca testemunhei ninguém fazer uso ou se referenciar a livros e manuais de “marketing político”. Mesmo assim, havia um certo padrão nas práticas de campanha. Alguns padrões aconteciam, independente do viés ideológico das candidaturas.

As investigações sobre isso não são simples de ser feitas e esbarram, muitas vezes, na dificuldade de acesso aos profissionais de comunicação que participam, nos níveis mais altos, das campanhas eleitorais. Sobre essa questão, existe uma pesquisa mundial, realizada por Fritz e Gunda Plasser, responsáveis por um estudo de fôlego sobre o a padronização das campanhas eleitorais: “Global Political Campaigning. A Worldwide Analysis of Campaign Professional and Their Practices”. Eles entrevistaram profissionais de comunicação que trabalharam em campanhas eleitorais, com nível gerencial, em 43 países e chegaram a algumas conclusões, detectando tendências comuns: a profissionalização das campanhas, com a participação de agências de propaganda, consultores de marketing e profissionais de comunicação especializados; direcionamento das campanhas com bases em pesquisas quantitativas e também qualitativas, feitas com a metodologia de grupos focais; a personalização das campanhas, com a concentração da comunicação na imagem dos candidatos, transformando as eleições em escolhas entre as personalidades, ao invés de programas partidários. Essas tendências foram encontradas em campanhas políticas de variadas matizes ideológicas, em vários países (PLASSER e PLASSER, 2002). Esses aspectos encontrados na pesquisa de Plasser e Plasser, coincide com o que percebemos, em nossa experiência pessoal de campanha.

Essas práticas, ajudam a compreender os resultados de nossa análise do discurso político das campanhas do campo progressista, nas eleições presidenciais de 2018. A concentração na imagem dos candidatos em si, o se basear em excesso nos resultados das pesquisas nos grupos focais e, o que pra nós é fundamental, uma compreensão reduzida sobre o espaço da campanha, que é tratada como um episódio com tempo e espaço delimitados. O campo discursivo onde as disputas eleitorais estão envolvidas, é visto de forma limitada.

Nas eleições de 2018, talvez a única candidatura à presidência que tenha trabalhado seu campo discursivo de forma mais ampla, com um discurso que ultrapassou o local nesse campo que geralmente é “reservado” às campanhas eleitorais, foi a do eleito, Jair Bolsonaro. Sua campanha disputou o campo discursivo a partir de um movimento em rede, que tratou de uma visão de mundo, indo além de questões específicas. Uma campanha que praticamente realizou um movimento contrário, por exemplo, foi a de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara, que tinham movimentos sociais em seu campo discursivo e reduziram isso, estreitando o discurso, seguindo modelos e práticas de campanhas eleitorais mais “tradicionais”, onde os conhecimentos gerados pelos movimentos sociais, as alternativas de desenvolvimento e de “saídas para a crise” que partissem de setores subalternizados da sociedade, não tiveram espaços significativos. Isso aconteceu, em variados graus, em todas as campanhas de candidaturas do “campo progressista”. A indiana Gayatri Spivak, em texto publicado no ano de 2014, mostra um despertar em seu pensamento, indo no sentido de que é preciso que se faça mais do que celebrar uma “saída” de uma condição subalterna, sob o risco de que a reprodução dessa condição permaneça.

Comecei a perceber que não são as salas de aula, os professores e os livros didáticos, e a permissão social para as crianças estarem na escola que contam, por mais importantes que sejam essas coisas. A menos que haja um incremento - assegurar que, quando o subalterno estiver no caminho da hegemonia, "eles não se tornem sub-opressores" e que não os celebremos simplesmente porque escaparam à subalternidade; os outros detalhes, simplesmente, não são socialmente produtivos ⁶⁶ (SPIVAK, 2014, p. 24, tradução nossa).

De forma semelhante, é necessário que se comece a repensar a comunicação das campanhas políticas, para que não se resumam ao período eleitoral e nem tratem somente de questões mais imediatas. Não pretendemos apresentar nenhuma fórmula para isso, mas sim colocar a necessidade de mais pesquisas e estudos sobre isso, que envolvam tanto profissionais do setor quanto movimentos sociais e outros atores sociais, incluindo aqueles em condição subalterna. É necessário, mais do que nunca, escutar. E nessa escuta, dar voz às pessoas, para

⁶⁶ I began to realize that it is not schoolrooms, teachers, and textbooks, and the social permission for children to be at school that count, important as these things might be. Unless there is an increment - to make sure that when the subaltern is on the path of hegemony, "they do not become sub-oppressors" and that we do not celebrate them simply because they have escaped the subalternity; the other details are not socially productive.

que os discursos sejam realmente construídos a partir de articulações que possibilitem não só uma, mais sim várias visões de mundo, uma realidade pluriversal, mas onde a sociedade tenha lado, que é o lado daqueles que subalternizados, daqueles que estiveram e estão à margem da história, do poder e da própria existência.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença: Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 23-52, nov. 2011.
- BALLESTRIN, Luciana. O Giro decolonial e a América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, maio, 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e democracia. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 191– 209, dezembro, 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em: 03 jul. 2018.
- BARRET, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção Política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BURITY, Joanildo. **Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. *In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (org.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Apple Books.
- CÂMARA, Sergi. **O desenho animado**. Lisboa: Editora Estampa, 2005.
- CASTELLS. Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

CHAVES, Alessandro Rodrigues. A teoria marxista da dependência e os limites do nacional-desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo. **Cadernos CERU**, Araraquara, v. 28, n. 2, dez. 2017.

COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO. **Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil**. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br>. Acesso em: 12 set. 2018.

COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO. **Plano de governo – 2019 – 2022**. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br>. Acesso em: 12 set. 2018.

COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL. **Brasil justo, ético, próspero e sustentável**. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br>. Acesso em: 12 set. 2018.

COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL. **Programa da coligação Vamos sem medo de mudar o Brasil – Guilherme Boulos e Sônia Guajajara**. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br>. Acesso em: 12 set. 2018.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DERRIDA, Jacques. Semiologia e gramatologia [entrevista a Julia Kristeva]. *In*: **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 23 – 44.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que amanhã . . . diálogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. *In*: LANDER, Eduardo (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. Provincializar a Europa: a proposta epistêmica de Dipesh Chakrabarty. **Revista brasileira de história e ciências sociais**, Rio Grande, v. 7, n. 13, 2015.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Ebooks Brasil, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edições UFBA, 2008.

FERNANDES, Estevão Rafael. Algumas inflexões sobre o Brasil: um experimento epistêmico radical desde Abya Yala. **Realis**: Revista de Estudos antiutilitaristas e pós-coloniais, Recife, v. 6, n. 2, 2016.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: a construção de um conceito. *In*: **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GALEANO, Eduardo. **Os nascimentos (memórias do Fogo - Volume 1)**. Porto Alegre: LP&M, 2011.

GÓES, Camila Massaro de. **Existe um pensamento político subalterno?** Um estudo sobre os subaltern studies: 1982-2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROSGOUEL, Ramon. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. *In*: **Formas-Otras**: Saber, nombrar, narrar, hacer. Barcelona: CIDOB Edicions, 2011.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. Manifiesto inaugural. *In*: **Teorías sin disciplina**: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate. Edición de Santiago Castro-Gómez y Eduardo Mendieta. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

GRUPO DE MÍDIA. **Mídia dados Brasil 2018**. São Paulo: Porto Palavra Editores, 2019.

GUHA, Ranajit. La Muerte de Chandra. *In*: **Historia y grafia**. n. 12, p. 49 – 86. México, 1999.

GUHA, Ranajit. **History at the limit of World-History**. Nova York: Columbia University Press, 2002.

GUHA, Ranajit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002.

GUHA, Ranajit. **The small voice of history**. Ranikhet: Permanent Black, 2012. Kindle Edition.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? *In*: SILVA, Thomas Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HOWARTH, David. **Discourse**. Buckingham: Open University Press, 2000. Google Books

HOWARTH, David.; STAVRAKAKIS, Yannis. Introducing discourse theory and political analysis. *In*: HOWARTH, David; NORVAL, Aletta; STAVRAKAKIS, Yannis. *In*: **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia em la teoria marxista: capitalismo, fascismo e comunismo**. 3. ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1986a.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, 1986b.

LACLAU, Ernesto. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 2000.

LACLAU, Ernesto. Identidad y hegemonía: el rol de la universalidade em la constitución de lógicas políticas. *In*: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporâneos em la izquierda**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara. **A Lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

LENIN, Vladimir. **O estado e a revolução**. Porto: Vale Formoso, 1970.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 71 – 114, 2008.

MARTTILA, Tomas. Post-foundational discourse analysis: a suggestion for a research program. **Forum: qualitative social research**, Berlim, v. 16, n. 3, 2015.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENDONÇA, Daniel. A condensação do imaginário popular oposicionista num significativo vazio: as "diretas já". In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto. (Orgs.). **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2006. p. 146-169.

MENDONÇA, Duda. In: **De Quintino Bocaiúva a Duda Mendonça: breve história dos marqueteiros políticos no Brasil republicano**. Entrevista concedida a Adolpho Queiroz. 2005.

MIGNOLO, Walter. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización e debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. Disponível em: <http://people.duke.edu/~wmignolo/interactiveCv/Publications/teoriassindisciplina.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. In: **Tabula Rasa**, n. 8. Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**, I. Brasília: UNB, 2010.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. A debacle da Nova República brasileira: da desilusão ao encerramento de um ciclo democrático. **Espirales: Revista para a integração da América Latina e Caribe**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 3, p. 25 – 42, 2018.

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 425 – 442, 2014.

PANKE, Luciana; TESSEROLI, Ricardo. **HGPE en Brasil: história e características.** *In: Congresso Uruguayo de Ciencia Política, 5, Montevideo: Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 2014.*

PEDROSO JUNIOR, Neurivaldo Campos. Jacques Derrida e a desconstrução: uma introdução. **Revista Encontros de Vista**, Recife, p. 9 – 20, 2010.

PLASSER, Fritz; PLASSER, Gunda. **Global Political Campaigning: a worldwide analysis of campaign professionals and their practices.** Westport: Praeger Publishers, 2002. Kindle Edition.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *In: Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia.* Caracas: Instituto de Estudios Diplomáticos y Internacionales Pedro Gual, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder.** Conferencia dictada en el XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. 2009. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/51.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018

RANCIÈRE, Jacques. **Ainda se pode falar de democracia?** Lisboa: KKYM, 2014.

RODRÍGUEZ, Ileana. Hegemonia y dominio: subalternidade, um significado flotante. *In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e MENDIETA, Eduardo. Teorías sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate.* México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

SADER, Emir. Luta de classe e perspectivas Sociais, políticas e econômicas para a sociedade brasileira. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, 2019.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Edição do Kindle.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão.** São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SETH, Sanjay. Postcolonial theory and the critique of international relations. **Millennium: journal of international studies**, v. 40, n. 1. Londres: London School of Economics and Political Science, 2011.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Exclusivo: Íntegra de entrevista de Lula à Folha.** 2019. Disponível em: <https://youtu.be/zCzco42kRAg>. Acesso em: 16 abr. 2019

SOUTHWELL, Myriam. Em torno da construção da hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transmissão da cultura. *In*: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Apple Books.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015. Edição do Kindle.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. Edição do Kindle.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. In response: looking back, looking forward. *In*: **Cartografias da Subalternidade**. Salvador: EDUFBA, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedade**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidade Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Thomas Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. Más allá del análisis del discurso. *In*: LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

**ANEXO A – OFÍCIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, COM PARECER FAVORÁVEL À
CANDIDATURA DE LULA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**



HAUT-COMMISSARIAT AUX DROITS DE L'HOMME • OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS
PALAIS DES NATIONS • 1211 GENEVA 10, SWITZERLAND

www.ohchr.org • TEL: +41 22 917 9895 • FAX: +41 22 917 9008 • E-MAIL: petitions@ohchr.org

REFERENCE: G/SO 215/51 BRA (1)
CE/GIC/mg 2841/2016

The Secretariat of the United Nations, Office of the High Commissioner for Human Rights, presents its compliments to the Permanent Mission of Brazil to the United Nations Office at Geneva has the honour to transmit, for information, the counsel's submission and interim measures request dated 27 July 2018 concerning communication No. 2841/2016, which was presented to the Human Rights Committee for consideration under the Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights, on behalf of Mr. Luiz Inácio Lula da Silva.

The Committee, acting through its Special Rapporteurs on New Communications and Interim Measures, has taken note of the author's allegations of 27 July 2018 and concluded that the facts before it indicate the existence of a possible irreparable harm to the author's rights under article 25 of the Covenant. Accordingly, the author's case being under consideration by the Committee, pursuant to rule 92 of its rules of procedure, the Committee requests the State party to take all necessary measures to ensure that the author enjoy and exercise his political rights while in prison, as candidate to the 2018 presidential elections, including appropriate access to the media and members of his political party; as well as not to prevent the author from standing for election at the 2018 presidential elections, until the pending applications for review of his conviction have been completed in fair judicial proceedings and the conviction has become final.

This request does not imply that any decision has been reached on the substance of the matter under consideration.

17 August 2018

